

LUZIA BANA

**VILAS RURAIS NO PROCESSO DE
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO
MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**

Presidente Prudente
2001

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

**Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT
Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de
Paranavaí - FAFIPA
Pós-Graduação em Geografia
Mestrado Interinstitucional**

**VILAS RURAIS NO PROCESSO DE
TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO
MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**

LUZIA BANA

Dissertação apresentada ao Conselho do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento ambiental, como requisito para obtenção do título de Mestre. Orientador: Prof. Dr. Marcos Alegre.

Presidente Prudente
2001

APROVAÇÃO

DADOS CURRICULARES DO AUTOR

DADOS PESSOAIS

Nome: Luzia Bana

Sexo: Feminino

Data de Nascimento: 27.01.1946

Naturalidade: Araçongas-PR

Nacionalidade: Brasileira

Filiação: Angelo Bana Netto

Maria Longe

Estado Civil: Solteira

Endereço Residencial: Rua Antônio Fachin, 1685 — Paranavaí-PR.

Endereço Profissional: Av. Gabriel Esperidião, s/nº — Paranavaí-PR.

DOCUMENTOS

Cédula de Identidade: 518.429-0 – SSP/PR

C.P.F.: 058665379-15

Título de Eleitor: 19851400655 **Seção:** 069 **Zona:** 072

Registro no MEC: “L” nº 18.325

FORMAÇÃO

ENSINO SUPERIOR – CURSO DE GRADUAÇÃO

1969 Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba –
FAFIPA — Paranaíba-PR.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Especialização na área de Concentração de Didática - Carga horária: 360 horas.
- Mestrado – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental. Área de Concentração: Geográfica – Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Presidente Prudente (em fase de conclusão) – ano de 2001.

AGRADECIMENTO

A Deus, criador do céu e da terra e que todos que nela habitam.

À minha família, em especial à minha mãe, pela paciência, compreensão e incentivo para a conclusão desse trabalho.

Ao professor Doutor Marcos Alegre pela orientação e dedicação.

À Coordenação do curso de Pós-Graduação da NNE SP que não mediu esforços para concretizar o projeto de mestrado interinstitucional.

Aos professores desse curso de Pós-Graduação pelos ensinamentos que nortearam nossa caminhada.

Aos professores e amigos do curso, sempre presentes para nos incentivar: Aníbal, Ênio, Ronalda, Maria Antonia, Gilberto, João Egidio, Demétrio, Cacilda e Nair.

Às instituições que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Aos colegas da FAFIPA e em especial ao Departamento de Geografia, pelo apoio que nos dedicaram.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------------	----

CAPÍTULO I – O Espaço Paranaense

• Ocupação do território paranaense	13
• Expansão do povoamento do Norte do Paraná	16
• Norte Novíssimo: Colonização Oficial	23
• Crescimento da População	27

CAPÍTULO II – As grandes transformações no espaço agrário paranaense a partir dos anos setenta

• Aspectos da modernização agrícola e suas conseqüências	33
• Modernização/Urbanização	42

CAPÍTULO III – O Programa Vila Rural

• As Vilas Rurais: objetos, origens e características	52
• Órgãos responsáveis pelo Programa	70
• Concepções do Programa	75

CAPÍTULO IV – As Vila Rurais no espaço agrário do

Município de Paranaíba

• Análise sócio-espacial das Vilas Rurais do Município de Paranaíba	88
• Vila Rural José Dolvino Garcia – Distrito de Mandiocaba	102
• Vila Rural Nova Vida – Distrito de Sumaré	133
• Informações comparativas da Vila Rural José Dolvino Garcia e da Vila Rural Nova Vida	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
ANEXOS	182
ANEXO 1 – Instrumento utilizado na pesquisa	
ANEXO 2 – Roteiro para entrevista com os técnicos e responsáveis	
ANEXO 3 – Planejamento de ações	
ANEXO 4 – Cronograma das ações	
ANEXO 5 – Relação das Vilas Rurais concluídas	
ANEXO 6 – Relação das Vilas Rurais não concluídas	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Paraná - grandes regiões ocupadas com o deslocamento das frentes pioneiras	15
FIGURA 2 – Terras adquiridas pela Companhia Norte do Paraná, confinando com a Colônia Paranaíba	20
FIGURA 3 – Divisão política administrativa do Estado do Paraná ..	29
FIGURA 4 – Distribuição das Vilas Rurais, nos municípios paranaenses	63
FIGURA 5 – Modelo de planta da casa. Proposta de uso inicial, em que o morador pode posicionar o módulo de maneira diversa no terreno	66
FIGURA 6 – Possibilidades de variação nas divisões internas, de acordo com seu programa de família	66
FIGURA 7 – Visão parcial do posicionamento das moradias da Vila Rural José Dolvino Garcia, do Distrito de Mandiocaba	67
FIGURA 8 – Localização da Microrregião Geográfica de Paranaíba	85
FIGURA 9 – Localização da área de estudo, em relação ao Estado do Paraná	87

FIGURA 10 – Distância entre linha de cafeeiros adensados, em solo arenoso	92
FIGURA 11 – O arranjo especial das propriedades do município de Paranavaí, limites fisiográficos e localização dos Distritos de Mandiocaba e Sumaré	94
FIGURA 12 – Placa de inauguração da Vila Rural	102
FIGURA 13 – Planta do Distrito de Mandiocaba, localização da bacia do Ribeirão “Água do Vinte e Oito”	103
FIGURA 14 – Portal de entrada da Vila Rural	105
FIGURA 15 – Moradia da Vila Rural José Dolvino Garcia	119
FIGURA 16 – Plantação de mandioca, na Vila Rural José Dolvino Garcia	126
FIGURA 17 – Portal de entrada da Vila Rural Nova Vida	133
FIGURA 18 – Organização espacial do perímetro urbano de Paranavaí: Procedência dos vileiros	148
FIGURA 19 – Benfeitorias realizadas, tulha e pequeno galinheiro	151
FIGURA 20 – Atividade de horticultura comercial	156

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupo de área total – Microrregião de Paranavaí-PR, 1970/80	25
TABELA 2 – População residente, por situação de domicílio, grau de urbanização e participação relativa do Estado no País – Paraná, 1940-2000	27
TABELA 3 – Evolução do Parque paranaense de tratores e colheitadeiras	37
TABELA 4 – Variação absoluta e relativa da área plantada no Paraná dos principais produtos, 1970/80	37
TABELA 5 – População rural e pessoal ocupado, segundo categorias de trabalho, participação do total de pessoal ocupado na população rural, participação das categorias de trabalho no total de pessoal ocupado e evolução absoluta no Paraná, 1970/80	43
TABELA 6 – População e taxas anuais de crescimento geográfico geográfico segundo situação de domicílio e gerais de urbanização do Paraná, 1970/80	45

TABELA 7 – Saldos migratórios e taxas líquidas de migração, segundo situação de domicílio – Paraná, 1970/80	46
TABELA 8 – População e taxas anuais de crescimento geométrico, por situação de domicílio, graus de urbanização e participação do Estado no País – Paraná, 1980/2000	48
TABELA 9 – População de trabalhadores rurais do Estado do Paraná, 1991	54
TABELA 10 – Área de plantio de café, produção e rendimento no município de Paranavaí, 1995/2000	91
TABELA 11 – Evolução da área de pastagem na organização do espaço agropecuário de Paranavaí, 1970/96	95
TABELA 12 – Evolução das grandes categorias da uso do espaço agropecuário do município de Paranavaí, 1970/95	96
TABELA 13 – Área de plantio de mandioca, produção e rendimento dos últimos cinco anos, 1995/99	98
TABELA 14 – Evolução da área, em hectares das culturas mais expressivas do espaço agropecuário do município de Paranavaí, 1970/96	99
TABELA 15 – Evolução da população rural e urbana do município de Paranavaí, 1960/2000	100

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Relação das 10 primeiras Vilas Rurais, construídas por Microrregião Geográfica no Estado do Paraná	80
QUADRO 2 –	Distribuição das Vilas Rurais concluídas, por mesorregião e microrregião do Estado do Paraná	82
QUADRO 3 –	Distribuição das Vilas Rurais não concluídas, por mesorregião e microrregião do Estado do Paraná	83
QUADRO 4 –	Distribuição dos moradores, por sexo, da Vila Rural José Dolvino Garcia	106
QUADRO 5 –	Composição familiar dos beneficiários, por faixa etária e por sexo	107
QUADRO 6 –	Distribuição do número de filhos, por sexo e domicílio	108
QUADRO 7 –	Nível de escolaridade atingido pelos moradores	110
QUADRO 8 –	Nível de escolaridade: situação presente	111
QUADRO 9 –	Motivos pelos quais parou de estudar	112
QUADRO 10 –	Situação ocupacional dos moradores da Vila	114
QUADRO 11 –	Procedência das famílias, antes do assentamento	117
QUADRO 12 –	Safra realizada na Vila Rural	121

QUADRO 13 – Situação ocupacional, por sexo, dos vileiros fora da Vila Rural	124
QUADRO 14 – Faixa salarial dos moradores da Vila	126
QUADRO 15 – Motivos que os levaram a viver na Vila	131
QUADRO 16 – Distribuição dos moradores, por sexo da Vila Rural Nova Vida	135
QUADRO 17 – Distribuição dos moradores, segundo grau de parentesco	137
QUADRO 18 – Composição familiar, por faixa etária e por sexo	139
QUADRO 19 – Nível de escolaridade atingida pelos moradores	140
QUADRO 20 – Nível de escolaridade: situação presente	142
QUADRO 21 – Motivos pelos quais parou de estudar	142
QUADRO 22 – Situação ocupacional dos moradores	144
QUADRO 23 – Procedência dos vileiros, antes do assentamento	146
QUADRO 24 – Situação do responsável pelo lote, anterior a Vila Rural	149
QUADRO 25 – Relação das benfeitorias realizadas na Vila	151
QUADRO 26 – Safras realizadas na Vila	153
QUADRO 27 – Situação ocupacional, por sexo dos vileiros fora da Vila Rural	154
QUADRO 28 – Faixa salarial dos moradores	155

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de domicílios rurais no Paraná, 1940/91 .. .:	53
GRÁFICO 2 – Taxa de urbanização do Estado do Paraná, 1940/95 .:	55
GRÁFICO 3 – Composição familiar, por faixa etária e por sexo :	107
GRÁFICO 4 – Distribuição percentual do número de filhos	109
GRÁFICO 5 – Escolaridade: nível atingido	110
GRÁFICO 6 – Nível de escolaridade: situação presente	111
GRÁFICO 7 – Motivos pelos quais parou de estudar	112
GRÁFICO 8 – Situação ocupacional dos moradores da Vila	114
GRÁFICO 9 – Safra realizada na Vila Rural	121
GRÁFICO 10 – Situação ocupacional fora da Vila Rural	124
GRÁFICO 11 – Faixa salarial dos moradores da Vila	127
GRÁFICO 12 – Motivos que os levaram a viver na Vila	131
GRÁFICO 13 – Número de filhos, por sexo	138
GRÁFICO 14 – Composição familiar, por faixa etária e por sexo :	139
GRÁFICO 15 – Nível de escolaridade atingido, por sexo	141
GRÁFICO 16 – Motivos pelos quais parou de estudar	143
GRÁFICO 17 – Situação ocupacional dos vileiros	145
GRÁFICO 18 – Relação de benfeitorias na Vila Rural	152

RESUMO

O programa Vilas Rurais destinado ao assentamento de trabalhadores rurais volantes chamados bóias-frias, e que são “trabalhadores não regularmente empregados”. É um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com as Prefeituras Municipais, que busca criar mecanismos para manter o homem no campo e oferecer alternativas para que o seu trabalho e o seu sustento venham da própria terra.

Este programa propõe amenizar as desigualdades sociais provocadas pela migração campo-cidade, intermediando as desigualdades socioeconômicas e a realocação de mão-de-obra, num movimento inverso, da cidade para o campo.

As Vilas Rurais são implantadas, preferencialmente, em regiões de grande concentração de mão-de-obra temporária, mas especialmente em região campestre produtoras de algodão, mandioca, laranja e pecuária.

São centros de trabalho, com infra-estrutura de habitação, energia elétrica, água e são sempre localizados próximos aos centros urbanos, de forma a assegurar o acesso ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola aos trabalhadores rurais volantes.

Os investimentos nesse projeto destinam-se a criar para os trabalhadores rurais volantes e suas famílias, um sentido da vida com maior qualidade, dignidade e cidadania.

Palavras-chave: assentamento, migração campo-cidade, infra-estrutura, “bóias-frias”, mercado de trabalho e cidadania.

ABSTRACT

The Vilas Rurais Programme was applied to the settlement of footmen landless and agricultural laborers — called “country workers that are not regularly employed”. It’s a Government programme in the State of Paraná, in a partnership with the Cities Hall in this State, and it is an attempting to create devices to maintain the men in the country and also to offer them some alternatives in order to their work and their sustenance do come from the country.

This Programme intends itself to soften the social dissimilarities promoted by the migration “country-city”; intermediate the social and economic differences, and also to reallocate the labor — in an inverse movement — from cities to country.

The Vilas Rurais Programme in established — preferentially — in regions where there is a great concentration of temporary labor but, principally, in some country-sides that produce “cotton, orange, manioc, and cattle raising”.

These villas are work-centers with complete infrastructure like: habitations, electrical energy, water and they are always located next to urban centers in order to guarantee the admittance to the agricultural and no agricultural labour market for the landless and agricultural footmen laborers.

The investments in the programme are addressed to create a sense of living with better quality, dignity and citizenship in this kind of laborers and their families.

Key-words: settlement, migration country-city, infrastructure, landless and agricultural footmen laborers, labour market and citizenship.

INTRODUÇÃO

Na década de 90, o Governo do Estado do Paraná, em parceria com as prefeituras propõe, através de Projeto a criação das Vilas Rurais, uma política para amenizar as desigualdades sociais provocadas pela migração campo-cidade, intermediando as desigualdades socioeconômicas e a realocação de mão-de-obra, num movimento inverso, da cidade para o campo.

É um programa simples, que visa a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais volantes, mantendo-os no espaço rural por meio da transferência das famílias desses trabalhadores da periferia das cidades para o campo sem afastá-los do mercado de trabalho e procurando diminuir o cinturão de pobreza dos centros urbanos. Essas vilas, constituem pólos de trabalho e de produção, com infra-estrutura de habitação, energia elétrica, água e são sempre localizadas nas proximidades dos centros urbanos (distritos ou sede municipal) de forma a possibilitar o acesso ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola, podendo ser entendido como uma forma de melhorar a qualidade de vida e aumentar o rendimento familiar. Este programa é implantado, preferencialmente, em regiões com grande concentração de mão-de-obra temporária, como nas regiões produtoras de algodão, cana-de-açúcar, mandioca, laranja e pecuária.

As Vilas Rurais podem ser entendidas como conjunto habitacional, com lotes definidos em torno de 5000 metros quadrados e com módulo de moradia inicial de 44 metros, para que o morador faça com o tempo,

suas próprias mudanças, de acordo com seu gosto pessoal e costumes regionais. Nas Vilas Rurais, os bóias-frias terão abrigo e trabalho, plantando na sua terra no período da entre safra para sua própria sobrevivência.

São milhares os trabalhadores rurais volantes que, perdendo o vínculo com a terra, permanecem à inteira disposição do capital e são levados de um lado para outro ao sabor dos interesses empresariais. Destituídos dos meios de produção no caso-fundamentalmente a terra – são forçados a vender sua força de trabalho. Sendo assim, migração forçada e desemprego se unem reduzindo sistematicamente o nível de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

Por isso, a grande expansão capitalista no campo nos últimos vinte anos foi, também, a expansão das contradições, semeou a empresa, a fazenda, a grilagem, a injustiça e a brutalidade. E, semeou, também, a resistência, semeou novas significações para velhos atos, novos atos e novas significações. Encheu a terra de mistério, de enigmas e, também, de desvendamentos, de descobertas. O cotidiano dos pobres da terra está sendo reinventado. (Martins, 1988, p. 11)

Para melhor compreensão do que ocorre hoje no Estado do Paraná, é necessário buscar as formas de ocupação do espaço paranaense e analisar as conseqüências do seu acelerado processo de modernização e urbanização.

A ocupação do território paranaense, iniciada a partir dos meados do século XVII, pode ser distinguida por três ondas de povoamento

ocorridas em períodos e circunstâncias distintas no estado, delimitando os contornos regionais de três grandes comunidades do Paraná.

O chamado Paraná Tradicional, que engloba a área litorânea polarizada por Paranaguá, passando por Curitiba e abrangendo vastas áreas de campos no Centro-Sul do Estado, abrigou as primeiras frentes de expansão centradas nas atividades pecuárias de extensão, exploração da erva-mate e de madeira, desenvolvidas, em geral, em grandes latifúndios.

A ocupação do Norte do Paraná teve início por volta da segunda metade do século XIX, quando grupos de agricultores que vinham em busca das férteis terras rochas, ocuparam rapidamente a região. Isto aconteceu em prolongamento à atividade cafeeira desenvolvida no Estado de São Paulo.

A terceira frente de expansão, um pouco mais recente que a do Norte, povoou o Extremo-Oeste e Sudoeste do Paraná e foi formada especialmente, por colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dedicavam-se à policultura alimentar e à pecuária suína. O processo de colonização dessa região, à semelhança da ocorrida no Norte, tinha a estrutura fundiária marcada pela presença da pequena propriedade familiar.

Na passagem dos anos 30 para os anos 40, iniciou-se um intenso e acelerado processo imigratório de contingentes populacionais provenientes de outras regiões do País. Em apenas três décadas, completa-se a ocupação do território em uma impressionante expansão e consolidação da fronteira agrícola estadual. Paralelo ao vertiginoso crescimento da população rural verificado nesse período, proliferam e se expandem inúmeros núcleos urbanos,

que davam suporte ao dinamismo das atividades agrícolas. Apesar da progressiva tendência a urbanização, até 1970 quase dois terços da população ainda viviam no meio rural.

Em decorrência do modelo de modernização agrícola adotado pelo Estado a partir de 1960, o Paraná assim como outras áreas do País, passa a sofrer significativas modificações no setor rural.

A modernização da agricultura, pelas profundas marcas que deixou na economia e na sociedade, pode ser considerada como fator de maior peso específico nas transformações que ocorreram no espaço paranaense, a partir do esgotamento das terras devolutas e do encontro das frentes pioneiras. Isto levando em conta, basicamente, que enquanto outros fatores (geadas, legislação trabalhista, etc) apenas desestruturaram, a modernização desestruturou de um lado mas estruturou o outro; enquanto outros fatores produziram efeitos mais localizados, a modernização deu respostas mais abrangentes, a ponto de dar origem a uma nova fisionomia para o espaço agrário. (Serra, 1991, p. 170).

Apesar de ocupar importante colocação entre as unidades da Federação, no tocante a sua produção agrícola, o Paraná possuía agricultura rudimentar e pouco modernizada para a época. Com o processo de modernização na agricultura, ocorreu grande modificação em sua estrutura de produção que afetou significativamente dois principais pontos: sua estrutura fundiária e a pauta de seus principais produtos.

Quanto à estrutura fundiária, até o início dos anos 70, a tendência era um incremento no número de pequenos estabelecimentos, fato que se inverte posteriormente, havendo uma tendência à concentração de propriedades cada vez mais acentuada.

Os produtores rurais centraram esforços na mecanização agrícola, visando o aumento da produtividade e da rentabilidade para obtenção de maiores lucros. Essa mecanização foi impulsionada pela ampliação das indústrias voltadas para o setor agrícola e ainda pelo apoio creditício que facilitou ao setor a aquisição desses bens industriais.

Conforme Muller (1989), a modernização é o resultado da interação entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais.

Com esses estímulos e ainda preços vantajosos no mercado externo, a pauta dos produtos se modifica beneficiando as culturas que oferecem maior rentabilidade (culturas tradicionais no Estado como: café, algodão, arroz, etc. perdem relativa importância dando lugar a outras culturas como: trigo, cana-de-açúcar e especialmente a soja).

A modernização traz consigo um contínuo processo de substituição de mão-de-obra por máquinas, ocasionando a dispensa cada vez maior de trabalhadores que vão depender, para sua sobrevivência, de empregos temporários e sazonais. Isto ainda agravado pela movimentação e radiação de culturas tradicionais, muitas delas com uso intensivo de mão-de-obra.

Martins (1997), assim retrata o trabalho agrícola com a modernização na agricultura: Nas diferentes regiões econômicas, de modo geral, o trabalhador agrícola combinou a produção direta dos seus meios de vida, de sua subsistência, com o trabalho na grande lavoura do fazendeiro, tudo no interior da mesma fazenda. E assim foi enquanto a grande propriedade teve fome de braços, o que durou até a segunda metade dos anos cinquenta. A partir de então, a modernização da agricultura, a transformação das áreas de agricultura de exportação, como o café, em áreas de pastagem ou de produção de alimentos, alterou significativamente esse quadro. A modernização tecnológica limitou a demanda de mão-de-obra a apenas momentos específicos do processo de trabalho agrícola, como a colheita do café e o corte da cana. As pastagens, mesmo não modernizadas, reduziram drasticamente a necessidade de trabalhadores a um pequeno número de empregados. Durante algum tempo, os excedentes de mão-de-obra puderam ser absorvidos na cidade por certos setores da indústria, sobretudo aqueles que não necessitam de mão-de-obra não qualificada, como a construção civil. Mas essa absorção tem sido circunscrita a setores de baixa densidade tecnológica e uso extensivo de força de trabalho, setores que também estão se transformando, se modernizando ou desaparecendo.

Sendo assim, as transformações ocorridas na área rural, ocasionaram a expulsão crescente de trabalhadores e pequenos proprietários rurais, gerando assim um contínuo fluxo migratório campo-cidade.

O desemprego que atinge a população rural no Paraná, seguido da erradicação do café e da mecanização acelerada, vai mudar a distribuição de mão-de-obra nas explorações agrícolas.

Segundo Swain, (1988), a mecanização vem substituir a força de trabalho em grande escala: o êxodo rural toma grandes dimensões em direção às cidades, propiciando o surgimento de favelas onde jamais haviam existido.

A diminuição do emprego faz surgir uma nova categoria de trabalhadores agrícolas no Paraná: são os volantes que se deslocam segundo às necessidades de estação, sem local fixo de moradia, nem contrato de trabalho, são também os bóias-frias, trabalhadores agrícolas que vivem na periferia das cidades e que trabalham por tarefa.

Parcela ponderável deste pessoal que não consegue adaptar-se ao meio urbano, passa a constituir a reserva de mão de obra, empregada temporariamente nas lides do campo. São os volantes, popularmente conhecidos como “bóias – frias”, cujo número tem aumentado significativamente. De acordo com informações colhidas em várias fontes eles são atualmente – 1985 – cerca de 500 mil no Paraná. (Alegre & Moro, 1986, p. 41-2).

Frente a essa situação, o Governo do Estado do Paraná, buscou uma alternativa para melhorar as condições dessa população, investindo no Programa de Vilas Rurais.

As Vilas Rurais, um programa estatal, no processo de transformação do espaço-rural do município de Paranavaí, tem como objetivo intermediar as desigualdades socioeconômicas e a realocação de mão de obra da cidade para o campo.

Segundo afirma o governador Jaime Lerner, (Revista de divulgação do Programa Vila Rural – nov/96), “É impossível dissociar os problemas urbanos da questão do campo, assim como é necessário atuar simultaneamente sobre os efeitos e as causas do processo migratório. A Vila Rural poderá ser um exemplo em que assentamentos humanos estarão associados a atividades econômicas, visando assegurar terra, trabalho e bem-estar à comunidade”.

Pesquisas das Universidades Estaduais do Paraná, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do IBGE, demonstram que saíram do campo, 2.650.000, somente na década de 1970, 1.450.000 pessoas, dirigiram-se para as periferias das médias e grandes cidades do Paraná, onde vivem em péssimas condições de moradias, saúde, educação, etc, o restante foi para outras fronteiras agrícolas do Brasil.

Durante todo esse processo não houve nenhuma tentativa para minimizar o brutal esvaziamento no campo e para prevenir a voragem da ocupação desordenada das cidades maiores, exemplo disso, mesmo durante a década de 1980, cidades como Curitiba, Londrina e Maringá, começaram a mostrar os sinais da enorme pressão por equipamentos urbanos e saneamento básico exercida pela migração em massa.

Segundo Silva (1999), merecem especial atenção, as novas formas de propriedades comunitárias que estão surgindo no espaço rural e as tentativas das prefeituras em criar novos instrumentos que lhes permitam expandir sua ação além dos perímetros urbanos, exemplo disso, as Vilas Rurais no Paraná.

Preferencialmente as Vilas Rurais estão sendo implantadas próximas a distritos rurais, aproveitando uma infra-estrutura já existente, como escola, posto de saúde, comércio, etc, evitando assim, que as prefeituras invistam em novos equipamentos urbanos.

De acordo com o conceito e filosofia desenvolvidos pela Secretaria Especial de Política Habitacional do Paraná e da Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná) o investimento de recursos e trabalho destina-se a criar para os trabalhadores volantes e suas famílias, um sentido de vida com maior dignidade, cidadania e qualidade. Os trabalhadores volantes não ganham regularmente ao longo de todo o ano, ficando sem condições dignas de vida. Sem raízes, migram pelo Estado, quando não acabam se encaminhando para centros urbanos onde, pela sua pouca formação profissional e dificuldades de emprego, acabam por engrossar as áreas das favelas.

Preocupada com a problemática do trabalhador bóia-fria e sua família e, na condição de geógrafa mestranda viu no Programa Vila Rural talvez uma tentativa, se não de solução, pelo menos de atenuar o problema. Para isso organizou este projeto de estudo.

Como procedimento de trabalho buscou-se a compreensão do processo de ocupação do Estado do Paraná e do processo de expansão capitalista

na agricultura a partir dos anos 60, bem como, as transformações socioeconômicas ocorridas no Paraná, a partir dos anos 70. Para isso, procedeu-se a um levantamento de material de pesquisa produzidos ao longo deste últimos anos. Esse levantamento de dados e a coleta de material são oriundos de fontes como: IBGE, Secretarias de Estado, IparDES, assim como publicações científicas, jornais e revistas, com informações sistematizadas sobre o tema, e pesquisa pessoal na Vila Rural José Dolvino Garcia, no distrito de Mandiocaba e na Vila Rural Nova Vida, no distrito de Sumaré.

Buscou-se também analisar o Projeto de Implantação das Vilas Rurais no Paraná e especificamente nas Vilas Rurais instaladas no município de Paranavaí. Essa fase foi fundamentada, nas publicações produzidas na Secretaria Especial de Política Habitacional, na Cohapar, Secretaria da Agricultura, Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais, e em trabalhos publicados sobre o tema.

No trabalho de campo, foi realizada a pesquisa, através de questionário pré-elaborado, que teve como objetivo, buscar diretamente na fonte, isto é, com moradores das vilas, os dados necessários para análise posterior. Além disso, realizaram-se entrevistas com técnicos responsáveis pelas Vilas Rurais. Após o levantamento dos dados, foi procedida uma análise dos resultados obtidos e buscou-se uma comparação entre as Vilas, objeto deste estudo.

Pretende-se com o resultado de todos os procedimentos utilizados compreender o processo de ocupação do espaço geográfico e a organização socio-econômica e cultural das Vilas Rurais no município de

Paranavaí, sem perder de vista os caminhos percorridos por essa parcela excluída da sociedade — os trabalhadores rurais volantes — e suscitar, inclusive, algumas reflexões sobre a viabilidade do programa, seu futuro e mudanças na qualidade de vida do homem, objeto destas preocupações.

**CAPÍTULO I – O Espaço Paranaense: ênfase para o
Noroeste**

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

O território paranaense foi ocupado de forma lenta e descontínua. Essa ocupação ocorreu um século e meio após a “descoberta do Brasil” com a descoberta do ouro de aluvião nos ribeirões que deságuam na baía de Paranaguá, mas pode-se afirmar, que até o primeiro terço do século XX apenas a porção Leste do Estado encontrava-se povoada. De acordo com o censo de 1920 havia menos de 700 mil habitantes no Estado, e este participava com apenas 2,2% da população total do país.

Em períodos e circunstâncias diferentes, três ondas de povoamento foram efetivadas em consonância com os ciclos econômicos verificados no Estado, delimitando os contornos regionais de três grandes comunidades.

Machado (1963), realça que o processo de ocupação do território paranaense é resultado do deslocamento de três frentes pioneiras: a do Paraná Tradicional, a da Região Norte e da Região Sudoeste, como se observa na figura 1.

O chamado Paraná Tradicional, que abarca a área litorânea polarizada por Paranaguá, passando por Curitiba e abrangendo vastas regiões de campos no Centro-Sul do Estado, abrigou as primeiras frentes pioneiras centradas na pecuária extensiva, na atividade mateira e a madeira, desenvolvidas, em geral, em grandes latifúndios. Essas atividades estenderam-se até as primeiras décadas

do século XX e imprimiram à economia do estado um incipiente desenvolvimento das forças produtivas e uma baixa capacidade de acumulação do capital.

A Região Norte, em especial o Norte Novo foi ocupada, pela segunda onda de frente pioneira que começa a se deslocar na primeira metade do século XX e era integrada por agricultores que ocuparam a região em busca de terras férteis, num prolongamento da atividade cafeeira dominada por São Paulo. O ciclo do café, já no início deste século, propiciou as bases para o notável dinamismo da economia paranaense no período subsequente. A ocupação dessa região foi baseado numa estrutura fundiária marcada pela presença das pequenas e medias propriedades, resultando também pequenos e médios estabelecimentos e grande adensamento de população.

A terceira frente pioneira para a Região Sudoeste, a mais recente, avançou a partir de meados do século XX, impulsionada, por colonos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, voltados à policultura alimentar e à pecuária suína. O processo de ocupação dessa região, à semelhança do sucedido na Região Norte, desenhou uma estrutura fundiária calcada na pequena propriedade familiar.

Embora cada uma dessas regiões apresente heterogeneidades internas, características e propriedades comuns, historicamente são vinculadas à ocupação pioneira e, assim, têm muito a ver com os problemas gerados a partir de distorções ocorridas durante o processo de ocupação.



FIGURA 1 - PARANÁ - GRANDES REGIÕES OCUPADAS COM O DESLOCAMENTO DAS FRENTES PIONEIRAS

Fonte: Padis, 1981
 Org.: Bana (2000)

ESCALA APROXIMADA DE: 1:3.000.000

EXPANSÃO DO POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ

A ocupação do Norte do Paraná, data da segunda metade do século XIX. O chamado Norte Velho ou Norte Pioneiro, não foi obra da expansão da economia do café. Fazendeiros mineiros, proprietários de latifúndios decadentes lançaram-se também ao tropeirismo. Buscavam o gado bovino e muar no Rio Grande do Sul, para revendê-los no mercado paulista ou mineiro. Ao retornarem do Rio Grande do Sul, passavam por Itararé, prolongavam sua presença mais para o Norte a fim de conhecerem as terras vizinhas. Foram os primeiros a penetrarem no Norte Velho. Muitos venderam suas terras em Minas Gerais e vieram povoar a Região de Itararé e Rio das Cinzas.

Exatamente por essa época, Thomas Pereira da Silva, mineiro, atraído pela fama da exuberância das terras vizinhas ao Rio Itararé, vem para a região e adquire, em território paranaense, à margem esquerda do Itararé, vasta área de terras, às quais faz convergir grande número de conterrâneos seus, dando origem, em 1862, a um núcleo urbano, inicialmente chamado Colônia Mineira. (Padis, 1981, p. 86).

Além dos mineiros penetraram no “Norte Velho”, paulistas, japoneses, italianos, etc., que se dedicavam à agricultura de subsistência e a exploração da imensa floresta subtropical. O café tornou-se economicamente viável, nos últimos anos do século XIX e início do século XX, pois até essa época

não havia possibilidade de escoamento para os centros consumidores e exportadores.

As duas correntes migratórias partem das zonas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, particularmente das zonas onde estavam localizadas as lavouras mais antigas em fase decadente de produção, e se instalam no vale do Paranapanema através dos cursos médio e superior do rio Itararé, por volta de década de 60 do século passado. Logo que chegam, paulistas e mineiros derrubam a mata virgem, fundam núcleos urbanos e abrem espaços para a penetração da frente cafeeira, na época estacionada a Oeste de São Paulo. (Serra, 1992, p. 69).

A expansão acelerada da fronteira agrícola do Norte do Paraná nas décadas de 1940 a 1960, teve como característica marcante no processo de colonização, a cultura do café, com estrutura fundiária calcada na pequena e média propriedade, bem como na criação de centros urbanos como ponto de apoio.

Alegre & Moro (1986), realçam que até por volta de 1960 esta área se constituiu num dos pólos de atração mais importantes do País e para onde fluxos consideráveis de população se dirigiram. Era, tudo indicava, a verdadeira “terra prometida”. No período intercensitário de 1950 e 1960, a população do Paraná, por causa da região norte, acusou crescimento superior a 100% e taxa geométrica anual de 7,2%, a maior do país.

Conforme Serra (1992), as três fases marcadas por avanços das lavouras cafeeiras são as seguintes:

a) a primeira, no Norte Velho, desde divisa com São Paulo até o rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929;

b) em seguida, no Norte Novo, do rio Tibagi, passando por Londrina até as margens do rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente;

c) finalmente a terceira, do rio Ivaí ao rio Piquiri, no Norte Novíssimo e deste até o rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, entre 1940 e 1960, quando se encerra o expansionismo da cafeicultura no Paraná.

O processo de regionalização interna que recebe as designações “Norte Velho”, “Norte Novo” e “Norte Novíssimo”, referem-se aos diferentes períodos em que as terras foram incorporadas com maior ou menor dinamismo à cultura cafeeira.

Padis (1981), afirma que atendendo a um convite do Presidente da República Arthur Bernardes, chega ao Brasil em 1924, missão econômica inglesa, com o objetivo de estudar a situação financeira e econômica do país.

O governo brasileiro encomenda aos ingleses um estudo para reformular o sistema de arrecadação de impostos federais. Este grupo de economistas ingleses ficou conhecido como Missão Montagu.

De acordo com Wachowicz (1988), Lord Lovat (Simon Fraser) era membro desta comissão e tinha como objetivo pessoal estudar a produção de algodão no Brasil, a fim de suprir as necessidades industriais da tecelagem na Inglaterra. Os fazendeiros paulistas do Norte Pioneiro atraíram-no ao Paraná.

Lovat impressionou-se com a fertilidade das terras roxas da região de Cambará. O grupo representado por ele adquiriu terras em São Paulo e Norte do Paraná, afim de produzir algodão.

Os ingleses fundaram uma empresa para atuar no país: a “*Brazil Plantations Syndicate Ltd*”, mas o insucesso desse empreendimento, na cultura do algodão, determinou a mudança dos planos iniciais.

Na tentativa de ressarcir-se dos prejuízos sofridos, a “*Brazil Plantations*” resolveu criar um projeto imobiliário nas terras adquiridas, organizando a “*Paraná Plantations Ltd*”, cuja subsidiária no Brasil, chamou-se “Companhia de Terras Norte do Paraná”. (Padis, 1981, p.91).

A “*Paraná Plantations Ltd*” teve que redirecionar seus planos por causa do insucesso do empreendimento algodoeiro e passa a dedicar-se aos negócios de terras e à colonização.

Padis (1981), informa que: com a razão social Companhia de Terras Norte do Paraná, a “*Paraná Plantations*” adquiriu no Estado, entre 1925 e 1930, 510.000 alqueires paulistas¹ localizados nas melhores terras da região, e nos primeiros anos da década de 40 a empresa tornou-se proprietária de mais 30.000 alqueires já no Noroeste do Estado, conforme figura 2.

¹ Um alqueire paulista equivale a 2,42 ha.

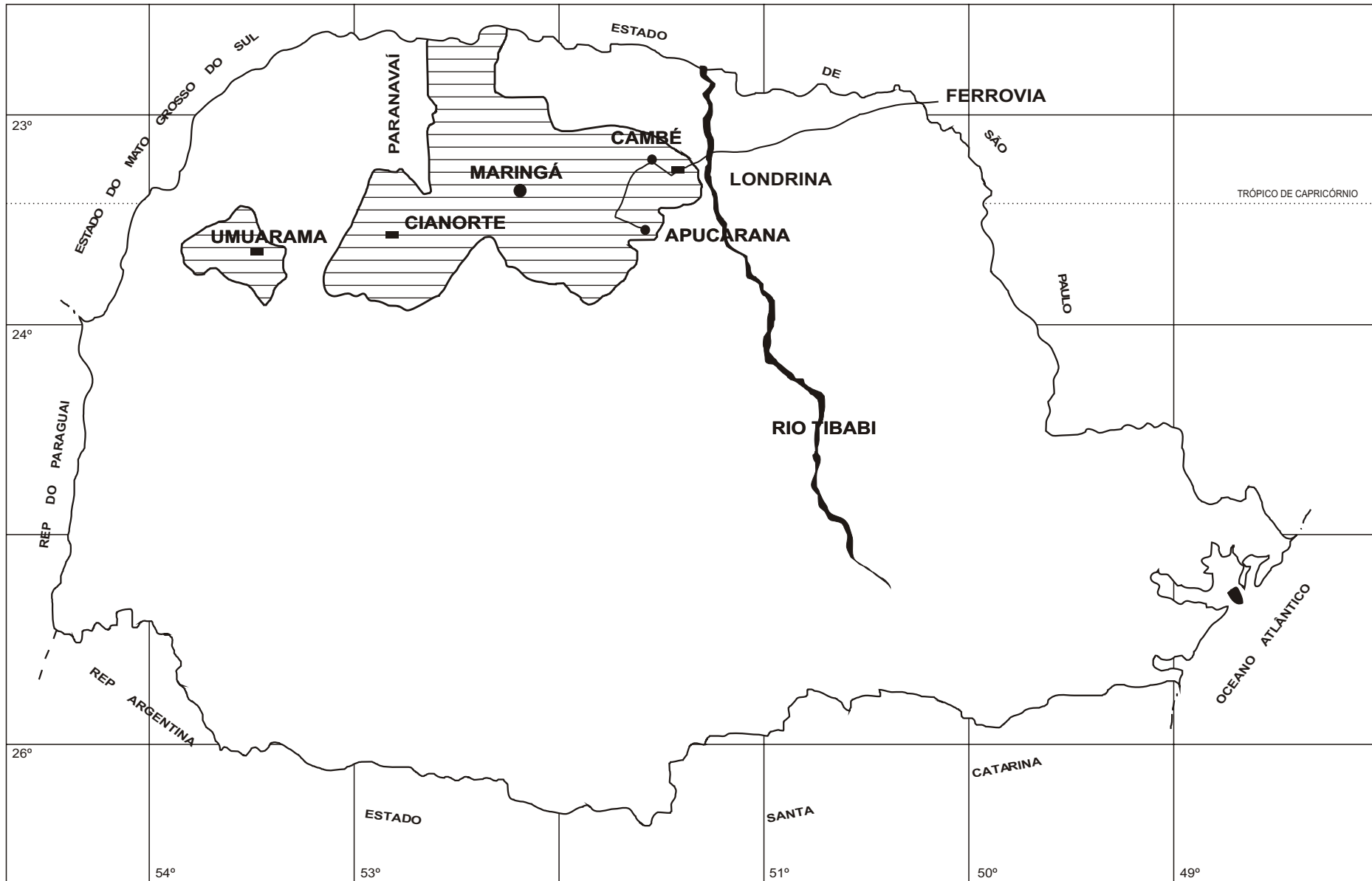


FIGURA 2 - TERRAS ADQUIRIDAS PELA COMPANHIA NORTE DO PARANÁ, ISOLANDO COM A COLÔNIA PARANAÍBÁ

Fonte: Padis 1981
Org.: Bana (2000)

ESCALA APROXIMADA DE: 1:3.000.000

Em 1925 em contato com o Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, os ingleses firmaram a compra de terras no Norte do Paraná. A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu inúmeras glebas situadas entre os rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí e em 1928 adquiriu a estrada de ferro São Paulo-Paraná com o compromisso de levar os trilhos até às margens do rio Tibagi. Ela deveria vender as terras em regime de pequenas propriedades.

Em 1931, a Companhia já registrava venda de 3.000 alqueires. Os compradores eram atraídos pelos preços vantajosos, fertilidade das terras e pela propaganda da Companhia realizada em todo país. Foi tão grande a movimentação da compra de terras, que em apenas um ano, a Companhia chegou vender 60.000 alqueires. Ao lado dos compradores nacionais, era grande também o número de compradores estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos, etc.

Os lotes rurais eram traçados em forma de longos retângulos, tendo quase todos frente para uma estrada e fundos para um regato ou rio. Desta forma, a estrada sempre passava nas regiões mais elevadas e todos os lotes ficavam inclinados. O tamanho dos lotes variava de 5 a 15 alqueires, mas todos dentro do limite da pequena propriedade rural. (Wachowicz, 1988, p. 258).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro, sob o argumento da segurança nacional, impediu que estrangeiros detivessem terras no País,

... obrigando a venda da companhia inglesa a um grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado, que levou a cabo, no mesmo sentido e com as mesmas características, o projeto inicial. Padis, 1981, p. 91).

Diante disso, os ingleses colocaram à venda a Companhia e, em 1944, ela foi adquirida por grupos capitalistas paulistas, que a denominaram “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”.

Os novos proprietários não se dedicaram somente à venda de terras, mas também abriram-se para a agricultura, pecuária e ao desenvolvimento industrial.

Londrina - cujo nome é homenagem a cidade de Londres, Inglaterra - foi o marco da atuação da Companhia Inglesa, enquanto que Maringá fundada em 1947, simboliza a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Os núcleos urbanos de maior importância como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama foram localizados de cem em cem quilômetros aproximadamente. Intercalando de dez a quinze quilômetros fundaram centros urbanos e comerciais de menor importância, em volta das áreas urbanas maiores foram criados “cinturões verdes” ou chácaras com objetivo de produzir para a subsistência.

NORTE NOVÍSSIMO: COLONIZAÇÃO OFICIAL

O êxito da colonização levado a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná induziu já, no final da década de 30, o Governo do Paraná, proprietário de grandes áreas de terras devolutas ou de antigas concessões anuladas e que haviam voltado ao seu patrimônio por ato do governo emergido da Revolução de 30, a praticar um programa colonizador de muitas dessas áreas na região do Norte do Paraná.

Diante disso, surgiram várias colônias oficiais: Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944). Das colônias oficiais a que mais prosperou e adquiriu grande importância foi Paranavaí (1942), localizada a oeste das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, estendendo-se até as barrancas do rio Paraná, entre os rios Paranapanema e Ivaí.

Colônia Paranavaí foi dividida em 30 glebas e cada uma tinha aproximadamente 36.300 mil hectares. Os colonos que ali viviam dedicavam-se ao cultivo de cereais, café e pecuária.

As terras eram vendidas pelo Governo e as propriedades rurais eram de dimensões variadas, conforme sua localização mais próxima ou mais distantes em relação a sede da colônia.

Em 1942, tem início a demarcação da área para assentamento de famílias da gleba de Paranavaí. Assim a população aumentou e a Colônia de Paranavaí se desenvolveu. Os colonos plantavam cereais, café e dedicavam-se à pecuária. Em 1947, torna-se Distrito do Município de Mandaguari e em 1951 foi

elevado a município. A Lei nº 1542, de 14 de dezembro de 1953 eleva o município a Comarca, instalada em 19 de março de 1954.

Dessa área foram desmembrados de 1955 a 1961, os municípios de Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Terra Rica, Paraíso do Norte, Tamboara, Nova Londrina, Amaporã, Guairaçá e Planaltina de Paraná. Mais recentemente novos municípios foram criados, resultando agora, para Paranavaí área de 1 190,5 km².

Quanto à estrutura fundiária, nos anos 50, no Norte Novíssimo de Paranavaí era caracterizada por pequenas, médias e grandes propriedades.

A estrutura fundiária predominante nos anos 50, no Norte Novíssimo de Paranavaí, foi então, caracterizada por pequenas propriedades nas áreas ocupadas por companhias colonizadoras e nas áreas de ocupação do Estado e particulares, apareceram além daquelas, médias e grandes propriedades. Em relação à produção agrícola, o café era o principal produto colhido na área nos dez primeiros anos de sua ocupação. (Mendonça, 1990, p. 149).

A partir dos anos 50, o café foi introduzido na região, mas a produção cafeeira deparou-se com uma série de problemas nos dez primeiros anos de atividades.

Alcântara (1987), detalha tal acontecimento, da seguinte maneira:

A cafeicultura expandiu tanto na região, que os cafezais ocupavam até 64,0% das terras, entremeados por pastagens, na década de 1960. No final desta década, a produção cafeeira foi decaindo e a pecuária foi expandindo, visto que o solo paranavaense formado pelo Arenito Caiuá, presta inicialmente, logo após a derrubada das matas, excepcionalmente para o café, porém poucos anos depois, a produtividade decai rapidamente. Somando a incidência das geadas, a baixa dos preços e da campanha de erradicação levada a efeito pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC); a passagem do ciclo cafeeiro sobre o solo do Caiuá foi rápida.

E o processo de expulsão do homem do campo, que se iniciara nas áreas a leste, tem continuidade aqui acentuada a emigração, até porque o café foi substituído pela pecuária, ocorrendo grande concentração de terras e conseqüente expulsão do pequeno agricultor e demais trabalhadores.

Tabela 1 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupo de área total – Microrregião de Paranavaí-PR. 1970/80.

Períodos	Menos de 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		100 a 500 ha		500 a mais		Total
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	
1970	74,77	15,88	15,09	11,90	4,11	7,56	4,86	27,39	1,18	17,27	100,0
1975	63,28	8,56	18,95	9,69	6,68	7,69	8,86	31,08	2,22	42,99	100,0
1980	58,99	6,85	20,00	9,21	8,06	8,38	10,15	31,72	2,71	43,84	100,0

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário do Paraná, 1970/75/80.

A tabela evidencia redução nos estabelecimentos rurais somente naquelas pertencentes a categoria de menos de 20 ha; outras categorias sofrem aumento. Em relação à área, as categorias de até menos de 50 ha é que

sofrem redução, sendo que a categoria de até 20 ha sofre redução de aproximadamente 55% do total de sua área, seguida pela categoria de 20 e menos de 50 ha, que sofre a redução de aproximadamente 10%. As categorias acima de 100 ha sofrem aumento de suas áreas na ordem de 15 a 20%, aproximadamente. Há um aumento considerável no número de estabelecimentos das categorias superiores a 50 ha, especialmente aquelas acima de 100 ha, sendo que aquelas pertencentes à categoria de 500 ha e mais, sofrem um acréscimo aproximado de 150% no total dos estabelecimentos se comparado no período de 1970 e 1980. As terras perdidas pela categoria de menos de 20 ha e até menos de 50 ha (pequenos estabelecimentos) foram somadas às classes acima de 50 ha (médios e grandes estabelecimentos), sendo que os ex-proprietários destes pequenos estabelecimentos vão somar-se ao contingente populacional do êxodo rural do período mencionado anteriormente.

Estas categorias da estrutura fundiária evidenciam o fortalecimento da concentração da propriedade da terra nos anos setenta e oitenta, justifica-se pelo fortalecimento das relações capitalistas de produção agrícola da área que se manifestou, especialmente, na mudança de cultivos, do café para as pastagens e na modernização agrícola.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

O mesmo processo que determinou a acelerada expansão e consolidação da fronteira agrícola no Paraná, marcada pela presença de um grande número de pequenos e médios estabelecimentos e por uma estrutura de posse de terra relativamente desconcentrada, condicionou o notável crescimento demográfico estadual. O ritmo de crescimento da população em muito superou a média nacional entre 1940 e 1970. Ao final desse período, a população paranaense havia mais do que quintuplicado em relação ao número de habitantes registrado em 1940.

Tabela 2 - População residente, por situação de domicílio, graus de urbanização e participação relativa do Estado no País – Paraná – 1940-2000.

Ano	POPULAÇÃO			Grau de Urbanização %	Participação do Estado No País %
	Total	Urbana	Rural		
1940	1 236 276	302 272	934 004	24,50	3,00
1950	2 115 547	528 288	1 587 259	25,00	4,10
1960	4 268 239	1 305 927	2 962 312	30,60	6,10
1970	6 929 868	2 504 378	4 425 490	36,10	7,40
1980	7 629 392	4 472 561	3 156 831	58,20	6,41
1991	8 448 713	6 197 953	2 250 760	73,36	5,75
1996	9 003 804	7 011 990	1 991 814	77,88	5,73
2000	9 558 126	7 782 005	1 776 121	81,41	6,08

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil – 1940, 1950, 1960, 1991.

IBGE - Censo Demográfico da Região Sul – 1970-80.

IBGE - Contagem da população – 1996.

IBGE - Censo Demográfico. Resultados Preliminares – 2000.

O ritmo acelerado de crescimento populacional do Paraná, ocorreu tanto no meio urbano quanto no rural. Ambos os setores duplicavam de tamanho a cada dez anos, e ainda em 1970 nada menos do que 64% das pessoas residiam em áreas rurais, onde desenvolviam suas atividades produtivas e de onde tiravam o necessário para sua sobrevivência.

É importante realçar o componente migratório para explicar o crescimento demográfico do Paraná. Ao longo de vinte anos o incremento populacional derivado dos movimentos migratórios respondeu por mais de 50% do total do crescimento populacional do Estado, como quase 2 milhões de migrantes, seguramente a maioria se fixou no meio rural.

Observa-se na tabela 2 que de 1970 para 2000, a população do Paraná teve um crescimento de 37%, reduzindo o número de residentes no meio rural e intensificando o processo de urbanização. Os dados da população, por situação de domicílio, confirmam a migração do homem do campo para a cidade.

Com esse forte crescimento populacional, o Paraná, em poucas décadas, encontrava-se praticamente ocupado. Novos municípios foram criados décadas após décadas, a um ritmo acelerado e, já em 1970, o mapa político-administrativo do Estado encontrava-se totalmente recortado, conforme figura 3.

Segundo dados do IBGE, ao longo dos trinta anos anteriores, até 1970, mais de 554 488 estabelecimentos rurais foram criados no Paraná, representando uma área superior a 8,5 milhões de hectares. O aumento mais significativo do número de estabelecimentos, ocorreu em áreas inferiores a vinte hectares. Em 1970, 76% dos estabelecimentos pertenciam a categoria de 20 hectares, embora ocupassem apenas 23% da área total. Em contrapartida, naquele ano, os grandes estabelecimentos (com área superior a 100 hectares) representavam 3% do número total e ocupavam quase a metade da área total dos estabelecimentos do Estado.



FIGURA 3 - DIVISÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Fonte: EMATER, 2000

ESCALA APROXIMADA DE: 1:3.000.000

Quanto à posse da terra, a categoria de proprietários predominava na estrutura fundiária do Paraná. Em 1970, com 56% dos estabelecimentos e 83% da área, mas o número de arrendatários, parceiros e ocupantes cresceu de forma expressiva nas décadas em análise, tornando-se responsáveis por 44% dos estabelecimentos rurais no final do período.

Em 1940, 225 mil pessoas se ocupavam com atividades agrícolas, trinta anos depois quase dois milhões de pessoas estavam envolvidas nesta ocupação. A mão de obra familiar, foi a categoria que mais cresceu, em termos absolutos, e em 1970, detinha 86% dos postos de trabalho na agricultura. A vigorosa expansão da economia rural utilizava-se do trabalho familiar por meio de relações com parceiros e pequenos arrendatários. No final da década de 60, concentrava 63% do conjunto de trabalho do Estado, 11% em atividades no setor secundário e 26% no setor terciário.

As atividades industriais e do terciário giravam em torno do dinamismo da agricultura. A indústria paranaense, até a década de 70, apresentava características rudimentares, com tecnologias pouco elaboradas e, sob o predomínio da agroindústria.

A agricultura paranaense respondia por cerca de um quarto da produção nacional de algodão, amendoim, batata-inglesa, feijão, mamona, milho, trigo e soja e quase a metade da produção nacional de café.

Nos anos 60, entretanto, a economia cafeeira sofreu intervenções governamentais no sentido de reduzir a oferta e manter os preços, por meio do programa de erradicação de cafezais. Esta política teve impacto

imediatamente sobre o mercado de trabalho, resultando na liberação de milhares de trabalhadores e seus familiares.

Parte desse contingente populacional passou a ser aproveitado na pecuária e na produção de soja, atividades que substituíam o café.

Muitos se deslocaram para as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, ainda em fase de ocupação e outros migraram para novas fronteiras agrícolas situadas no Centro-Oeste e Norte do país. A maioria, porém, sobretudo os antigos assalariados, colonos, arrendatários, os “sem terra”, sem alternativas partem em direção aos centros urbanos.

Os trabalhadores que emigraram do campo, sem condições de permanecer na região, dirigem-se para outros Estados, e nesse ponto, chama-se a atenção para a ausência de políticas do Governo que visassem a permanência desta população. É evidente que este êxodo rural representava grave problema social.

**CAPÍTULO II – As grandes transformações no espaço
agrário paranaense a partir dos anos setenta.**

ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Desde o início da colonização do Grande Norte Paranaense, com a vigorosa expansão cafeeira e em seguida a ocupação e integração do Oeste e Sudoeste, a agricultura paranaense passa a caracterizar-se pelo seu dinamismo e diversificação. É dinâmica porque sustenta altas taxas de crescimento do valor de sua produção. É também diversificada, pois trata-se de uma economia agrícola que se afasta da monocultura, pois mesmo, quando o café predominava como seu principal produto, junto com ele produzia-se milho, arroz, feijão, algodão, etc.

Entretanto, até os anos 70, esta agricultura empregava técnicas rudimentares e apesar da produção destinar-se ao mercado sobretudo externo, este setor consumia reduzida quantidade de artigos industriais em seu processo produtivo.

É agora que se assiste à profunda transformação das atividades agropecuárias, transformação cuja essência é dada pelo processo de modernização. É por meio deste processo, que se tentará explicar o conjunto de transformações que marcaram essas últimas décadas.

Essas transformações, associam-se à compreensão acerca da forma, velocidade e intensidade com que o Paraná transitou entre o declínio da economia agroexportadora comandada pelo café e o novo ciclo de desenvolvimento capitalista brasileiro, liderado pelo processo de industrialização.

Isto trás transformações significativas na estrutura de produção agropecuária paranaense, propiciada pela implementação, em nível nacional, do ambicioso projeto de modernização tecnológica das práticas agrícolas.

O projeto de industrialização brasileiro, foi viabilizado, notadamente, a partir da implantação do Plano de Metas, nos anos 50, e aprofundando com o advento dos governos militares, nas décadas de 60 e 70. O Plano de Metas contemplava grandes investimentos em energia e transportes como também uma política que, implementada, possibilitou um salto qualitativo no parque industrial nacional, integrando à indústria existente os modernos setores da indústria pesada, de bens de capital e dos duráveis de consumo (em especial a automobilística). Assim, o país ingressa nos anos 60 com moderno e integrado parque industrial e as ligações rodoviárias asfaltadas incorporam mercados até então isolados.

A ordem, naquele momento, era de privilegiar as formas modernas ou empresariais de produção, fossem elas industriais ou agrícolas. O parque industrial brasileiro expandiu-se e internacionalizou-se.

A agricultura, por sua vez, passou a ser incorporada ao processo de acumulação capitalista. Surgiu o complexo agroindustrial, a agricultura deixou de ser, por força da industrialização, um setor isolado da economia de qualquer país e se tornou parte integrante de um conjunto maior de atividades interligadas: tornou-se parte de um complexo agroindustrial. O complexo agroindustrial com capital industrial e financeiro encontrando novas formas de

realização dentro da agricultura. Ao mesmo tempo, o avanço da economia urbano-industrial ampliava as exigências sobre a expansão da oferta de alimentos como requisito para a manutenção de baixo custo de reprodução da força de trabalho. (Guimarães, 1982, p. 113-4).

O intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, tem como cenários fatores adicionais, embora relevantes, como a conjuntura de preços internacionais de matérias-primas extremamente favorável, exemplo, a soja; adoção maciça de medidas governamentais destinadas a impulsionar e modernizar- tais como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa e tecnologia e serviços de extensão, preços mínimos e política de câmbio, etc.

Conforme Passos (1982), um dos traços mais significantes a ser destacado nesse processo é que os avanços da agricultura moderna constituíram apenas um aspecto da modernização da economia nacional, dirigida pela indústria. A indústria, o núcleo mais dinâmico da esfera produtiva passa a ditar normas e a exigir padrões técnicos de produção, a requerer novos mercados e a pressionar por mecanismos de financiamentos que sustentassem seus mercados, isto é, suas necessidades de acumulação. A agricultura passa a se relacionar de forma subordinada à indústria.

A consequência da modernização da agricultura sobre a estrutura agrária paranaense foi enorme. Foi um processo abrangente que em questão de poucos anos, no máximo cinco, muda completamente a estrutura do

espaço agrário. No lugar da agricultura tradicional dependente do trabalho familiar, surge uma nova agricultura dependente do capital; no lugar da pequena propriedade que produzia para a subsistência da família, surge a grande empresa agropecuária produzindo para o mercado.

Essa nova conformação do espaço agrário paranaense, dando uma nova configuração à estrutura de produção agrícola, refere-se ao acelerado processo de tecnificação das atividades, por meio da mecanização da agricultura, e no uso intensivo de inovações químicas (adubos e agrotóxicos). A modernização desenvolveu-se em ritmos distintos de acordo com as culturas e as regiões do estado, e atingiu de modo desigual as diversas categorias de produtores.

Segundo Fleischfresser (1980), 185 mil estabelecimentos no Paraná, durante a década de 70, passaram a utilizar força mecânica nas tarefas agrícolas, significando um aumento de 1.135% no emprego de máquinas. Entre 1970-75, ocorreu o maior impulso, quando 106 mil estabelecimentos rurais foram mecanizados. Cerca de 63 mil tratores foram adquiridos no estado ao longo da década, a maioria deles (93%) concentrada entre produtores proprietários, refletindo o privilegiamento desses produtores na concessão do crédito para investimento.

De acordo com o IBGE em 1996 o Estado do Paraná possuía 193 362 estabelecimentos mecanizados.

Tabela 3 – Evolução do Parque paranaense de tratores e colheitadeiras.

ANOS	Nº DE TRATORES*	Nº DE COLHEITADEIRAS**
1960	5 181	986
1970	18 619	2 509
1975	52 498	7 407
1980	79 377	14 730

Fonte: * IBGE, 1960, 1970, 1975.

Secretaria da agricultura do Paraná, 1980

Além da intensa disseminação do emprego de tecnologias avançadas, particularmente pelos médios e grandes proprietários, é surpreendente a rapidez com que se processaram as alterações na pauta dos produtos agrícolas no Paraná e, como se pode constatar na tabela que se segue, o fenômeno mais marcante nestas transformações é representado pela explosão da área cultivada da soja, que num curto período de dez anos, de cultura inexpressiva passa a representar o principal produto; são elementos fundamentais, ainda que não suficientes, para a compreensão das transformações ocorridas na agricultura na década de 70.

Tabela 4 – Variação absoluta e relativa na área plantada no Paraná dos principais produtos – 1970-1980.

PRINCIPAIS PRODUTOS	VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970-1980 (HÁ)	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1970-1980 (%)
Algodão	111 413	24,9
Arroz	62 191	13,4
Café	148 400	14,2
Cana de Açúcar	23 222	63,2
Feijão	24 849	3,2
Milho	281 691	15
Soja	2 115 789	695,5
Trigo	1 312 402	456,3

Fonte: SEAB – Secretaria do Abastecimento do Paraná, 1980.

Fleischfresser (1980), informa que, a explosão da cultura da soja deve-se à tendência modernizante da agricultura paranaense, que se utilizou

dessa cultura para levar adiante sua tecnificação. Conjugado a esse fator, havia também o interesse das grandes indústrias, sejam as produtoras de máquinas e insumos químicos, sejam as agroindústrias beneficiadoras de grãos e exportadoras do produto, que tinham na soja um condutor fundamental para o processo de acumulação do capital. Além disso, o Governo Federal optou por uma política que, ao lado de garantir mercado à indústria produtora de máquinas e insumos, visava aumentar os níveis de produtividade da agricultura. O Paraná mostrou-se apto para absorver esta política e a soja, que no mercado externo possuía preços extremamente favoráveis, apareceu simplesmente como veículo mais adequado para esta transição.

Embora tenha se creditado à soja o principal papel no cenário da modernização dos anos 70, o Paraná não perdeu o caráter diversificado de sua agricultura, e produtos como o trigo, milho, algodão, arroz, atingiram relativo grau de tecnificação, e também percebe-se uma tendência à modernização da pecuária. Assim, a agricultura e a pecuária tendem a modernizar-se, em ritmo distintos e este processo é conduzido em diferentes áreas do Estado, ou quando se considera as diferentes culturas.

A expansão agrícola no Paraná, deu-se basicamente via incorporação de áreas não-produtivas ou ocupadas com pastagens e matas, uma vez que, no período em foco, praticamente inexistiam áreas livres em termos legais para serem apropriadas. A área nova, somada aos estabelecimentos, somou apenas 8% da área ocupada em 1980.

Conforme Leão (1989), no período de 1970-80, ocorre perda relativa dos estabelecimentos menores na área de lavoura e uma crescente importância dos maiores, ao lado da progressiva concentração das áreas cultivadas em reduzido número de estabelecimentos. Os estabelecimentos de até 20 hectares a 50 hectares, apesar de perderem 6% do número de estabelecimentos e 5% da área total, aumentaram sua área de lavoura e os grupos maiores chegam a apresentar incrementos de 90% sobre a área cultivada em 1970. Além disso, as escalas de produção exigidas pela incorporação de uma nova base técnica de produção, sobretudo no caso das culturas modernas, induziram à concentração de áreas de lavouras nos estabelecimentos maiores de 50 hectares. Ocorre, assim, um movimento de readequação do tamanho dos estabelecimentos. Entre 1970-75, há redução de 76 mil propriedades agrícolas de até 20 hectares e, em contrapartida, ocorre a expansão dos grandes estabelecimentos, com área superior a 500 hectares. No período de 5 anos a área foi aumentada de 26,1% para 30,8% para os estabelecimentos acima de 500 hectares. Estas incidiram sobre os pequenos proprietários agrícolas, mas sobretudo sobre parceiros, colonos e arrendatários, e conseqüentemente dão origem a sérios problemas sociais.

Enquanto os pequenos proprietários perderam 15 mil estabelecimentos entre 1970-80, os não-proprietários, sobretudo parceiros, perderam 84 mil, representando um total de 600 mil hectares de terras.

O modelo de industrialização da agricultura, estratégia do Governo Federal, resultou em um conjunto de medidas de política econômica, de alcance e eficácia variados, mas que, de modo geral, viabilizou a consolidação de

um estilo capitalista de produção na agricultura, caracterizado pela diferenciação econômica e social entre os diversos agentes envolvidos. E, o principal instrumento dessa política agrícola adotado no Brasil foi o crédito rural. A política de crédito está assentada na terra como garantia de empréstimos. A nova lógica implantada pelo sistema capitalista tornam a terra reserva de valor altamente especulativo.

Segundo Leão (1989), no Paraná, sua expansão nos anos 70 foi notável, crescendo em 500%, em termos reais, passando de 37% a 80% do valor bruto da produção agropecuária. O crédito abrange uma proporção pequena, menos de um terço, dos produtores. Os pequenos e mini produtores têm participação bastante reduzida. Na verdade, o programa de crédito rural não apenas deixa de proteger o pequeno produtor, como aumenta suas dificuldades, à proporção que a vinculação do crédito ao uso de uma certa tecnologia e as dificuldades de acesso desse crédito estimulam a concentração fundiária.

Por outro lado, os recursos oriundos do crédito rural, com alguma frequência, acabaram sendo utilizados para outras atividades, incluindo aquisição de novas terras. Constata-se que a política de crédito rural se constitui num poderoso instrumento de concentração fundiária e de exclusão social.

Mas o crédito rural subsidiado serve, inclusive, direta ou indiretamente, para outros fins como a aquisição de terras e formação de grandes capitais e que acabam por expulsar das atividades agrárias aqueles que não conseguiram entrar no processo, em regra, os proprietários menores incapazes de se

unirem para a formação de empresas ou cooperativas, os arrendatários, parceiros e por fim, a grande maioria dos assalariados. (Alegre & Moro, 1986, p. 44).

As transformações da sociedade paranaense foram intensas na década de 70, determinando a passagem de uma sociedade basicamente rural com reduzida presença do trabalho assalariado e indústria rudimentar, a outra essencialmente urbana, na qual o trabalho assalariado predomina e a indústria passa a gerir grande parte da renda e do emprego. As elevadas taxas de crescimento do produto e da produtividade, na indústria e na agricultura, beneficiam de forma desigual os diferentes segmentos da população do estado. Essa propriedade coexistiu com agudo desemprego no campo, acelerado fluxo migratório, salários reduzidos e políticas públicas inadequadas ou insuficientes para enfrentar questões sociais bem visíveis.

MODERNIZAÇÃO/URBANIZAÇÃO

O desemprego no campo acelerou-se a partir da introdução do novo padrão tecnológico de produção, acarretando um processo de diferenciação social. Até a década de 60, predominava na agricultura paranaense a pequena produção independente, e esta se sustentava, por meio de relações de trabalho como a parceria, o colonato e o arrendatamento. Eram as pequenas unidades produtivas que realizavam suas tarefas com a força de trabalho familiar. Esta categoria de trabalhadores representava 86% da população ocupada nas atividades agrícolas no Estado, em 1970.

Ao longo do processo de modernização, mais de 170 mil postos de trabalho desapareceram da agricultura paranaense - 9% do conjunto da população ocupada no meio rural. A análise por categoria de trabalho, indica que a mão de obra familiar reduziu - se em quase 330 mil pessoas, ou seja, quase 20% da população ocupada no ano de 1970. A perda total não foi maior, porque cresceu o número de empregados assalariados, especialmente, em empregos temporários e em menor escala, o de parceiros, conforme tabela 5.

O meio rural deixa de ser o local de moradia de uma grande massa de produtores e de suas famílias, permanecendo no campo aqueles que conseguiram adaptar-se, os demais vão habitar as cidades, e muitas vezes dependendo do trabalho temporário.

TABELA 5: População rural e pessoal ocupado, segundo categorias de trabalho, participação do total de pessoal ocupado na população rural, participação das categorias de trabalho no total de pessoal ocupado e evolução absoluta no Paraná – 1970/1980.

VARIÁVEIS	1970		1980		EVOL. ABS. 1970/1980
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	
População rural	4 425 490	100,0	3 155 831	100,0	(1 269 659)
Pessoal ocupado total	1 951 471	44,50	1 807 826	57,30	-143 645
Mão-de-obra familiar	1 696 284	38,33	1 369 230	43,39	-327 054
Empregados permanentes	132 073	2,98	193 185	6,12	61 112
Empregados temporários	119 126	2,69	190 483	6,03	71 357
Parceiros	24 607	0,56	50 093	1,59	25 486
Outra condição	9 381	0,21	4 835	0,15	- 4 546

FONTE: IBGE-Censo 1970/80.

A mudança das relações de trabalho da mão-de-obra permanente para a temporária, evidencia melhor a característica da cidade como refúgio, alternativa, para grande parte dos desempregados do campo. É considerável, hoje, o número de habitantes das cidades, tidos como urbanos, mas que constituem a mão-de-obra para as atividades temporárias do campo. (Alegre & Moro, 1986, p. 63).

A migração constituiu, na verdade a face mais dolorosa do processo de modernização agrícola, ocorrendo de forma caótica sem amparo dos governos estadual e federal, isto é, sem qualquer política de reassentamento dos migrantes e sem políticas de emprego ou habitação para àqueles que passaram a viver nas cidades, no Paraná e em outras regiões do Brasil.

Segundo Leão (1989), a população urbana salta de 36,1% para 58,6%, como proporção de população total, entre 1970 e 1980, crescendo 5,8% ao ano (4,6% no caso do Brasil), na verdade os ritmos de urbanização e de esvaziamento do campo ocorreram tanto no Brasil como no Paraná, mas em ambos os casos os processos foram mais acelerados no Paraná.

A velocidade com que ocorre o esvaziamento do campo, aumenta o ritmo de urbanização, além de determinar um fluxo de 1,2 milhões de emigrantes. O mercado de trabalho urbano apresentou dinamismo notável entre 1970-80, fruto do elevado ritmo de expansão das atividades industriais e terciárias, sem entretanto evitar a emigração.

Da mesma forma, não impediu que parcela significativa desse emprego estivesse representada por ocupações mal remuneradas e/ou não organizadas e no regime informal.

Mesmo com o incremento do mercado de trabalho urbano, este foi insuficiente para amenizar os efeitos perversos da modernização na agricultura, que poupou mão de obra, provocou o desaparecimento de milhares de postos de trabalho no meio rural e expulsou a população rural do Estado.

A população rural, durante décadas apresentou taxas de crescimento (1,4 milhões na década de 50, 1,5 milhões na de sessenta para perder 1,3 milhões na década de 70), mas no transcorrer dos anos 70, passa a apresentar taxa negativa de com de $\pm 3\%$ ao ano. E esta perda acabou determinando reduzido crescimento populacional.

Tabela 6 - População e taxas anuais de crescimento geométrico, segundo situação de domicílio e graus de urbanização – Paraná – 1970-80

situação de domicílio	população		taxa de crescimento 1970-1980	grau de urbanização %	
	1970	1980	%	1970	1980
Urbana	2 504 378	4 472 561	5,97	-	-
Rural	4 425 490	3 156 831	-3,32	-	-
Total	6 929 868	7 629 392	0,97	36,1	58,6

Fonte: IBGE-Censo demográfico – 1970 e 1980.

No Brasil, apenas variando de uma região para outra, foram elevadas as taxas de esvaziamento no campo e o intenso crescimento das áreas urbanas. Assim, entre 1970 e 1980, o Brasil assistiu ao decréscimo de 2,5 milhões de habitantes no meio rural sendo mais de 50%, só no Paraná. Da mesma forma o

grau de urbanização em 1980, já atingira 68%, enquanto em 1970 o País tinha recém ultrapassado a marca de 50% de pessoas residentes nas cidades.

O Paraná, na década de 1970, apresenta saldos migratórios negativos estimados de 2,7 milhões de pessoas. Deste saldo, cerca da metade foi absorvida pela área urbana do próprio Estado, o restante constituiu a perda populacional além das fronteiras estaduais.

TABELA 7 - Saldos migratórios e taxas líquida de migração, segundo situação de domicílio – Paraná – 1970-1980

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO
Urbana	1 328 265	29,7
Rural	-2 698 721	-85,5
Total	-1 370 456	-18

Fonte: MAGALHÃES, Marisa V. A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. Análise conjuntural, Curitiba: Iparde, V.14, N.11-12, p.4, Nov/Dez. 1992.

Segundo Carvalho (1991), saldo migratório e taxa líquida de migração são importantes indicadores para se quantificar os movimentos migratórios. As estimativas são obtidas por mensuração indireta, através da comparação entre a população “esperada” ao final do período intercensitário, na suposição da população fechada à migração, e a população realmente observada através da enumeração censitária. A população esperada foi obtida aplicando-se à população do primeiro censo a taxa estimada de crescimento vegetativo, definida a partir das funções de fecundidade e mortalidade estimadas para o período. Estabelecidos os dois parâmetros de comparação, a migração foi estimada por resíduo, ou saldo líquido migratório. O sinal negativo ou positivo do saldo reflete

o predomínio da emigração (fluxos de saída) sobre a imigração (fluxos de entrada), ou vice-versa.

O movimento migratório para fora deste estado que passa, assim, de pólo de atração para área de expulsão de migrantes, que dirigiram-se sobretudo para as cidades do interior do Estado de São Paulo, mas sobretudo a Grande São Paulo. Muitos dirigiram-se para o Centro-Oeste e às derradeiras áreas de fronteira agrícola em expansão no Norte do País. Uma outra corrente migratória de paranaenses dirigiu-se para as terras paraguaias, transpondo, assim, fronteiras nacionais.

A década de 80 reafirma a emigração do Estado e o quase esvaziamento do campo paranaense. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), a proporção da população ocupada em atividades agrícolas em relação ao total da população ocupada, no Brasil, que era de 44,3% em 1970, reduziu-se para 30% em 1980 e para 23,2% em 1989 (Censo, 1991).

Considerando o Brasil mas sobretudo o Paraná, os anos 70 foram marcados por profundas mudanças em sua estrutura agrária, acentuadas pela modernização agrícola. No período compreendido entre 1980-91, a população rural no Paraná decresceu em 906 071 pessoas, registrando uma taxa anual negativa de 3,03% de acordo com os Censos Demográficos de 1980 e 1991.

TABELA 8 - População e taxas anuais de crescimento geométrico, por situação de domicílio, graus de urbanização e participação do Estado no País – Paraná – 1980-2000.

Ano	População			Taxa de Crescimento %			Grau de Urbanização	Participação do Estado no País %
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural		
1980	7 629 392	4 472 561	3 156 831				58,6	6,4
				0,93	3,41	-3,03		
1991	8 448 713	6 197 953	2 250 760				73,4	5,8
				1,34	2,49	-2,47		
1996	9 003 804	7 011 990	1 991 814				77,8	5,7
				0,94	0,90	-1,12		
2000	9 558 126	7 782 005	1 776 121				81,4	5,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 1980, 1991.

IBGE - Contagem da População - 1996.

IBGE - Censo Demográfico. Resultados Preliminares – 2000.

Observa-se que o crescimento populacional paranaense foi muito baixo. Em 1991 o Paraná ainda não havia conseguido atingir os 10 milhões de habitantes previstos para 1980 pelas projeções que se baseavam nas tendências ocorridas no período de intensa ocupação demográfica. O censo de 1996 registrou uma população de cerca de 9 milhões de pessoas, com ritmo de crescimento apenas 1,34%, ligeiramente superior à taxa média de 0,93% observada na década anterior. No Censo Demográfico 2000, o ritmo de crescimento populacional do Estado, no período de 1996-2000, não chegou a 1%.

Enquanto isso, o processo de urbanização, persiste. No início dos anos 90 já quase três quartos da população do Paraná residem nas áreas urbanas, num movimento pelo crescimento da periferia das cidades.

Esta concentração dos estratos populacionais menos favorecidos – sejam eles migrantes ou não – nos bairros periféricos é apenas o resultado lógico da competição desigual pelo espaço urbano. O processo de periferização, porém, adquire maior

relevância numa perspectiva social, na medida em que as populações mais carentes – ao serem religadas às localidades cada vez mais distantes, inacessíveis ou desprovidos de recursos – pagam o maior ônus da concentração urbana. (Martine & Arias, 1987, p. 68).

O aumento populacional concentrado em um curto espaço de tempo e o insuficiente crescimento da estrutura urbana vai, por exemplo, desequilibrar o mercado de trabalho, sendo a oferta de trabalhadores muito superior àquela que o mercado estaria em condições de absorver, processo que gera o desemprego e a miséria crescente entre os expropriados do campo.

No Paraná, a fragilidade de um segmento de trabalhadores que, não estão inseridos em uma ocupação permanente, formada pelos volantes ou bóias-frias, moradores urbanos que alternam, durante o ano, ocupações urbanas e rurais que não exigem qualificação especial.

Há de buscar formas de sobrevivência na terra para aqueles que foram despojados e que ainda esperam ganhar a vida como agricultores e, evitar que a agricultura continua expulsando milhares de pessoas.

Segundo Raggio (1994), as estratégias de sobrevivência desse segmento residem no esforço individual dos membros das famílias, em particular de jovens e crianças que se inserem prematuramente no mercado de trabalho. Apesar de sua situação de precariedade e desproteção, as crianças que se ocupam, inclusive em trabalhos de rua, contribuem para a renda familiar.

Segundo IBGE (1991), o Paraná tem um elevado percentual de 37% de crianças de 10 e 13 anos de idade, ocupadas.

O crescimento do emprego, nos anos 90, foi positivo, mas não gerou salários mais elevados e incorporou uma parcela razoável de jovens e crianças que buscaram complementar a renda familiar. Não reduziu o nível de subemprego da população e, portanto, não alterou os níveis de pobreza da sociedade paranaense.

Isso significa que, no início dos anos 90, as mudanças de rumo da economia se deram num espaço já marcado pela perda da qualidade dos postos de trabalho, ou seja, pela substituição do emprego formal por ocupações informais.

Nesta década grande e grave desigualdade social desenvolve-se no País, com nova queda no crescimento do emprego; e para se enfrentar essa problemática várias ações deverão ser realizadas para a criação de condições de trabalho para o segmento da população que se encontra desempregado ou com vínculos frágeis, próximas ao desemprego. Esse segmento tem sido adensado com a continuidade do processo de migração rural-urbano.

No Paraná, o Programa Vilas Rurais, simples na sua concepção, tem contribuído para diminuir o deslocamento da população do campo para a cidade, bem como, assegurar moradia e pequeno lote para plantar. Atende, também, àqueles que vivem em bairros periféricos dos centros urbanos e, que exercem atividades agrícolas temporárias.

CAPÍTULO III — Programa Vila Rural

AS VILAS RURAIS: OBJETIVOS, ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

A implantação de um novo modelo agrícola nacional de produção, a partir de meados da década de 1960, subordinado aos ditames do padrão de acumulação capitalista do setor industrial e veiculador do pacote tecnológico que alterou radicalmente o processo produtivo e o perfil das relações de produção do setor agropecuário, encontrou no Paraná espaço profícuo de inserção e difusão. Em poucos anos, uma verdadeira revolução tecnológica suscitou transformações econômicas e sociais em profundidade no estado, cujos efeitos se fizeram sentir de forma contundente sobre a dinâmica de crescimento e de distribuição da população no espaço paranaense. De região receptora de grandes fluxos migratórios o Paraná passa, em pouco tempo, a constituir a principal área expulsadora de população no país, num processo acelerado de êxodo rural e forte urbanização.

O Censo Agropecuário de 1975, do IBGE, demonstrou a saída dos pequenos proprietários. Em 1970, o Paraná contava com 295 272 estabelecimentos agrícolas, numa área de 1 575 000 hectares, para 13 grandes estabelecimentos, numa área de 438 000 hectares. Passados cinco anos, os pequenas estabelecimentos eram 237 865, numa área de 1 289 000 hectares, para 28 grandes estabelecimentos, uma área total de 691 000 hectares. Esses pequenos produtores, sem terra, engrossam o fluxo migratório em direção às cidades, onde se transformam em assalariados urbanos ou em trabalhadores volantes ou bóias-frias.

Com a concentração de terras e a conseqüente extinção das pequenas propriedades, mais de 267 mil habitações rurais desapareceram no Paraná entre 1970 e 1991.

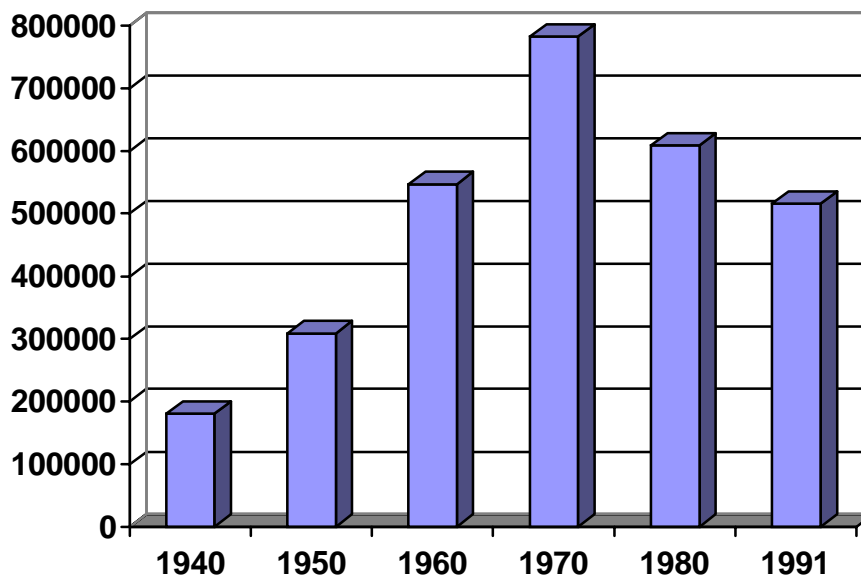


GRÁFICO 1 - Número de domicílios rurais no Paraná — 1940 – 1991.
Fonte: Bem Morar. Revista de Divulgação das Vilas Rurais. Nov/96.

Dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, em 1980, classificam os 1.500.000 trabalhadores rurais do Estado como: 800.000 bóias-frias, 400.000 assalariados permanentes, 100.000 parceiros, meeiros e arrendatários; e apenas 200.000 pequenos proprietários.

Em 1996, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cerca de 2 milhões de um total de 9 milhões de habitantes, residem no meio rural. Da população rural, 74% dedica-se ao trabalho na agricultura, estando assim distribuída:

TABELA 9 - População de trabalhadores rurais do Estado do Paraná - 1991

ESPECIFICAÇÃO	ABSOLUTO	%
Trabalhadores Rurais	448 144	26,9
Parceiros	43 175	2,6
Arrendatários	23 690	1,4
Proprietários	429 621	25,8
Dependentes de Proprietários	659 487	39,6
Outros	62 710	3,7

Fonte: IBGE, 1991.

Os trabalhadores rurais constituem, em sua maioria, os chamados trabalhadores avulsos ou bóias-fria, que são contratados nas épocas de safras para a execução de tarefas definidas nas propriedades.

A maior parte desses trabalhadores, tem sua origem no recente período, em que o café era a principal exploração do Norte paranaense. Com a erradicação quase total dos cafezais e sua substituição por explorações que demandam menor uso da mão-de-obra, parte desses trabalhadores iniciou um processo migratório para as cidades.

Os grandes e médios centros urbanos, de maneira acentuada, sofrem o ônus da incorporação de milhares de novos habitantes a cada ano. Os centros urbanos enfrentam novos encargos, como infra-estrutura básica, habitação, saúde, educação, transporte e outros serviços, quase sempre sem condições de responder às necessidades da demanda. Exemplo disso, Curitiba é um dos municípios que sofreu o maior incremento populacional na década de 80, experimentando uma taxa geométrica de crescimento anual na ordem de 5,4%, enquanto no mesmo período o Estado apresentou um acréscimo de 0,90% ao ano.

Conforme ressalta o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner (1996), na revista de divulgação do programa Vilas Rurais:

... não houve nenhuma tentativa global para minimizar o brutal esvaziamento do campo e para prevenir a voragem da ocupação desordenada das cidades maiores. Nem mesmo quando no final da década de 70 mais de 150 mil pequenas propriedades desapareceram, somente no Norte do Paraná. E nem mesmo durante a década de 80, quando as regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel começaram a mostrar os sinais da enorme pressão por equipamentos urbanos e saneamento básico exercida pela migração em massa.

Esse processo migratório, que atingiu seu auge nos anos 80, persiste até hoje, constituindo-se num dos principais problemas sociais enfrentados pela sociedade.

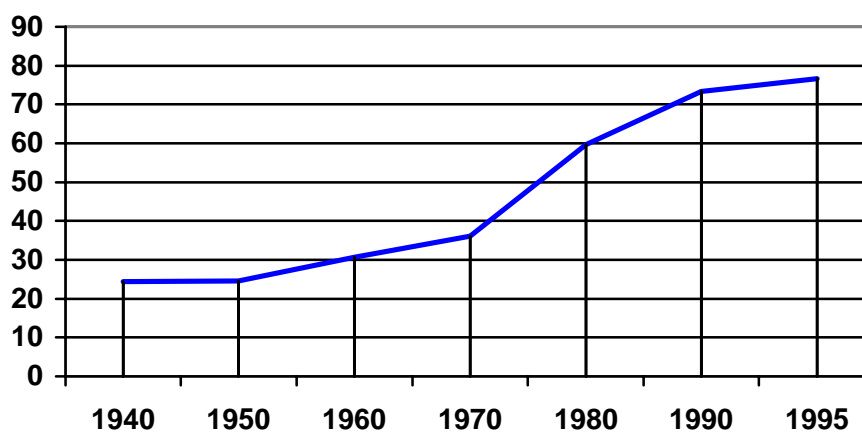


GRÁFICO 2 - (%) Taxa de Urbanização do Estado do Paraná – 1940/95.
Fonte: Bem Morar. Revista de Divulgação do Programa Vilas Rurais, Nov/94.

Observa-se no gráfico 2, a magnitude do problema do êxodo rural no Paraná. A taxa de urbanização passou de 36% em 1970, para 76,7% em 1995, num acelerado processo migratório do campo para a cidade.

A chegada dessa população é, de certo modo, o final da linha de um movimento que se inicia com sua saída do campo. Intervir nas causas do processo de deslocamento da população, trará maiores resultados do que tentar resolver esse problemas após a incorporação desse contingente populacional ao centro urbano.

O programa Vilas Rurais busca dedicar alguma atenção a essa população, que ainda não tinha merecido nenhum programa especial voltado às suas necessidades. Outras populações rurais (parceiros, arrendatários, proprietários e suas famílias) têm sido beneficiadas com programas de custeio de safras, de assistência técnica e extensão rural, de apoio cooperativista, de produção de sementes, de irrigação e drenagem, de conservação do solo, de fruticultura, de produção animal, de armazenagem, entre outros.

As Vilas Rurais, projeto estatal, procura fixar os trabalhadores rurais em seus locais de origem, proporcionando moradia, desenvolvimento das vocações locais, formação profissional, escola, atendimento de saúde, lazer e outros requisitos básicos que proporcionem melhores condições de vida.

Segundo o conceito e filosofia desenvolvida pela Secretaria da Política Habitacional, este investimento de recursos e trabalho destina-se, a criar para os trabalhadores volantes e suas famílias, um sentido de vida com maior dignidade, cidadania e qualidade.

As Vilas Rurais são implantadas preferencialmente em regiões com grande concentração de mão-de-obra rural temporária, como são as regiões produtoras de algodão, cana-de-açúcar, mandioca, a citricultura, café.

De acordo com as normas operacionais do Programa Vilas Rurais, documento que tem a finalidade de agrupar as orientações básicas à condução do programa, define assim os objetivos do Programa.

Objetivo Geral

Implantar Vilas Rurais em locais próximos aos centros urbanos do estado, inclusive distritos e povoados, visando a melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais volantes, mantendo-os no meio rural, e contribuindo desse modo, para o aumento da produção e produtividades do setor agrícola.

Objetivos Específicos

Com a implantação das Vilas Rurais, o Governo do Estado pretende atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) Propiciar melhores condições de moradia aos trabalhadores rurais volantes atendidos, fixando-os em seu próprio meio.
- b) Melhorar as condições nutricionais do público-alvo, através da produção de alimentos de subsistência em sua propriedade.
- c) Desenvolver o desempenho profissional dos trabalhadores rurais volantes e seus familiares nas atividades agrícolas e não agrícolas do setor rural.

d) Contribuir para o aumento da renda familiar através da capacitação de mulheres e jovens, em ofícios possíveis de serem absorvidos pelo mercado próximo ou local.

e) Melhorar as condições sociais da família através de adequado atendimento sanitário, educacional e de lazer.

f) Propiciar mão-de-obra qualificada à disposição da produção agrícola.

g) Contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho.

h) Contribuir para a eliminação do trabalho infantil e regularização do trabalho juvenil.

i) Contribuir para que nas relações de trabalho sejam respeitados os aspectos trabalhistas e previdenciários.

j) Integrar os trabalhadores rurais volantes e seus familiares ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), assegurando a melhoria das condições de trabalho e propiciando novas oportunidades, agrícolas e não agrícolas, de geração de emprego e renda.

k) Apoiar a organização da categoria, diretamente ou através de suas entidades representativas.

l) Disseminar o associativismo incentivando a organização comunitária.

m) Redirecionar os investimentos que hoje são feitos nos centros urbanos em função das imigrações.

O problema do êxodo rural têm sido amplamente debatido ao longo dos anos, as soluções obtidas não trouxeram resultados efetivos, talvez pelo fato de se tentar resolvê-lo através de grandes soluções ou grandes projetos de colonização e assentamento que serviram apenas para buscar vultosos recursos, e muitos foram abandonados ou funcionam em condições precárias, com perspectiva de se repetir o processo de expulsão dos agricultores e absorção das terras por grandes proprietários.

Buscar soluções que proporcionam o bem estar social à população rural, isto é, melhoria do padrão de vida do homem do campo garantindo-lhes habitação, saúde, educação, etc., comparáveis ao que tem acesso as pessoas que vivem nas cidades.

As Vilas Rurais tem sua origem num projeto do Governador Jaime Lerner, quando Prefeito Municipal de Curitiba e na Agrovila de Terra Boa. Ao assumir a prefeitura em 1979, em seu segundo mandato, expôs a proposta sobre Comunidades Rurbanas, em que considerou ser uma “reforma viável”²

O termo rurbano foi mencionado pela primeira vez no Brasil pelo sociólogo Gilberto Freyre, numa palestra³ proferida num Curso de Treinamento de Professores Rurais, em 1955, na cidade de Recife.

Nessa palestra intitulada “Sugestões para um Nova Política no Brasil: a Rurbana”, afirmava a necessidade de preservar os valores rurais evitando o seu desenraizamento desse meio, ainda constava a necessidade de uma nova

² Boletim de informações da cidade de Curitiba. Curitiba, n. 8, out. 1980.

³ Palestra publicada na revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. MEC Rio de Janeiro, 1955.

política social que não se expressa nem na urbanização nem na ruralização, mas se esmere na sua rurbanização.

Assim sendo, pode-se chegar a um conceito de rurbanismo, como uma ação integralizadora do meio urbano com o meio rural, que procura beneficiar paritariamente em termos de qualidade de vida ambos os meios.

Na época, o Prefeito de Curitiba Jaime Lerner, apresentou a proposta das “Comunidades Rurbanas” que objetivava atacar as causas e os efeitos para neutralizar o fluxo migratório campo/cidade.

A proposta era montar núcleos populacionais pequenos e próximos às cidades, priorizando as áreas onde o processo de migração se inicia, ou seja, atender primeiro as cidades pequenas nas áreas rurais caminhando-se gradativamente até chegar às metrópoles, neutralizando esse processo antes de atingir as cidades, dando assim condições para essas absorverem o excedente de mão-de-obra expulsas do campo.

A primeira comunidade rurbana foi implantado, como experiência-piloto, no Campo de Santana, num terreno de 31 ha, distante 28 Km do centro da cidade de Curitiba. As sessenta famílias selecionadas, obtiveram um lote de 5.000 metros quadrados, para a exploração de produtos hortifrutigranjeiros, que seriam comercializados na cidade.

Outra experiência já existente no Município de Terra Boa, no Noroeste do Estado, na região de Maringá, também colaborou para a elaboração do Programa Vilas Rurais.

Este projeto Agrovila de Terra Boa, existe há quase duas décadas, foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Terra Boa e contou, ao longo do tempo, com o apoio do Governo do Estado, na aquisição de trator, perfuração de poço artesiano, equipamento de irrigação, assistência técnica da EMATER e outros.

São 15 produtores que lá habitam, possuem os mesmos benefícios sociais que os das Vilas Rurais implantadas no Paraná: nas proximidades, posto médico, transporte coletivo, telefone público, escolas, etc.

Numa avaliação feita pelos técnicos da Emater, a situação econômica dos parceiros é estável e ainda que não se possa dizer confortável, sua condição de vida é muito superior aos dos bóias-frias ou pequenos produtores de subsistência. A renda é constituída da venda de olerícolas entregues à agroindústria situada na própria Agrovila ou da produção de uva que, comercializada em associação de produtores da região, confere-lhes uma renda maior.

Com base na experiência de Comunidade Rurbana e na Agrovila de Terra Boa, o Governo do Estado do Paraná, elaborou o Programa de Vilas Rurais, estendendo esse projeto a todos os municípios paranaense. Procurando oferecer melhores condições de vida aos trabalhadores e suas famílias, em termos de moradia e alimentação, fixando-os no meio rural. Bem como qualificá-los para atender as atividades desenvolvidas pelas propriedades agrícolas que necessitam mão-de-obra.

A Vila Rural caracteriza-se por ser uma área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares. As Vilas Rurais constituem pólos de trabalho e de produção agrícola e não agrícola. Com infraestrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água e os correspondentes serviços de educação, saúde, assistência e extensão rural, assistência social, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda. Assegurando condições para organização comunitária e para o trabalho.

Essas vilas, em sua maioria, estão localizadas próximas de centros urbanos – distritos ou sede municipal – facilitando o acesso ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola. É fundamental estar próxima à rodovia facilitando o escoamento e a comercialização dos produtos e ainda, possibilitando a extensão dos benefícios urbanos à área rural.

O tamanho projetado das vilas rurais será em função das áreas disponíveis e possíveis de aquisição pelas prefeituras municipais.

A figura 4 demonstra a distribuição das Vilas Rurais nos municípios paranaenses.

Os municípios para a implantação das vilas deverão manifestar sua disposição em constituir as vilas. A prefeitura fará a doação do terreno e constituirá uma comissão municipal, com representantes do governo local e estadual, representantes da comunidade local organizada como: sindicatos, associações, entidades religiosas e clubes de serviços.

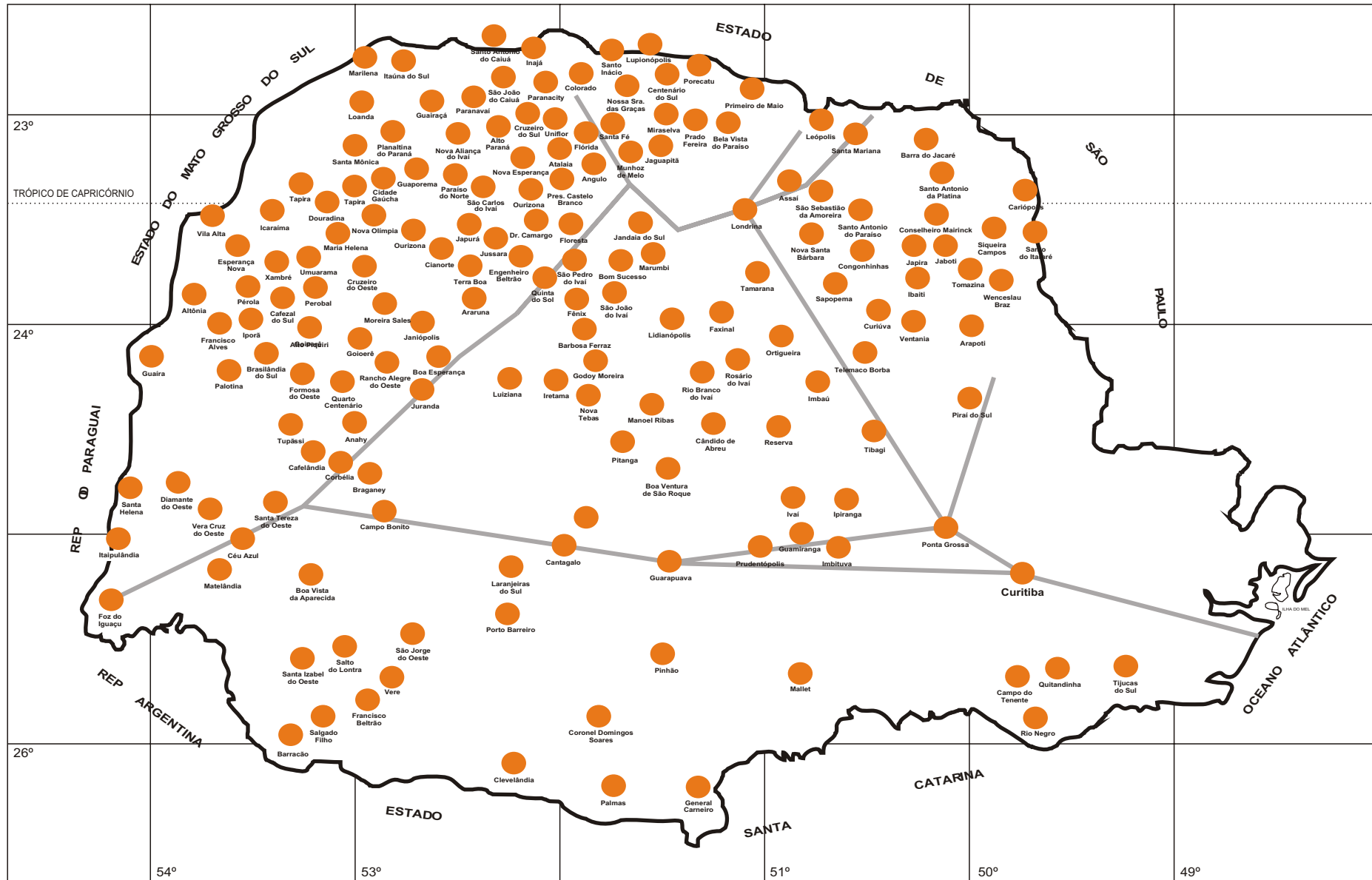


FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS VILAS RURAIS, NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Fonte: Bem Morar - Revista de divulgação do programa Vilas Rurais (1996)
Org.: Bana (2000)

ESCALA APROXIMADA DE: 1:3.000.000

Esta comissão municipal deverá vistoriar a área adquirida ou cedida, sob o ponto de vista das edificações, das atividades agropecuárias e da localização em relação ao acesso à água, energia elétrica, serviços sociais e trabalho, e finalmente, emitir um parecer preliminar, recomendando ou não área para o programa. Na escolha do local deve-se levar em conta a capacidade de uso do solo, os equipamentos urbanos disponíveis e a capacidade econômica das prefeituras. A Comissão Municipal gerenciará o programa desde o início e, terá ação permanente no acompanhamento e avaliação periódica da vila rural.

Feito isso, são efetuados estudos e elaborados projetos obedecendo os seguintes passos:

- Levantamento planialtimétrico e cadastral;
- Estudo do quadro natural em que são analisados o potencial do solo (EMATER-PR) e indicando os serviços de máquinas necessários a serem realizados (CODAPAR);
- Projeto das obras de terraplanagem;
- Projeto socioeconômico enfocando as explorações agropecuárias viáveis, investimentos e custos necessários, projeção de serviços de treinamento/ofício, organização comunitária, lazer, etc. (EMATER-PR e Comissão Municipal);
- Projeto arquitetônico e demais projetos de engenharia (projetos de loteamento e de implantação das casas) contendo cronograma, estratégias, contemplando, também, o suprimento de água, energia elétrica e saneamento (COHAPAR);

As obras de infra-estrutura das Vilas Rurais são desenvolvidas pelas instituições estaduais e municipais, conforme atribuição específica.

Os lotes possuem 5.000 metros quadrados de área, demarcados individualmente e definidos em função das condições de capacidade do solo. Embora a área seja pequena, ela é explorada com vistas à geração de renda, mas é necessário para que isto aconteça de apoio técnico. Inúmeros produtos são viabilizados nas Vilas Rurais, principalmente devido a assistência técnica que recebem.

As moradias Vilas Rurais estão sendo construídas pelo sistema auto-construção, permitindo que o morador defina sua casa de acordo com seu gosto e aspectos culturais de cada região. Neste sistema, a família selecionada sabe de antemão qual será sua casa, pois antes do início das obras, é realizado o sorteio da área. O morador tem o direito de escolher o projeto de seu agrado, de utilizar o material que deseja, comprar onde preferir e contratar mão-de-obra necessária. Os projetos dos módulos podem ser localizados de diferentes formas no terreno, e podem ser ampliados em todas as direções, isto estabelece um novo padrão para as moradias populares e respeita a individualidade de cada morador. A casa foi pensada como um módulo inicial de 44 metros quadrados, permitindo ao morador expressar sua própria idéia de moradia, conforme Figuras 5 e 6.

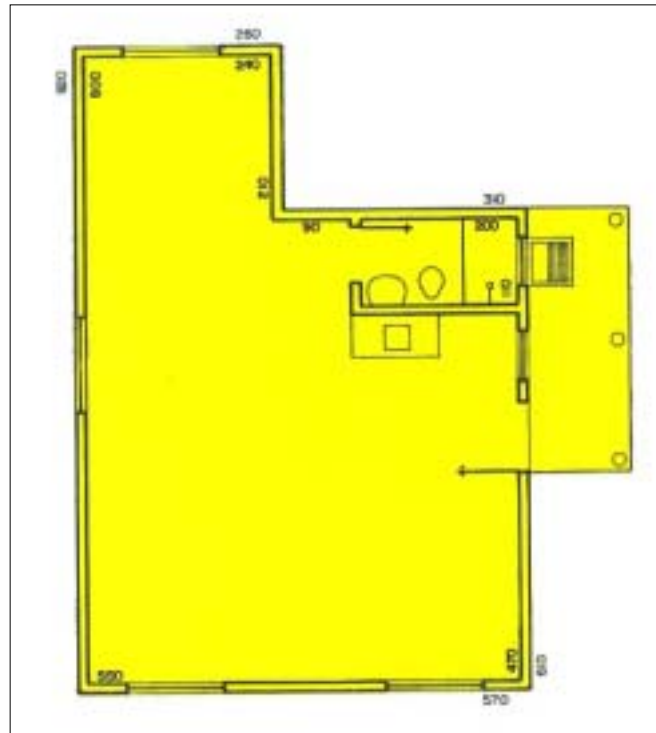


FIGURA 5 - Modelo da planta da casa. Proposta de uso inicial, em que o morador pode posicionar o módulo de maneira diversa no terreno.

Fonte: Revista Bem Morar, 1996.

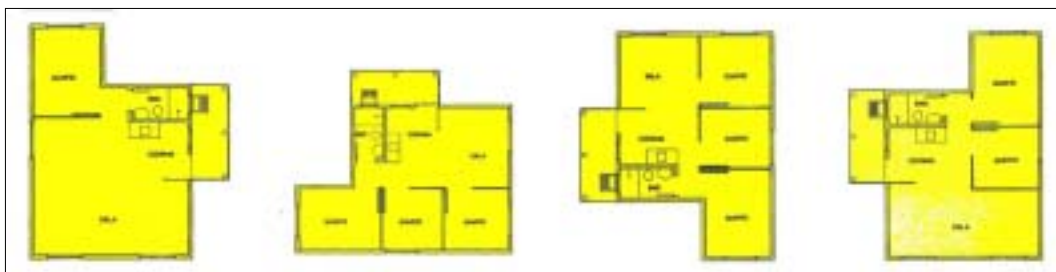


FIGURA 6 – Possibilidades de variação nas divisões internas, de acordo com seu programa de família

Fonte: Revista Bem Morar, 1996.

A casa merece atenção especial da Secretaria de Política Habitacional e Companhia de Habitação do Paraná e o resultado é o surgimento de conjuntos habitacionais sem aquela imagem urbana monótona, despersonalizada e massificante que se consolidou no Brasil, como cenário de habitação para as populações de baixa renda.



FIGURA 7 – Visão parcial do posicionamento das moradias da Vila Rural José Dolvino Garcia, no Distrito de Mandiocaba. Org. Bana, 2000.

Tudo isso, garantem uma otimização no uso dos escassos recursos financeiros e uma rapidez na construção, que permitem a execução de uma casa em sessenta dias.

O Programa de Vilas Rurais que tem como objetivo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes; tem critérios bem definidos para a seleção dos beneficiários. Os interessados deverão cadastrar-se

junto a Comissão Municipal, que é responsável pelo cadastramento e seleção dos trabalhadores rurais volantes.

A seleção das famílias será feita em obediência aos seguintes critérios:

- Ser trabalhador volante com experiência agropecuária, preferencialmente com família numerosa e que esteja morando em sub habitação;
- Ser morador no município, com preferência para aqueles com mais de quatro anos de residência;
- Não possuir qualquer imóvel;
- Exercer atividade remunerada de caráter temporário;
- Atender aos critérios da COHAPAR para financiamento da habitação.

Feita a seleção dos beneficiários é realizado um trabalho onde são discutidos os objetivos do Programa, colhendo subsídios para melhor caracterização do grupo de famílias que vai habitar as Vilas Rurais. Além disso, os parceiros recebem orientação quanto à organização comunitária, buscando a solução dos seus problemas e a forma como devem utilizar-se da infra-estrutura urbana e os serviços sociais disponíveis.

Um amplo programa de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional é desenvolvido com os vileiros, objetivando a

formação de cooperativa de trabalho, de comercialização e a criação de unidades de beneficiamento da produção.

Quanto aos aspectos contratuais, as moradias e lotes são entregues ao parceleiro mediante contrato de concessão de uso, com duração de 60 meses, incluindo um período de experiência de 6 meses. Se o parceleiro não se adaptar às condições do Programa ele poderá ser substituído. De acordo com o contrato, os parceleiros estão impedidos de vender, parcelar e agregar novas moradias e outras famílias no lote.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA

O Programa Vilas Rurais envolve a participação de várias instituições com atribuições e responsabilidades bem definidas.

a) Prefeituras Municipais

- . aquisição e doação do terreno;
- . participação em todas as fases de implantação e condução do Programa;

- . apoiar supletivamente o Programa em relação a eventuais necessidades de insumos/serviços, conforme sua possibilidade;

- . prestação de serviços sociais municipalizados (saúde, educação e outros);

- . gestionar politicamente o acesso a outros programas e benefícios que venham contribuir para a viabilização da Vila Rural;

b) Secretaria de Estado do Planejamento

- . coordenação institucional e orçamentária

c) Secretaria de Estado da Agricultura do Abastecimento (SEAB)

- . coordenação operacional;

- . aprovar e encaminhar novas vilas;

- . controlar aspectos financeiros e metas;

- . acompanhamento e avaliação.

d) SEAB/ EMATER-PR

- . diagnósticos, estudos e projetos técnicos;

- . assistência técnica e extensão rural;

- . participação/ acompanhamento/ avaliação

e) SEAB/ CEASA

- . implantação de armazéns comunitários e grupos de compras;

- . desenvolvimento de ações orientadoras sobre questões alimentares.

f) SEAB/ IAPAR

- . opções/ adaptações de tecnologia;

- . alternativas de produção.

g) SEAB/ CODAPAR

- . serviços de mecanização;

- . suprimentos de insumos.

h) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família –
SECR.

- . organização dos moradores em associações ou conselhos de desenvolvimento comunitário;

- . implantação de infra-estruturas sociais de acordo com as necessidades da população.

i) Secretaria Especial de Política Habitacional – COHAPAR.

- . parecer/ estudos das áreas de edificações;

- . administrar a construção de moradias e outros;

- . articular o suprimento dos serviços de energia elétrica, água e saneamento.

. rescindir os contratos de concessão de uso dos lotes e promover a substituição dos parceiros quando for o caso, conforme cláusulas específicas.

j) Secretaria de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho

- . relações de trabalho;
- . organização de classe;
- . formação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores;
- . intermediação das oportunidades de trabalho, através de integração dos trabalhadores rurais ao SINE – Sistema Nacional de Emprego – Pr;
- . geração de oportunidades de emprego e renda;
- . levantamento de informações sobre oferta e procura de trabalho;
- . provisão orçamentária.

k) Secretaria de Estado da Educação – SEED

- . educação formal para todos membros da família.

l) Secretaria de Estado da Saúde - SESA

- . atendimento à saúde;
- . programas oficiais da saúde.

m) Secretaria de Estado do Meio Ambiente

- . ações de controle e legislação ambiental;
- . levantamento fundiário;
- . restituição planialtimétrica;

- . aprova os projetos, através do IAP, no que diz respeito às áreas de preservação e reflorestamento;

- . projeta e executa a utilização de água para a agricultura.

- n) Copel

- . executa a infra-estrutura de energia elétrica.

- o) Sanepar

- . executa a infra-estrutura de saneamento e instalação de água.

- p) IAP

- . preservação ambiental.

- q) Banestado

- . crédito rural

A coordenação deste Programa, em nível estadual, está a cargo da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), com auxílio da comissão Estadual, que tem finalidade consultiva, formada pelas seguintes entidades:

- . Federação dos trabalhadores na agricultura do Estado do Paraná (FETAEP)

- . Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família (SECR)

- . Secretaria Especial de Política Habitacional (COHAPAR)

- . Secretaria de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho; (SERT)

- . Secretaria do Estado do Planejamento

No âmbito municipal a coordenação fica a cargo da Comissão Municipal, que se responsabiliza pelas ações que visam a implantação, funcionamento e acompanhamento da Vila Rural no município, com a seguinte composição.

- . Prefeitura Municipal
- . Núcleo Regional da SEAB
- . EMATER
- . COHAPAR
- . Escritório Regional da Secretaria da Criança e Assuntos da Família;

- . Escritório Regional da SERT
- . Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- . Copel
- . Sanepar
- . Outras entidades afim de interesses do município

Esta comissão tem como atribuições, analisar a área destinada à construção da Vila, privilegiando os seguintes aspectos:

- . condições técnicas da área para exploração agropecuária e edificações;
- . possibilidades e custos da infra-estrutura de eletrificação rural e saneamento;
- . disponibilidade de água para as famílias, animais e exploração agropecuária, assim como as condições para irrigação.

Pode-se constatar que os órgãos e instituições envolvidos no programa de Vilas Rurais, atuam de forma integrada, respeitando as atribuições específicas de cada um.

CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Todo o Programa Vilas Rurais, foi concebido para realocação de mão-de-obra volante de uma determinada localidade, procurando atender com mínimo de infra-estrutura estes trabalhadores, cuja sobrevivência socioeconômica estaria comprometida.

Silva (1999), é preciso tratar como parte de um reordenamento institucional, isto é, novas formas de propriedades comunitárias que estão surgindo no espaço rural, problema da associação entre o local de moradia e de trabalho na zona rural com vistas à implantação de uma política de habitação rural que não venha beneficiar novamente os grandes fazendeiros, que retêm suas terras nas periferias da cidade à espera de valorização imobiliária. Assim, além das tradicionais políticas de incentivo ao uso agrícola das terras tanto por parte do produtor direto, ou por terceiros (arrendatários e parceiros) seria fundamental criar políticas incentivando o uso não agrícola do solo rural, como exemplo, um programa de habitações rurais em que os moradores não fossem necessariamente trabalhadores rurais da fazenda onde residem.

Segundo o autor, o Programa Vilas Rurais do Governo do Estado do Paraná é um passo importante nesta direção, embora considere um programa limitado em sua concepção, uma vez que o programa se destina fundamentalmente em fixar a mão-de-obra volante de uma determinada localidade. Cita como exemplo, que o Programa esgota-se depois da Vila pronta e habitada, juntamente por ser um núcleo muito pequeno, que não oferece escala para a promoção de políticas públicas, como, por exemplo, programas de requalificação profissional. Pior que isso, a orientação dos executores do programa para impedir o desenvolvimento de atividades não agrícolas nos lotes.

Segundo os técnicos da EMATER, na concepção do programa, uma das ações da Secretaria da Criança é oferecer cursos de iniciação profissional nas áreas: industrial, artesanato, culinária, higiene e beleza, corte e costura, entre outros. Exemplo disso: vileiros constroem panificadoras. Os moradores da Vila Rural Esperança, em Itaipulândia, Oeste do Estado, em parceria com o governo, Emater e Prefeitura Municipal, constroem uma padaria que terá 55 metros quadrados, para produzir pães, bolachas e macarrão. Oito moradoras vão trabalhar exclusivamente na padaria. Cada uma delas receberá um salário mínimo por mês. Os demais moradores dividirão os lucros com a venda dos produtos. A produção será comercializada em Itaipulândia e os alimentos também vão fazer parte da merenda escolar das escolas e do Lar dos Idosos no Município.

Vileiros participam da 1ª. Feira de Sabores do Paraná, realizada de 19 a 23 de julho de 2000, no Parque Barigui. Os representantes das Vilas, além da venda direta de seus produtos, fizeram contatos com empresas que mostraram

grande interesse pela produção. Vassouras, brinquedos e artesanatos em vime, móveis em cana da índia e artigos em “ patchwork”, foram os grandes destaques da produção dos vileiros.

Entre 04 a 08 de junho, 11 moradoras de Vilas Rurais de diferentes regiões do Paraná, estiveram em Curitiba para participar do curso de atividades geradora de renda. Receberam orientações sobre técnica de porcelana fria para a confecção de biscoí, arranjos florais e decoração de embalagem; técnica de cestaria em jornal para utilidade doméstica, técnica de reciclagem de papel para confecções de cartões e porta-retratos e resinagem em juta para peças decorativas e utilidades domésticas.

Os exemplos acima, demonstram que os vileiros não estão impedidos de desenvolver atividades não agrícolas nas Vilas, e que muitas delas estão conseguindo melhorar a renda familiar, encontrando alternativas de trabalho, além da exploração agrícola do solo. Buscam combinar as atividades agrícolas desenvolvidas na Vila Rural e nas lavouras próximas com o artesanato, produção manufatureira e outros trabalhos não agrícolas.

... ganham importância “novas atividades rurais” altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas, e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria da família está ocupada em outras atividades não agrícolas e/ou urbanas. (Silva, 1999, p. 79).

Segundo o autor “novas atividades rurais”, foi colocado entre aspas porque muito dessas atividades, na verdade, já existem há séculos mais não tinham até recentemente importância como atividades econômicas. Eram consideradas atividades de fundo de quintal, que acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda do meio rural. Várias dessas atividades, integram hoje verdadeiras cadeias produtivas. Cita como exemplos de novas atividades rurais: piscicultura comercial; crescimento dos pesque-pague; criação de “aves – nobres”; criação de rãs; produção orgânica de ervas medicinais, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados (cultivo de verduras e legumes em estufa - plasticultura), ou pelo método de hidroponia, atividades estas que exigem mão-de-obra; floriculturas e mudas de plantas ornamentais; produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, cultivo de cogumelos, turismo-rural, fazenda-hotel, festas de rodeio.

As Vilas Rurais podem ser um espaço, onde muitas dessas “novas atividades rurais” podem ser desenvolvidas e outras já estão agregadas em diferentes municípios do Estado.

É necessário, portanto, conseguir maior eficácia nas iniciativas já existentes, com ações públicas e privadas, objetivando elevar o padrão de vida da população rural, reforçando os investimentos sociais nas pequenas e médias cidades do interior.

Exemplo disto, a iniciativa de parceria das universidades com os responsáveis pelo Programa Vila Rural. De acordo, com notícia publicada, no Jornal Diário do Noroeste, cujo o título “Universidades desenvolvem projetos em

Vilas Rurais”. Estes projetos visam colaborar para o desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida dos vileiros.

As universidades paranaenses públicas e particulares iniciam o ano letivo como novas parceiras do Programa Vila Rural. Elas foram convidadas a participar no campo da Extensão Universitária e aproveitam a oportunidade para desenvolver projetos educativos envolvendo a comunidade (Diário do Noroeste, Geral 11, 2001).

Segundo o Secretário Estadual da Habitação, as universidades terão função importante no desenvolvimento das Vilas, com atividades ligadas à produção agrícola, meio ambiente, saúde, qualidade de vida, saneamento básico, gestão de negócios, educação e cultura, associativismo e ocupação do espaço.

Foram apresentados mais de 90 projetos dos quais 21 deles foram analisados e aprovados pela Fundação Araucária. Esta fundação têm como objetivo viabilizar recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

A Fundação Araucária foi criada no Estado do Paraná, para dar atendimento ao Art. 205, da Constituição do Estado do Paraná.

O Estado de destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária

do Poder Executivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definida em Lei. (Constituição do Estado do Paraná, 1989, p.104).

O Programa Vilas Rurais, implantado pelo Governo do Estado do Paraná, visando a obtenção da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes – os bóias-frias concentrados principalmente na região Norte, teve a implantação das dez primeiras vilas nos municípios de Apucarana, Toledo, Santo Antônio da Platina, Manoel Ribas, Pitanga, Tibagi, Reserva, Bituruna, Goioerê, e Santo Antônio do Sudoeste, localizados em 7 das 39 microrregiões geográficas do estado, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Relação das 10 primeiras Vilas Rurais construídas, por microrregião geográfica, no Estado do Paraná.

MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA
1. Apucarana	Apucarana
2. Santo Antônio da Planaltina	Jacarezinho
3. Manoel Ribas	Ivaiporã
4. Pitanga	Pitanga
5. Tibagi	Telêmaco Borba
6. Reserva	Telêmaco Borba
7. Bituruna	União da Vitória
8. Santo Antônio do Sudoeste	Francisco Beltrão
9. Toledo	Toledo
10. Goioerê	Goioerê

Fonte: Bem Morar. Revista de Divulgação das Vilas Rurais, Nov/96.

De acordo com a Emater (2000), a Vila Rural Nova Ucrânia, foi a primeira vila implantada em Apucarana, Norte do Paraná, em 1995, atendendo 65 famílias, dessas que receberam casa e lote, apenas seis deixaram o programa. Hoje, são 367 moradores. Entre eles, 260 têm idade superior a 16 anos

e 97 são crianças. A produção da vila, nos últimos 6 meses, foi de 142 toneladas de alimentos, com destaque para produtos básicos como: arroz, feijão, milho, mandioca e batata doce. A produção de hortifrutigranjeiros também é considerável.

O Estado do Paraná; com cinco anos de implantação do programa, conta com 329 Vilas Rurais, constituídas de 12 485 unidades, isto é, casas e lotes. Em construção 66 Vilas Rurais com 2 784 unidades, e 6 com áreas adquiridas e em fase do projeto. Fonte: EMATER: 18/01/2001. Ver Quadro 2 e 3.

Como se observa, a maior parte das Vilas Rurais foi implantada, ou estão em fase de conclusão, na Região Norte e Noroeste do Paraná, onde é marcante a presença do trabalhador rural volante.

Considerando o número de Vilas Rurais concluídas e habitadas, e com base no número médio de habitantes por domicílio, no meio rural paranaense de quatro pessoas (IBGE, 1996), aproximadamente 50 000 retornaram para o campo no Estado do Paraná.

Diante do quadro de esvaziamento populacional do campo, de eliminação de postos de trabalho, de migração para a periferia da cidade de enormes contingentes populacionais, vivendo como bóias-frias, ou subempregados urbanos, a partir da década de 70, o Programa Vilas Rurais, tem proporcionado a esta população à possibilidade de ter casa própria e uma pequena área de terra, onde aparece diferentes culturas como: arroz, milho, feijão, café adensado, popunha, mandioca, stévia, maracujá, etc. como também, a criação de pequenos animais.

Quadro 2 – Distribuição das Vilas Rurais concluídas, por mesorregião e microrregião do Estado do Paraná.

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº DE VILAS	Nº DE UNIDADES
CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE		39	1 148
	Campo Mourão	24	888
	Goioere	15	530
CENTRO ORIENTAL PARANAENSE		10	345
	Jaguariaíva	02	83
	Ponta Grossa	03	87
	Telêmaco Borba	05	175
CENTRO SUL PARANAENSE		17	690
	Guarapuava	08	292
	Palmas	05	263
	Pitanga	04	135
METROPOLITANA DE CURITIBA		06	151
	Cerro Azul	-	-
	Curitiba	01	30
	Lapa	01	15
	Paranaguá	-	-
	Rio Negro	04	106
NOROESTE PARANAENSE		72	3 361
	Cianorte	12	519
	Paranavaí	30	1 537
	Umuarama	30	1 305
NORTE CENTRAL PARANAENSE		68	2 751
	Apucarana	10	334
	Astorga	21	1 135
	Faxinal	03	120
	Floraí	04	122
	Ivaiporã	21	663
	Londrina	06	238
	Maringá	-	-
	Porecatu	03	139
NORTE PIONEIRO		33	1 223
	Assai	03	137
	Cornélio Procópio	10	386
	Ibaiti	10	350
	Jacarezinho	03	120
	Wescelau Braz	07	230
OESTE PARANAENSE		45	1 385
	Cascavel	13	364
	Foz do Iguaçu	13	462
	Toledo	19	559
SUDESTE PARANAENSE		23	649
	Irati	03	90
	Prudentópolis	12	379
	São Mateus do Sul	04	85
	União da Vitória	04	95
SUDOESTE PARANAENSE		15	512
	Capanema	01	41
	Francisco Beltrão	12	402
	Pato Branco	02	69
TOTAL		328	12 478

Fonte: EMATER, 18/01/2001.

Quadro 3 – Distribuição das Vilas Rurais não concluídas, por mesorregião e microrregião do Estado do Paraná.

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	Nº DE VILAS	Nº DE UNIDADES
CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE		05	199
	Campo Mourão	04	179
	Goioere	01	20
CENTRO ORIENTAL PARANAENSE		11	405
	Jaguariaíva	3	76
	Ponta Grossa	1	23
	Telêmaco Borba	7	306
CENTRO SUL PARANAENSE		04	156
	Guarapuava	2	112
	Palmas	-	-
	Pitanga	2	44
METROPOLITANA DE CURITIBA		02	49
	Cerro Azul	-	-
	Curitiba	-	-
	Lapa	-	-
	Paranaguá	-	-
	Rio Negro	02	49
NOROESTE PARANAENSE		05	253
	Cianorte	02	100
	Paranavaí	03	153
	Umuarama	-	-
NORTE CENTRAL PARANAENSE		20	1 009
	Apucarana	04	127
	Astorga	02	115
	Faxinal	01	130
	Florai	01	58
	Ivaiporã	05	214
	Londrina	06	311
	Maringá	-	-
	Porecatu	01	54
NORTE PIONEIRO		14	576
	Assaí	01	35
	Cornélio Procópio	05	236
	Ibaiti	01	30
	Jacarezinho	02	86
	Wescelau Braz	05	189
OESTE PARANAENSE		04	121
	Cascavel	01	34
	Foz do Iguaçu	02	57
	Toledo	01	30
SUDESTE PARANAENSE		01	16
	Irati	-	-
	Prudentópolis	01	16
	São Mateus do Sul	-	-
	União da Vitória	-	-
SUDOESTE PARANAENSE		-	-
	Capanema	-	-
	Francisco Beltrão	-	-
	Pato Branco	-	-
CENTRO OCIDENTAL PARANAENSE		66	2 784

Fonte: EMATER, 18/01/2001.

Na Microrregião de Paranavaí, conforme figura 8, constituída por 29 municípios, foram construídas 30 Vilas Rurais com 1537 unidades e em fase de conclusão 3 com 153 unidades, atendendo 1690 famílias e considerando a média de 4 pessoas por família, totaliza 6760 moradores aproximadamente.

Segundo informações da EMATER, muitas vilas na Microrregião de Paranavaí, vem alcançando destaque. Uma delas é a Vila Rural Quatro Marcos, localizada no Município de Marilena, a produção da Vila é comercializada com a Infrupar, indústria que processa a polpa de frutas, dentro do Programa Sócio da Vila. O programa promove parcerias entre os moradores e empresas para fornecimento de matéria – prima ou mão-de-obra, como forma de garantir a viabilidade econômica das comunidades. Os vilienses produzem morangos, maracujá, goiaba, manga e caju.

A Vila Rural Monte Alto, em Paranacity, buscou o caminho da diversificação. Os vilienses optaram pelo plantio de café adensado, uva de mesa, stévia e sorgo – vassoura, além da criação de galinha caipira para consumo próprio.

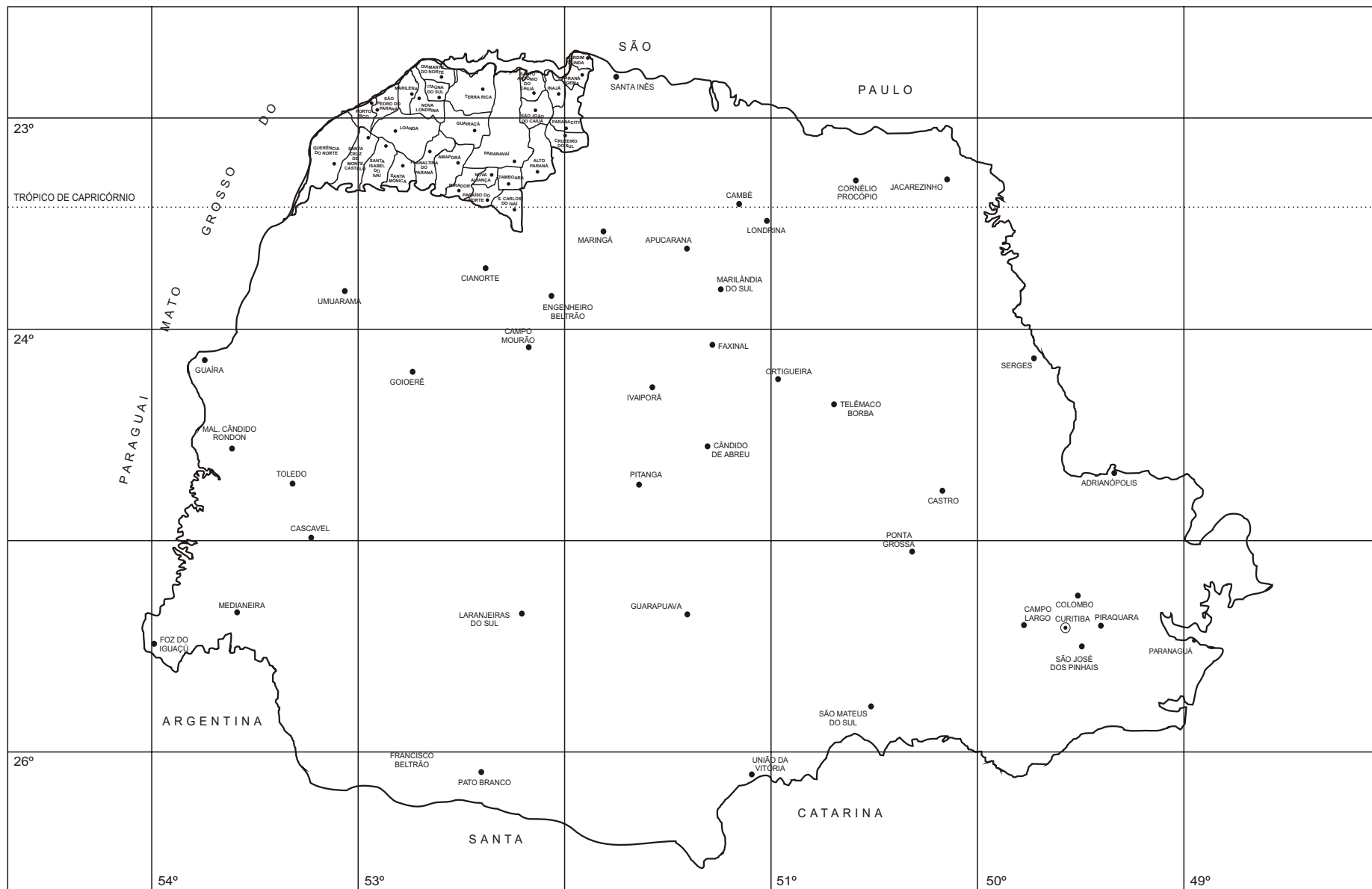


FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PARANAÍBÁ

Fonte: Padis 1981
Org.: Bana (2000)

ESCALA APROXIMADA DE: 1:3.000.000

CAPÍTULO IV — As Vilas Rurais no espaço agrário do município de Paranaíba

ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DAS VILAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARANAÍ

A agropecuária base econômica do município de Paranaí, conforme figura 9, nasce com a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), com projeto de formar uma grande fazenda, com 1 200 000 pés de café e uma extensa área de pastagens para o gado (1925 a 1930).

O café e as culturas temporárias ocuparam as terras do município até o final de década de 1960. A partir deste período começam a ser substituídos pelas pastagens. Na década de 1970, aumentaram as áreas de culturas de algodão, mandioca, milho, feijão, amendoim e arroz, ocupando as maiores áreas.

A produção de café, como base de ocupação atraía grande contingente de trabalhadores nas áreas rural e urbana, provocando uma demanda de equipamentos urbanos. O café como grande cultura empregadora de mão-de-obra, trazia consigo a incerteza para esta população, em consequência do mercado externo do produto, e ainda, influenciada pelas intempéries climáticas e as características do seu solo oriundo do Arenito Caiuá.

De acordo com Demétrio (1997), o Arenito Caiuá em algumas áreas é capeado por uma camada de sedimentos cenozóicos com espessura de 1 a 2 metros, altamente friável, à qual denominou-se “Formação Paranaí”. Essa formação foi altamente erodida por causa de sua grande susceptibilidade ao

processo erosivo e sua fragilidade originando enormes voçorocas no perímetro urbano, assim como ravinamentos em toda a área do município.

O Arenito Caiuá e as rochas eruptivas em alguns pequenos afloramentos são responsáveis pela formação dos solos desta porção, o primeiro ocasionando solos profundos, porosos, com baixos e médios teores de argila e baixos teores de minerais pesados. Nos afloramentos ocorrem solos com elevado teor de ferro, manganês, etc.

De acordo com Demétrio (1997), por meio de levantamento de recobrimento dos solos no Estado do Paraná (EMBRAPA/CNLCS, 1984), constatou-se que as unidades pedológicas predominantes nesta área são: Latossolo-Vermelho-Escuro Distrófico (Led2), encontrados nas partes altas e planas; Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico abrupto (PE2) é encontrado em vertentes mais pronunciadas com declividade superior a 8% e Podzólico Vermelho-Amarelo Distrófico (PV3) de textura média, que ocorre nas áreas próximas aos canais de drenagem. Nas partes baixas das toposseqüências onde a declividade alcança de 3 a 8% é encontrado o Podzólico Vermelho Amarelo Eutrófico (PE3). As areias Quartzocas-AQ- de caráter eutrófico e distrófico, podem ser encontradas acompanhando os canais de drenagem, porém, estão dispostas, predominantemente, nas baixadas e fundos de vale, onde aparecem também os Solos Aluviais (Ae).

Todas essas unidades apresentam sérias restrições ao uso agrícola e são susceptíveis à erosão e aos riscos de rápida degradação da fertilidade.

Sendo assim, o solo do município de Paranaíba, derivado do Arenito Caiuá, não possuindo a mesma capacidade produtiva das terras roxas, já apresentava no início de década de 1970, sintomas de esgotamento da fertilidade com a queda de produtividade e com o aparecimento acentuado da erosão em áreas rurais e urbanas. Necessitando de grandes investimentos da adubação, no combate à erosão, provocou o deslocamento da população para outras frentes agrícolas que se formavam na época.

Segundo Moro (1991) as geadas de 1967, 69,75 e 81, também contribuíram para desmotivar os produtores em continuar investindo no café. Esta situação exigiu a alteração no sistema tradicional do cultivo do café, iniciando-se o uso de fungicidas nas lavouras e encarecendo os custos de produção, contribuindo significativamente para o processo de substituição de culturas.

Além disso, na década de 1970, foi detectada a presença de ferrugem nos cafezais do Paraná

A ferrugem, já por volta dos últimos anos da década de sessenta e primeiros da setenta, encontrou nas lavouras de café mal cuidadas e sentidas pela ação das geadas, campo propício a sua propagação agravando o custo de manutenção e produtividade das lavouras (Moro, 1991, p. 50).

Outra variável que influenciou a decadência dos cafezais foi a presença de nematóides, danificando o sistema radicular e diminuindo a produtividade.

A expressiva expansão da área de pastagens, no Norte Novíssimo deve-se a presença de solos arenosos, muitos friáveis que, quando ocupados por lavouras de café sem maiores cuidados com sua conservação, degradam-se rapidamente, possibilitando a multiplicação excessiva de nematóides que, atacando as raízes dos cafeeiros, comprometem seriamente as lavouras, contribuindo para sua erradicação (MORO, 1991 p. 70).

Como consequência destes fatores a cafeicultura no município de Paranavaí sofre redução seqüenciada, estabilizando-se em 1996 com área correspondente a 1 800 hectares e no ano 2000 apresenta apenas 990 hectares.

TABELA 10 - Áreas de plantio de café, produção e rendimento no município de Paranavaí.

ANO	ÁREA TOTAL (Ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (T)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/Ha)
1995/96	1 800	900	500
1997/98	850	1 020	1 200
1998/99	1 030	522	678
1999/2000	990	480	410

Fonte: SEAB-DERAL – Levantamento de produção agrícola municipal – 1995/96, 97/98, 99/2000.

Dentre as alternativas para ampliar a produção no meio rural e que venham minimizar os problemas gerados pela redução da cafeicultura no Noroeste do Paraná, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, implantou uma política de incentivo à produção de café adensado, sistema de produção que pode viabilizar um pequeno retorno da cafeicultura na região, onde vários municípios aderiram ao programa. Em Paranavaí, poucos produtores

aderiram a essa nova fase da cafeicultura. Segundo o Deral (2000), da área total em 2000, de 990 hectares, 390 hectares estão ocupados com café adensado e 600 hectares no sistema tradicional.

Considera-se lavoura adensada quando o espaço livre entre as linhas de cafeeiros é igual a zero ou inferior a 20 cm. A distância entre as covas na linha pode variar desde 1 m até 1,5 para covas de duas plantas, ou de 0,5 m a 1 m para covas de uma planta, dependendo do local. Em solo arenoso, pode-se deixar um espaço livre de 20 cm e, à distância entre as linhas será de 2,10 m. (2º Encontro Paranaense de Café. Painel/Tecnologia. Manejo da lavoura cafeeira, 1995, p.14-5).

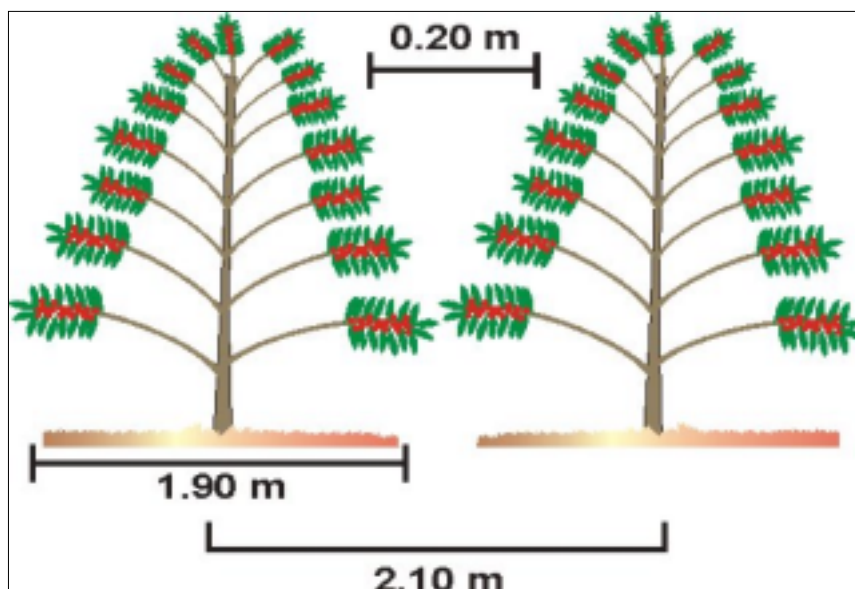
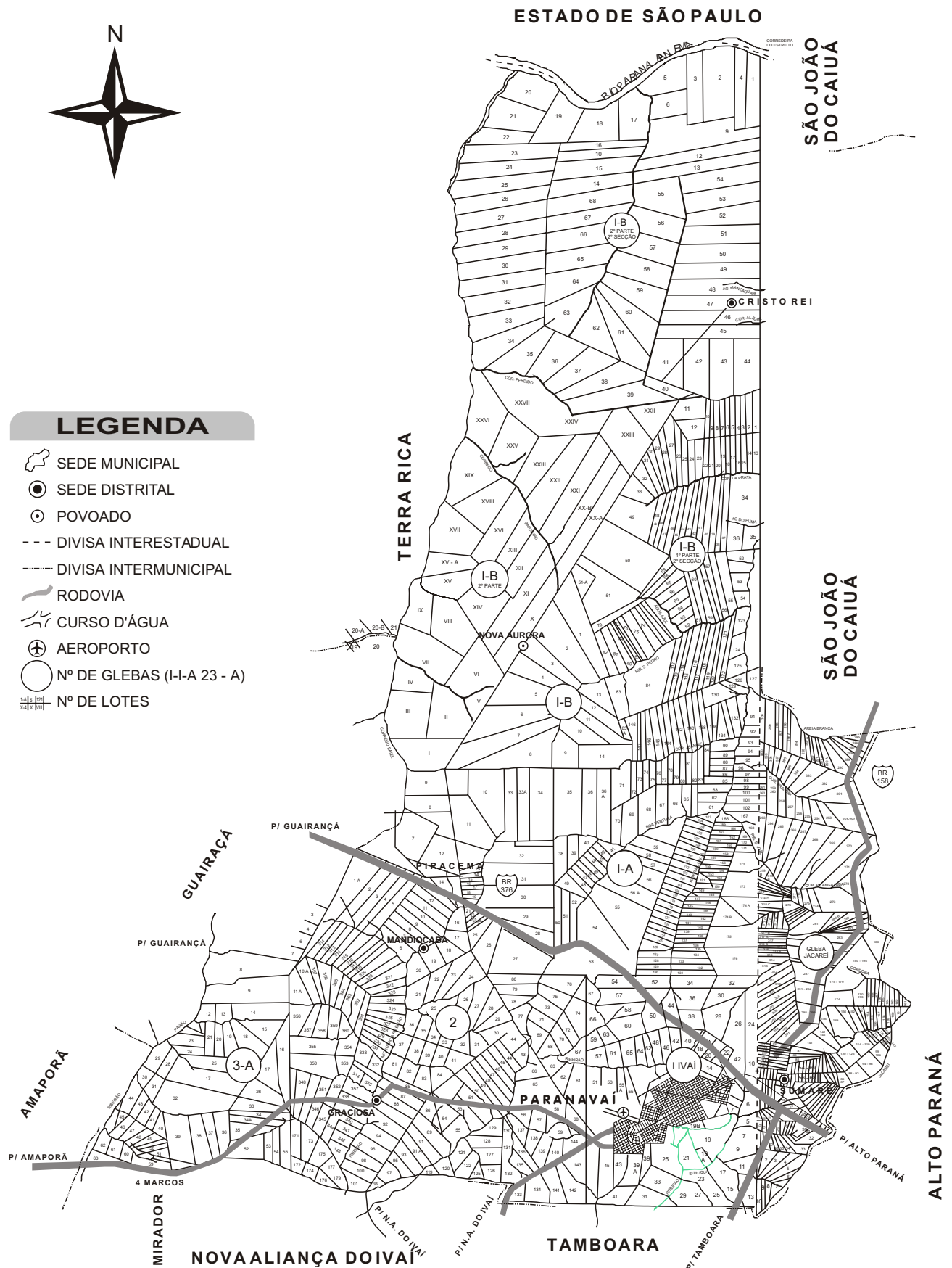


FIGURA 10 – Distância entre linha de cafeeiros adensados em solo arenoso .
Fonte: Painel/Tecnologia. Manejo da lavoura cafeeira, 1995

As novas áreas plantadas com esta tecnologia, além de aumentarem a produção por área, adaptam-se melhor à utilização das derriçadeiras a ar comprimido, acelerando o processo de mecanização da colheita do café.

A nova tendência para o café já pode ser comprovada nas vendas antecipadas de equipamentos... Os fabricantes de colhedoras e derriçadeiras mecânicas estão em dificuldades para atender novos pedidos. Ao mesmo tempo, multinacionais do setor começam a abrir escritórios em regiões produtoras. Algumas máquinas agrícolas podem substituir até 200 homens na colheita com a vantagem de trabalhar 24 horas ininterruptas. Seu uso pode reduzir em 40% o custo de produção de café, dependendo das condições de mão-de-obra local. (Silva, 1999, p. 86).

O esgotamento da fertilidade do solo, com a queda da produtividade, as geadas, a presença de nematóides e da ferrugem são ingredientes que contribuíram para levar um expressivo número de produtores rurais a decidirem pela erradicação do café e sua substituição pelas pastagens com total influência no processo de organização espacial da agropecuária no município de Paranaíba.



Fonte: Prefeitura Municipal de Paranavaí
Org.: Bana (2000)

TABELA 11 - Evolução da área de pastagem na organização do espaço agropecuário de Paranavaí.

ANO	Nº DE ESTABEL.	TOTAL EM Ha P/ ESTABEL.	ÁREA TOTAL EM Ha DE PASTAGENS	Nº DE CABEÇAS	Nº DE CABEÇAS POR Ha	% DA ÁREA DE PASTAGEM
1970	1 932	111 842	66 076	98 775	1,49	58
1975	1 610	115 944	84 556	139 872	1,65	73
1980	1 164	118 506	88 942	146 560	1,64	78
1985	1 555	111 335	86 977	141 161	1,62	78
1991	-*	-*	93 756	121 433	1,29	82
1996	1 148	121 525	97 382	130 295	1,33	80

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1970/75/80/85/91/96.

* Não obtivemos dados.

Segundo IBGE (1996), o município de Paranavaí possui o segundo maior rebanho bovino do Estado do Paraná, entretanto apresenta um número de bovinos por hectare muito reduzido. A média de apenas uma cabeça por hectare da propriedade é baixa, como se observa na tabela 11. Optando-se pelo manejo correto, o pecuarista poderia alcançar, num curto espaço de tempo, melhoria da produção e a recuperação das pastagens, aumentando a capacidade de renda do produtor.

Para melhor compreensão a tabela 12 apresenta os números correspondentes à evolução do uso do solo no espaço agropecuário do município de Paranavaí.

TABELA 12 - Evolução das grandes categorias de uso no espaço Agropecuário de Paranavaí.

Período	Estabelecimentos			Pastagem			Lavouras					% Total	
	Nº de Estabelecimentos	Total em hectares dos estabelecimentos	Área Total em hectares da Pastagem	Bovinos nº de cabeças de cabeças	nº de cabeças por hectares	% da área de pastagem	PERMANENTES	TEMPORÁRIOS		Área total de Lavoura em hectares	% Área de Lavoura		
CENSO/ANOS							Área em hectares	% da área total	Área em hectares	% da área total			
1970	1 932	112 842	66 076	98 775	1,49	58	15 906	14,1	6 268	5,5	22 174	19,6	77,6
1975	1 610	115 944	84 556	138 872	1,65	73	13 283	11,4	4 835	4,1	18 118	15,5	88,5
1980	1 164	118 506	88 942	146 560	1,64	75	12 873	10,9	5 879	4,9	18 752	15,8	90,8
1985	1 555	111 335	86 977	141 161	1,62	78	6 768	6,1	9 293	8,3	16 061	14,4	92,4
1990*	-	-	93 756 *	121 433 *	1,29	82	-	-	-	-	-	-	-
1996	1 148	130 833	97 382	130 295	0,74	7,4	3 418	2,6	10 513	8,0	13 931	10,6	87,6

Fonte: IBGE – 1970/75/80/85/90/96.

* IPARDES/SEAB

- NÃO OBTIVEMOS DADOS

Durante o período de formação dos cafezais, as culturas alimentícias (arroz, milho, feijão) constituíram grande fonte de renda para as pequenas propriedades. Eram e continuam sendo exploradas sob a forma de lavouras intercaladas aos cafeeiros.

As áreas de lavoura, em 1970, correspondiam a 19,6% do total dos estabelecimentos, diminuindo para 14,4% em 1985. No processo evolutivo das culturas permanentes e temporárias, no período de 1970 a 1996, observa-se que as lavouras permanentes foram reduzidas e as temporárias apresentaram crescimento.

Entre as lavouras temporárias, no município de Paranavaí, destaca-se a mandioca, que aparece em quase todas as propriedades.

A produção de mandioca está baseada no sistema de arrendamento, especialmente em áreas de pastagens, com compromisso do arrendatário em entregar o pasto reformado com plantio de mudas de gramíneas e pagamento do aluguel das terras com parte da produção. Por causa disto, a cultura de mandioca não permanece na mesma área por mais de 2 anos, voltando depois retomando o processo.

Segundo SEAB-DERAL, no período de 1975-85 a produtividade de mandioca aumentou em 64%. Entretanto, esse aumento está baseado na substituição das variedades tradicionais e nos tratos culturais, visto que o uso de fertilizantes é raro.

Na década de 90, o município de Paranavaí, tornou-se um dos maiores produtores nacional de mandioca para a indústria e um dos pólos agroindustriais do produto, com a instalação da empresa INDEMIL.

TABELA 13 - Área de plantio de mandioca, produção e rendimento dos últimos 5 anos.

ANO	ÁREA TOTAL (Ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (T)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/Há)
1995/96	2 690	42 100	20 143
1997/98	2 950	45 150	18 353
1998/99	3 050	56 560	18 579

Fonte: SEAB-DERAL – Levantamento de produção agrícola municipal – 1995/96, 97/98, 99.

As áreas tradicionais de cultivo de mandioca estão concentradas nos distritos de Graciosa e Mandiocaba, representando a maior proporção de produção. A cultura da mandioca é responsável pela ocupação de boa parte da mão-de-obra no meio rural.

A citricultura, baseada na produção de laranja, aparece em vários municípios do Noroeste do Paraná, e tem com centro agroindustrial o município de Paranavaí, com instalação da empresa COCAMAR CITRUS.

Este programa iniciou-se no final da década de 1980 e encontrou resistência entre os produtores rurais, tradicionalmente ligados à pecuária. A área total ocupada por laranja, em Paranavaí na safra de 1995-96 era de 1 452 hectares e em 1998-99 esta área diminuiu para 1 379 hectares (SEAB-DERAL, 2000).

Outras culturas podem ser destacadas no município de Paranavaí: o milho, algodão, feijão e arroz.

TABELA 14 - Evolução da área em hectares das culturas mais expressivas do espaço agropecuário do município de Paranavaí (1970-1996).

ANO	PASTAGEM	CAFÉ	MANDIOCA	ALGODÃO	MILHO	LARANJA	FEIJÃO	ARROZ
1970	66 076	17 076	1 318	2 382	3 617	8	433	189
1975	84 556	12 600	1 344	900	2 283	1	600	507
1980	88 942	10 521	2 640	185	2 513	6	763	500
1985	86 977	5 850	6 000	600	1 680	41	-	-
1990	93 756	4 800	3 200	800	1 000	-	-	-
1996	97 382	1 800	2 690	500	1 100	1 452	250	15

Fonte: IBGE Censo Agropecuário – 1970/75/80/85.
SEAB-DERAL – 1990/96.

São as áreas de lavouras que minimizam em parte o problema do emprego no campo, pois utilizam trabalhadores temporários (bóias-frias), no processo de plantio e colheita das culturas.

As áreas de lavouras, mesmo em menos proporção, relativamente às extensas áreas de pastagens, minimizam em parte o problema do desemprego, por utilizar do “exército de reserva”, trabalhadores eventuais (bóias-frias) no processo de desenvolvimento e colheita das culturas, implicando ao trabalhador em aceitar o pagamento de diárias que o contratante impõe. (Demetrio, 1997, p. 110).

Merece destaque também no município, o plantio de frutas, muito importante para os pequenos produtores, entre elas: uva de mesa, melancia e abacaxi.

Os diferentes fatores que caracterizam o espaço agropecuário do município, são responsáveis pela expulsão de grande contingente populacional residente no campo. A população rural do município somente aparece predominante até 1960. Em 1970 este contingente populacional integra-se à

população urbana do município, ou dirige-se para outras fronteiras agrícolas brasileiras.

Tudo que foi visto indica que o município de Paranavaí a partir da década de setenta (1970) sofreu grandes mudanças condicionadas a fatores conjunturais, estruturais e locais e que acabam por caracterizar a evolução do espaço agropecuário do município.

Tabela 15 - Evolução da População Rural e Urbana do Município de Paranavaí. 1960/2000.

Ano	Total	Urbana Total	%	Rural Total	%	Período	Crescimento Demográfico
1960	63 189	25 028	39,6	38 161	60,4	50/60	-
1970	57 387	39 309	68,5	18 078	31,5	60/70	-8,75%
1980	65 290	54 666	87,7	10 624	16,3	70/80	13,77%
1991	71 173	64 482	91,0	6 691	9,0	80/91	9,01%
1996	72 972	67 834	93,0	5 138	7,0	91/96	2,52%
2000	75 660	70 245	92,8	5 418	7,2	96/2000	0,96%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos – 1960/70/80/91.

IBGE - Contagem da População – 1996.

IBGE - Censo Demográfico. Resultados Preliminares – 2000.

Como se observa na tabela 14, a partir da década de 1970, o processo migratório rural-urbano provoca um movimento radical de transferência de população para a cidade, marginalizando esta população a uma condição periférica de habitação nos arredores da cidade.

No Censo 2000, os dados preliminares, apontam aumento da população rural de 0,2%, em relação a Contagem da População (IBGE, 1996), provavelmente pelo reassentamento de famílias na zona rural, através do Programa Vila Rural.

Este esvaziamento radical do espaço rural do município e a inadequada infra-estrutura em bairros periféricos para atender a demanda, estimulou o poder público municipal a integrar-se no Programa Vilas Rurais.

O Município de Paranaíba, conta atualmente com duas vilas rurais concluídas e três em fase de conclusão e uma em fase de projeto. Estas vilas estão localizadas no Distrito de Mandiocaba, no Distrito de Sumaré, Distrito de Graciosa, Distrito de Piracema e no Jardim Morumbi.

A VILA RURAL JOSÉ DOLVINO GARCIA – DISTRITO DE MANDIOCABA.

A Vila Rural José Dolvino Garcia, inaugurada em 15 dezembro de 1999, está localizada no Distrito de Mandiocaba, reúne 48 famílias e uma população de 185 pessoas. A distância que separa a Vila Rural da sede do município, é de 32 Km aproximadamente, e de 4 Km do distrito.



FIGURA 12 – Placa de inauguração da Vila Rural.
Foto: Prof. Dr. Dióres Santos Abreu, 2000.

O Distrito de Mandiocaba, criado pela Lei Municipal nº 1539/92, localizado a Noroeste da cidade de Paranaíba, dista 28 Km da sede municipal.

O Distrito de Mandiocaba tem ligação asfáltica com a BR-376, que liga Paranaíba a Nova Londrina.

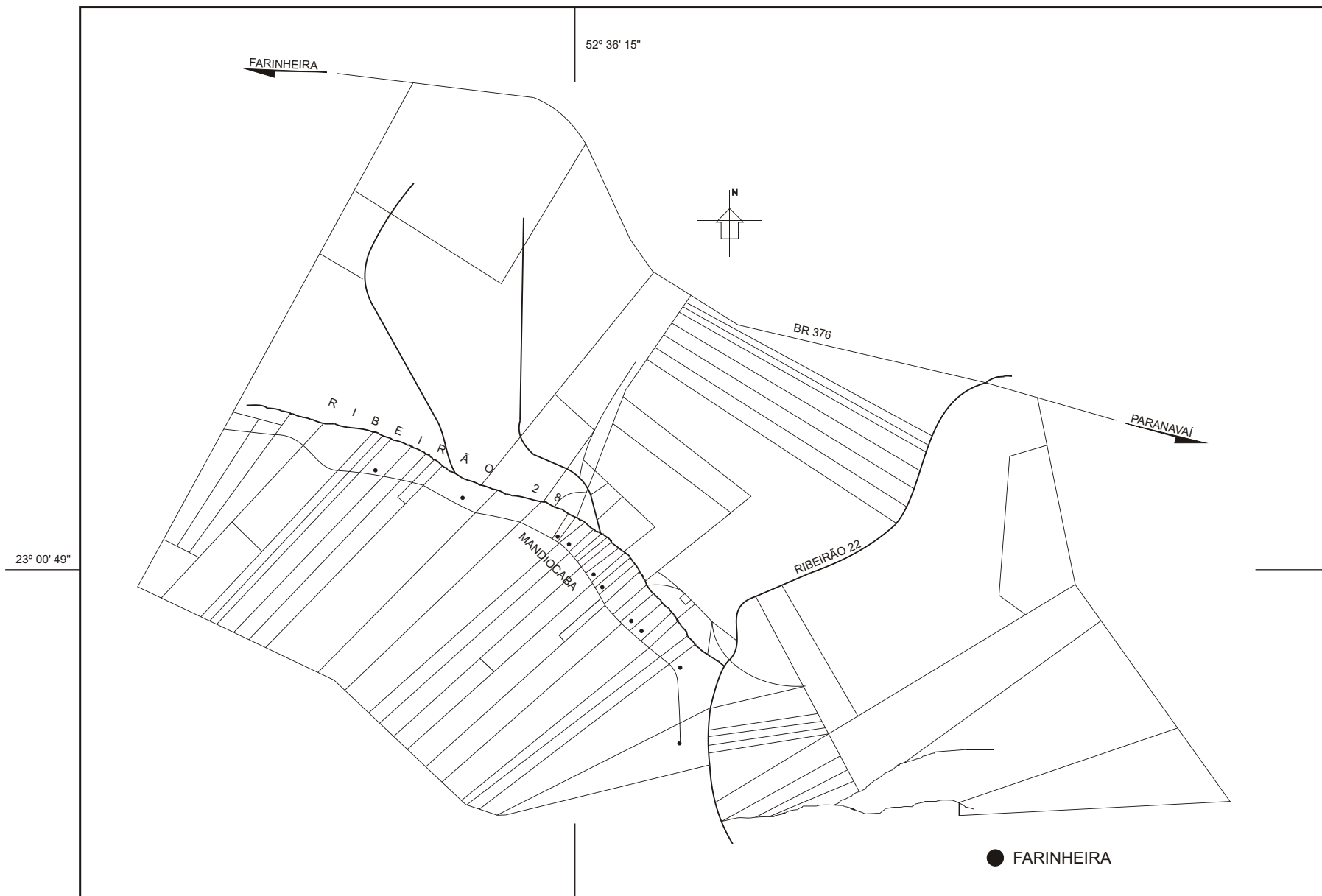


FIGURA 13 - PLANTA DO DISTRITO DE MANDIOCABA, LOCALIZAÇÃO DA BACIA DO RIBEIRÃO "ÁGUA DO 28"

Fonte: EMATER

Org.: João Egídio da Silva, 2000

Escala Aproximada: 1/100.000

Em 1948, o povoado de Mandiocaba era conhecido como “Água do Vinte e Oito”, conforme figura 13, devido a um pequeno rio nas proximidades. Seus primeiros moradores chegaram derrubando matas e dedicando-se ao plantio de café. Em 1949, chega no Distrito os primeiros migrantes catarinenses, entre eles, a família Silvestre, que percebendo a grande produtividade da mandioca no local, já em 1950 instalou a primeira farinheira.

Modernização da agricultura e as grandes geadas que arrasaram os cafezais, seus habitantes aperfeiçoaram-se no cultivo da mandioca, construindo diversas farinheiras, especializadas na produção de farinha, que é comercializada na região e exportada para outras localidades do Brasil.

O Distrito de Mandiocaba, possui infra-estrutura básica com coleta pública de lixo, posto de saúde, energia elétrica, escola pública de ensino fundamental e um pequeno comércio. O fornecimento de água é feito através da SANEPAR. Suas principais ruas são pavimentadas.

Dentre os diversos benefícios que chegaram ao Distrito, os moradores destacam a Vila Rural. A área total desta Vila é de 339 999,80 metros quadrados, divididos em 48 lotes com área média de 5 026,62 metros quadrados para lavoura e moradia; 20% da área total é destinada a preservação permanente e a área institucional é de 5 876,64 metros quadrados, e a área de vias públicas é de 22 346,47 metros quadrados. Ela está dividida em duas quadras.



FIGURA 14 - Portal de entrada da Vila Rural.
Foto: Prof. Dr. Dióris Santos Abreu, 2000.

A figura 14 mostra o portal de entrada da Vila Rural José Dolvino Garcia, esta recebeu este nome em homenagem ao pioneiro, migrante catarinense, que muito contribuiu para o desenvolvimento do Distrito.

Durante a pesquisa realizada na Vila Rural, foram contatadas 47 famílias e uma população de 182 pessoas.

Caracterização das famílias da Vila Rural José Dolvino Garcia do Distrito de Mandiocaba

Inicialmente buscou-se a caracterização dos moradores da vila: composição familiar, sexo, relação de parentesco com o responsável pelo lote, nível de escolaridade e situação ocupacional.

Quadro 4 – Distribuição dos moradores, por sexo, da Vila Rural José Dolvino Garcia

Lote	Masculino	Feminino	TOTAL
1	1	2	3
2	1	3	4
3	1	2	3
4	1	3	4
5	3	1	4
6	3	2	5
7	1	1	2
8	2	1	3
9	1	2	3
10	2	2	4
11	3	2	5
12	2	2	4
13	2	1	3
14	1	1	2
15	1	3	4
16	5	1	6
17	1	2	3
18	1	1	2
19	2	2	4
20	1	1	2
21	1	1	2
22	1	2	3
23	1	4	5
24			0

Lote	Masculino	Feminino	TOTAL
25	3	2	5
26	2	1	3
27	3	2	5
28	4	2	6
29	1	1	2
30	2	3	5
31	1	2	3
32	2	2	4
33	3	2	5
34	1	2	3
35	3	1	4
36	4	4	8
37	1	4	5
38	2	1	3
39	1	1	2
40	2	1	3
41	1	5	6
42	2	2	4
43		4	4
44	3	2	5
45	2	2	4
46	3	2	5
47	2	1	3
48	1	4	5
TOTAL	87	95	182

Fonte – Trabalho de campo
Org. Bana, 2000.

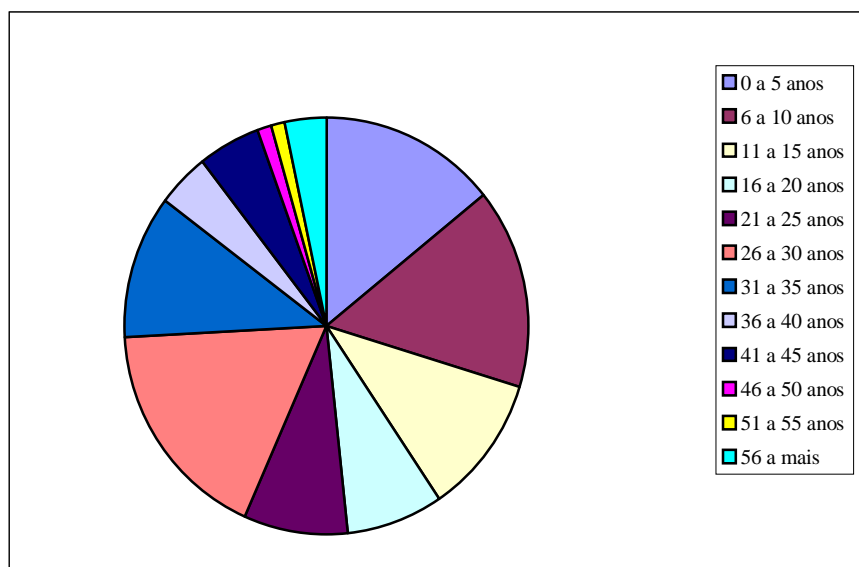
O quadro 4 mostra o número de pessoas que residem em cada lote. O número médio de pessoas por residência na Vila é de 3,8 pessoas, enquanto que a média no meio rural paranaense é 3,96 (Contagem de População IBGE, 1996). O maior número de pessoas numa residência é oito, pode-se considerar que de modo geral as famílias não são numerosas.

Dos 182 viliiros residentes, 87 são homens e 95 mulheres, correspondente a 48 % da população do sexo masculino e 52 % do sexo feminino.

Quadro 5 - Composição familiar dos beneficiários, por faixa etária e por sexo.

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 a 5 anos	10	16	26
6 a 10 anos	13	15	28
11 a 15 anos	8	12	20
16 a 20 anos	9	5	14
21 a 25 anos	5	10	15
26 a 30 anos	17	15	32
31 a 35 anos	14	6	20
36 a 40 anos	2	6	8
41 a 45 anos	6	3	9
46 a 50 anos	1	1	2
51 a 55 anos	1	1	2
56 a mais	4	2	6
TOTAL	90	92	182

Fonte – Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

**Gráfico 3** - Composição familiar, por faixa etária e por sexo.

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Observando-se o gráfico da composição familiar, constata-se que 48 % da população é formada por crianças e jovens até 20 anos e 52 % são adultos. No total de adultos, estão incluídos 4,4 % de pessoas com idade superior a 51 anos.

A responsabilidade do lote, aquele que atendeu as exigências do programa para ser beneficiado, está assim distribuído: 42 homens e 05 mulheres.

Das 47 famílias entrevistadas, 44 é composta pelo marido, mulher e filhos; 2 famílias é formada pelo marido, mulher, filhos e outro parente (sobrinha e sogra) e apenas 1 família perdeu o marido depois do assentamento na Vila, vivendo apenas a mãe e seus filhos.

Quadro 6 – Distribuição do número de filhos, por sexo e por domicílio.

Lote	Masculino	Feminino	TOTAL
1		1	1
2		2	2
3		1	1
4		2	2
5	2		2
6	2		2
7			0
8	1		1
9		1	1
10	1	1	2
11	2	1	3
12	1	1	2
13	1		1
14			0
15		2	2
16	4		4
17		1	1
18			0
19	1	1	2
20			0
21			0
22		1	1
23		3	3
24			0

Lote	Masculino	Feminino	TOTAL
25	2	1	3
26	1		1
27	2	1	3
28	3	1	4
29			0
30	1	1	2
31		1	1
32	1	1	2
33	2	1	3
34		1	1
35		2	2
36	3	3	6
37		3	3
38	1		1
39			0
40		1	1
41		4	4
42		1	1
43		2	2
44	2	1	3
45	1	1	2
46	2	1	3
47	1		1
48		3	3
TOTAL	37	48	85

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

O quadro 6 mostra que o número total de filhos é 85, sendo que 37 são do sexo masculino e 48 do sexo feminino

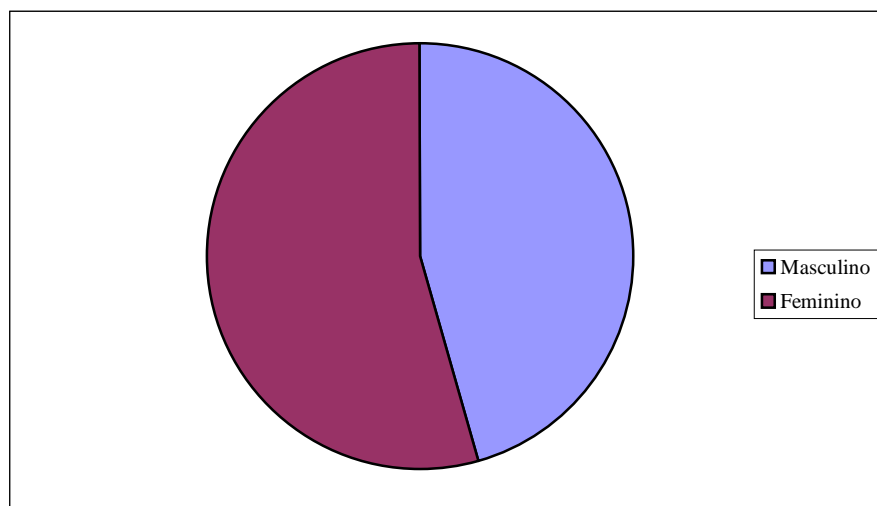


Gráfico 4 - Distribuição percentual do número de filhos, por sexo.
Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

Quanto ao número de filhos distribuídos por sexo encontra-se 44 % do sexo masculino e 56% do sexo feminino. Demonstrando a predominância do sexo feminino. A média é de 1,8 filhos por família.

Nível de Escolaridade dos moradores da Vila Rural José Dolvino Garcia.

Para se analisar o nível de escolaridade dos vileiros, buscou-se três situações distintas: nível atingido, isto é, o grau de ensino que a pessoa alcançou; situação presente: se estuda ou não, se parou de estudar e, finalmente os motivos porque pararam de estudar.

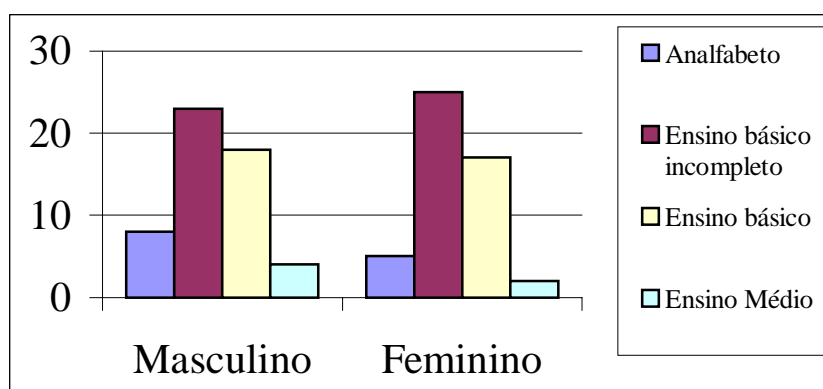
Quadro 7 - Nível de escolaridade atingido pelos moradores da vila.

NÍVEL ATINGIDO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Analfabeto	8	5	13
Ensino básico incompleto	23	25	48
Ensino básico	18	17	35
Ensino Médio	4	2	6
TOTAL	53	49	102

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

Dentre os entrevistados 8 homens e 5 mulheres declararam nunca ter frequentado uma escola. No item “ensino básico incompleto”, o número é muito alto, 23 homens e 25 mulheres. Destes a maioria declarou que apenas concluiu a 2º série do ensino fundamental.

Concluíram o ensino básico 18 homens e 17 mulheres. E um número muito pequeno, 4 homens e 2 mulheres, concluíram o ensino médio.

**Gráfico 5** - Escolaridade: nível atingido.

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

Para o conjunto dos entrevistados, há a seguinte situação: 27,4% são analfabetos, 47 % apenas sabe ler e escrever, 34 % concluíram o ensino básico. Apenas 66% possuem escolaridade de nível médio.

Quadro 8 – Nível de escolaridade: situação presente.

SITUAÇÃO PRESENTE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Estuda	25	37	62
Parou definitivamente	30	23	53
Parou temporariamente	17	19	36
Nunca estudou	8	5	13
TOTAL	80	84	164

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

Quanto a situação presente, pode-se afirmar que todas as crianças em idade escolar estudam na escola do Distrito de Mandiocaba e aqueles que cursam o ensino médio se deslocam para a cidade de Paranavaí.

Constata-se também que as crianças na faixa etária de 5 a 6 anos freqüentam a pré-escola.

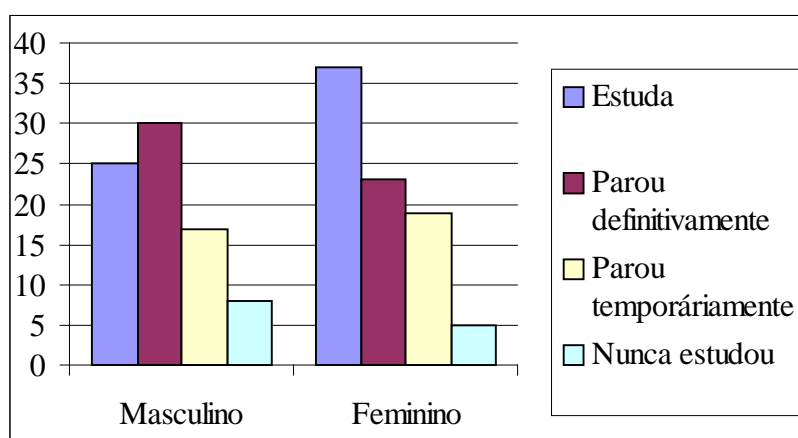


Gráfico 6 – Nível de escolaridade: situação presente

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

Como se observa na tabela 8, 15% dos homens e 22% das mulheres estudam.

Embora grande número de vileiros estão situados numa faixa etária jovem, muitos deixaram a escola prematuramente. Dos homens 29 % afirmam ter parado de estudar definitivamente e 16 % temporariamente, estes últimos manifestam desejo de retornar à escola. Por outro lado, 22 % das mulheres deixaram a escola definitivamente e 18% temporariamente. Das mulheres entrevistadas que gostariam de retornar à escola, manifestam o desejo de estudar na própria vila, para não deixar os filhos sozinhos.

Quadro 9 - Motivos pelos quais parou de estudar

MOTIVOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Precisou trabalhar	36	20	56
Distância da escola	8	15	23
Somente tinha até esta série	2	2	4
Não precisa	1	5	6
Total	47	42	89

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

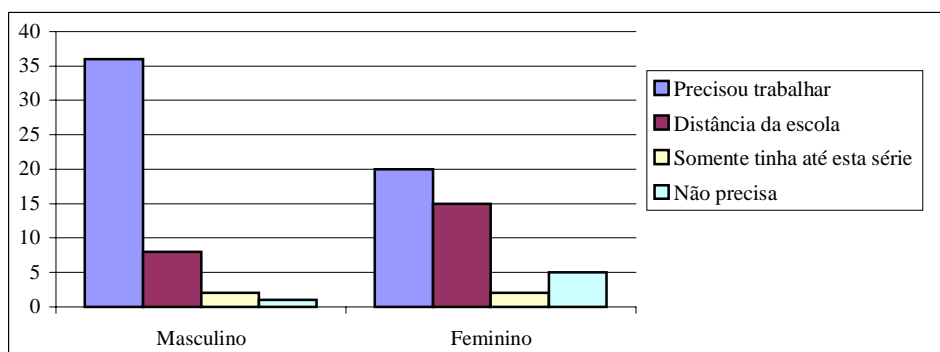


GRÁFICO 7 - Motivos pelos quais parou de estudar

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

No que se refere aos motivos porque não estudam ou deixaram de estudar, observa-se que a “necessidade de trabalhar” prevaleceu, com 62 % do total, com 40 % dos homens e 22 % das mulheres.

De acordo com depoimento de um morador ele deixou a escola para “ajudar a família” e passou a trabalhar como bóia-fria e era impossível depois do dia de trabalho ir a escola.

Outro motivo que aparece é a distância que moravam da escola. Dos entrevistados 8,9 % dos homens e 16 % das mulheres afirmaram que moravam em sítios ou fazendas onde não havia escola na proximidade.

Com referência ao item “somente tinha até esta série”, os que viviam no Distrito de Mandiocaba, só podiam concluir no local a 8ª série do ensino fundamental e poucos vão para Paranavaí para dar continuidade ao estudo.

Conclui-se que a maioria apresenta baixo nível de escolaridade, para muitos a “escola ou o estudo é para os filhos”. O estudo parece ser o único caminho aberto para que os filhos não sejam o que os pais foram ou são, isto aparece na maioria dos depoimentos.

Interessante observar que nas entrevistas, o item que mais os constrangia era responder se “sabiam ler e escrever”, demonstrando consciência de suas deficiências e procuravam falar da importância do “estudo” para se ter uma vida melhor.

Situação ocupacional dos moradores da Vila Rural José Dolvino de Garcia de Mandiocaba.

O quadro 10 procura demonstrar a situação ocupacional dos homens e mulheres que vivem na Vila Rural.

Quadro 10 - Situação ocupacional dos moradores da Vila Rural, por sexo.

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Só trabalha na vila	5	9	14
Só trabalha fora da vila, na Zona rural	28	8	36
Só trabalha fora da vila, na Zona Urbana	27	8	35
Parcialmente fora/dentro da vila		3	3
Não trabalha atualmente			0
Somente trabalha no lar		9	9
Trabalha no lar e na vila.		20	20
Aposentado	1	1	2
TOTAL	61	58	119

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

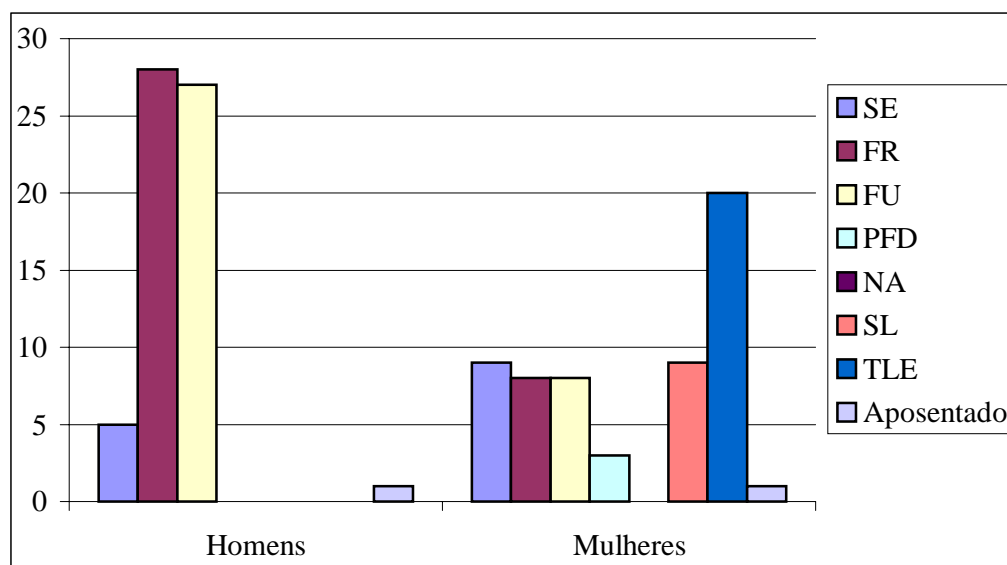


GRÁFICO 8 - Situação ocupacional dos moradores da Vila Rural, por sexo.

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000

Como se observa 5% dos homens declararam trabalhar “somente na vila”, nas respostas obtidas neste item, são os mais idosos ou os mais jovens, que normalmente tem dificuldades em encontrar trabalho. Enquanto 9 % das mulheres declararam dedicar-se somente ao trabalho na vila.

No “trabalho fora da vila, na zona rural”, encontra-se 28 % dos homens e 8 % das mulheres. Esses trabalhadores, na sua maioria, são volantes que dependem basicamente da cultura da mandioca, responsável pela manutenção da demanda da força de trabalho no Distrito de Mandiocaba.

A introdução da mecanização no plantio da mandioca, traz grande preocupação a estes trabalhadores, pois acarretou sensível queda no nível de emprego agrícola no local. Segundo um morador da vila, “a máquina utilizada no plantio ocupa apenas dois trabalhadores: o tratorista e o trabalhador que coloca a rama da mandioca no sulco de terra aberto pelo trator, eliminando aproximadamente 10 trabalhadores, ou seja, 10 homens/dia para fazer o mesmo trabalho num determinado período.

... apenas seis culturas – milho, cana-de-açúcar, mandioca, café, feijão e arroz – têm sido responsáveis por mais de 70% do total demandado pelas trinta culturas pesquisadas. Esta situação, associada à tendência de mecanização da colheita em algumas das culturas demandadoras de mão-de-obra, deve acarretar sensível queda no nível global do emprego agrícola, bem como possíveis problemas sociais em várias regiões produtoras, decorrentes da dispensa de muitos trabalhadores rurais das atividades. Portanto, ao mecanizar todo o ciclo

produtivo de grandes culturas, as atividades agrícolas deverão apresentar menor sazonalidade do emprego durante o ano, mas o nível do emprego agrícola ficará num patamar significativamente mais baixo do que o atualmente observado. (Silva, 1999, p.87).

O gráfico 8 mostra que 27% dos homens e 8% das mulheres “trabalham” fora da vila, na zona urbana. A maioria trabalha nas farinheiras localizadas no Distrito de Mandiocaba.

No item “somente trabalha no lar”, 9% das mulheres declararam cuidar apenas da casa e dos filhos, “que a plantação fica por conta do homem ou dos filhos mais velhos”.

Por outro lado, 20% das mulheres se dedicam ao lar e ao trabalho produtivo na vila, acumulando dupla jornada de trabalho, o de dona de casa e a que cuida da plantação.

Conclui-se que embora prevaleça um número maior de trabalhadores volantes, a Vila Rural concebida para reassentar estes trabalhadores, abre-se também para trabalhadores urbanos e aposentados.

Situação do vileiro antes do assentamento.

Na Vila Rural José Dolvino Garcia no Distrito de Mandiocaba, no conjunto de moradores entrevistados, constata-se que a maioria das famílias procedem do próprio Distrito de Mandiocaba, comprovado pelo quadro 11.

Quadro 11 - Procedência das famílias, antes do assentamento na Vila Rural.

PROCEDÊNCIA	FAMÍLIAS
Mandiocaba	42
Outro	5
TOTAL	47

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Das 47 famílias entrevistadas, 89% tem como local de origem Mandiocaba e 11% procedem de outras localidades. Estas famílias já se conheciam antes do assentamento, por ser um Distrito muito pequeno. A maioria é natural do próprio distrito. Vários parentes possuem lotes na Vila, como irmãos, primos, sobrinhos, compadres, etc. De acordo com depoimento de uma moradora “ todos ou quase todos já se conheciam e esta Vila é uma verdadeira família”.

Situação imediatamente anterior a Vila Rural

Conforme se pode observar no quadro acima, nenhuma das famílias que hoje vivem na Vila Rural, já possuiu propriedade, nem terras e nem casas. Apenas um arrendava terras, isto é, usava a terra temporariamente por um preço previamente estabelecido, em dinheiro ou mercadoria. Por outro lado, aparece um morador como parceiro, plantava em parceria com o proprietário. Tanto o que arrendava terras ou era parceiro, cultivavam a mandioca.

O assalariado temporário ou bóia-fria está representado por 42% dos entrevistados.

O assalariado permanente, aquele que possui carteira de trabalho assinada, que tem um emprego fixo e salário mensal aparece em 3,3%.

O item “outro”, aparece com 47%, estão os diaristas, autônomos, etc.

Informações referentes à Vila Rural

Os moradores passaram a residir na Vila Rural em Dezembro de 1999.

Quando perguntados se algum dos moradores já havia participado de algum tipo de associação ou movimento reivindicatório como “sem terras”, sindicatos, cooperativas, associação de produtores. Cem por cento dos entrevistados afirmaram que nunca participaram de nenhuma associação ou movimento reivindicatório e pela primeira vez participam da Associação dos Moradores da Vila Rural.

Constata-se que antes de viverem na Vila não tinham qualquer experiência associativista. Questionados sobre a Associação dos Moradores da Vila, percebe-se que eles ainda estão iniciando este trabalho e segundo um morador, “eles só procuram o presidente da associação quando necessitam de alguma coisa” e esperam a construção de um local adequado para as reuniões.

Relação de benfeitorias da Vila Rural

Os vileiros recebem a casa após uma vistoria em conjunto com a Cohapar. A casa entregue tem apenas os banheiros isolados por paredes. Na medida do possível os moradores constroem paredes para dividir os quartos, cozinha e sala. Na Vila visitada, poucos moradores tiveram condições de realizar esta divisão interna. A maioria improvisou a separação dos cômodos com guarda-roupas, cortinas, etc.



Figura 15 – Moradia na Vila Rural José Dolvino Garcia
Foto – Luzia Bana, 2000.

As casas são de alvenaria, forradas, o piso é de cimento (vermelhão ou verde), a cobertura é de telha de barro. Todas possuem água encanada, através de poço artesiano, luz elétrica e fossa séptica.

Na construção predominou o sistema de auto–construção, que é uma forma utilizada pelo capital para diminuir os gastos com a reprodução da força de trabalho.

Apenas 03 moradores já construíram chiqueiro e galinheiro para criar animais de pequeno porte e apenas uma casa foi ampliada com mais um cômodo.

Num terreno especialmente adquirido está em construção um centro de convivência e uma padaria.

Safra realizada na Vila

A situação de exploração e produção no lote para a segurança alimentar, isto é, para subsistência, deve ser analisada com certo cuidado, pois a Vila foi ocupada recentemente e os viliiros ainda não tinham conseguido os recursos necessários para produzir.

Segundo um morador “estamos cultivando muito pouco, porque não veio os recursos que nos prometeram, plantamos o necessário, horta, milho e feijão”.

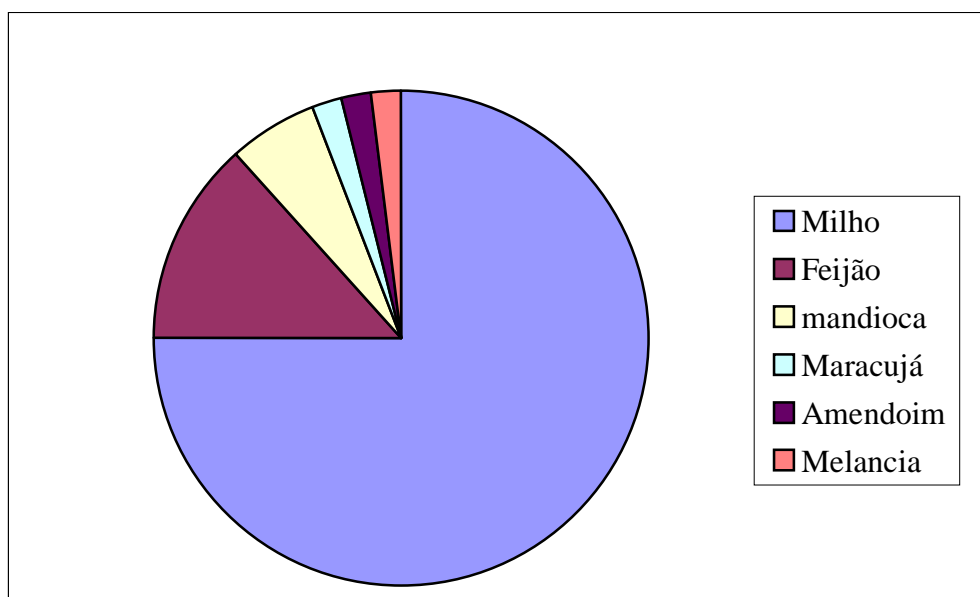
Mesmo com esta dificuldade já realizaram safra na vila de milho, feijão, mandioca, etc.

Quadro 12 - Safra realizada na Vila Rural

PRODUÇÃO	BOA	REGULAR	FRUSTRANTE	TOTAL
Milho	23	15	1	39
Feijão	1	3	3	7
Mandioca		3		3
Maracujá			1	1
Amendoim	1			1
Melancia	1			1
TOTAL	26	21	5	52

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Como se observa no quadro 12, a safra de milho plantada em 39 lotes, segundo 58% dos produtores ela foi considerada boa, 38% regular e 4% frustrante. O feijão foi produzido em 7 lotes, do total da safra colhida, apenas 14% considerou boa, 42% regular e 42% frustrante. Apenas 03 plantaram mandioca e todos consideram a safra regular.

**GRÁFICO 9** - Safra realizada na Vila Rural.

Fonte: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

No gráfico 9, observa o resultado em porcentagem das safras colhidas na Vila Rural, 75% plantaram milho, 13,5% feijão, 5,8% mandioca, 1,9% maracujá, 1,9% amendoim e 1,9% melancia.

Em todos os lotes foram plantadas 200 mudas de palmito “pupunha”.

Os vileiros que produziram excedente de milho, comercializaram o produto com fazendeiros da região e em armazéns de Paranaíba.

A falta de equipamentos manuais e insumos para a produção no lote e os recursos financeiros são ainda, um desafio a ser vencido para a maioria dos moradores.

A possibilidade de solução destes problemas ampliaria o acesso a oportunidade de renda, criação de novos postos de trabalho menos precário que a atividade agrícola volante, novos mercados e a conquista de uma cidadania real.

Os vileiros na época da pesquisa, aguardavam recursos financeiros e orientação técnica para o novo plantio. Cada produtor pode optar pelo que deseja plantar. Nesta vila, a opção é a diversificação de produtos, entre eles: café adensado, mandioca, melancia, maracujá, etc. Segundo os moradores, do maracujá eles “aproveitam as folhas”, para atender a empresa que fabrica remédios, que comprometeu-se em adquirir toda a produção.

Além das safras colhidas, todos os lotes possuem uma horta, para o consumo familiar. A maioria das hortas é muito bem cuidadas, produzindo alface, almeirão, cenoura, beterraba, pimenta, repolho, cebolinha, salsinha, etc.

Segundo os moradores, “gostariam de ampliar a horta e poder comercializar os produtos”, mas tem problema de água, pois o poço artesiano que serve os moradores só abastece a casa e não pode irrigar a horta.

O abastecimento de água é feito através de rede coletiva com captação por poço artesiano e reservatório elevado. A água somente pode ser utilizada para atender às necessidades das famílias.

Outra observação é que próximo das casas há sempre um pequeno jardim, com muitas flores, colorindo a Vila Rural.

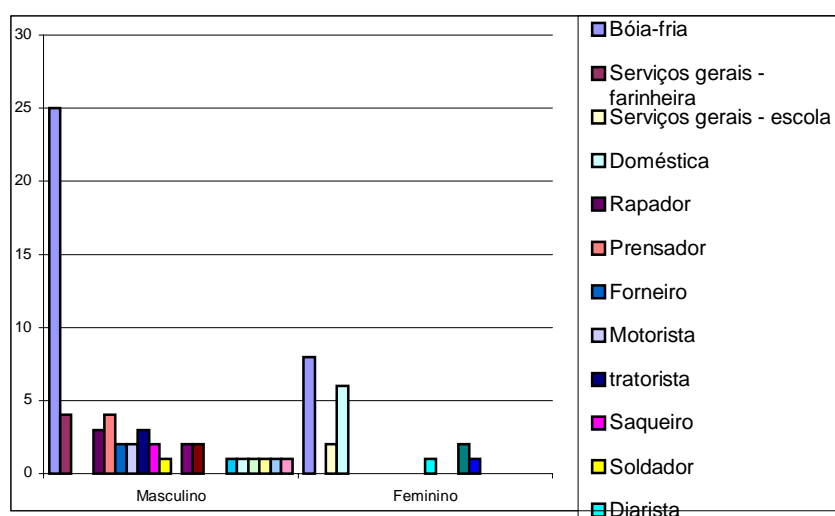
Situação Ocupacional dos vileiros fora da Vila Rural

Na atividade de geração de renda desenvolvidas pelas famílias identificou-se diversos tipos de serviços: agricultura fora do lote, atividades nas farinheiras, domésticas, serviços gerais, comércio, arrendatários, parceiros.

Quadro 13 - Situação ocupacional, por sexo, dos vileiros fora da Vila Rural.

ATIVIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Bóia-fria	25	8	33
Serviços gerais – farinha	4		4
Serviços gerais – escola		2	2
Doméstica		6	6
Rapador	3		3
Prensador	4		4
Forneiro	2		2
Motorista	2		2
Tratorista	3		3
Saqueiro	2		2
Soldador	1		1
Diarista		1	1
Campeiro	2		2
Caminhoneiro	2		2
Costureira		2	2
Balconista		1	1
Auxiliar de mecânico	1		1
Corretor de imóveis	1		1
Gari	1		1
Trato Cultural da laranja	1		1
Arrendatário	1		1
Parceiro	1		1
Total	56	20	76

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

**GRÁFICO 10** - Situação ocupacional fora da Vila Rural

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Da população que trabalha fora da Vila, aparece em destaque o bóia-fria, com 32% dos homens e 10% das mulheres. No conjunto de trabalhadores nas farinheiras, somando-se as diferentes atividades, encontra-se 37% dos homens.

Para completar o quadro de trabalhadores fora da vila, encontra-se 10% dos homens em diferentes atividades, como: campeiro, motorista, auxiliar de mecânico, corretor de imóveis, gari, trato cultural da laranja, arrendatário e parceiro e 15% das mulheres aparecem como empregada doméstica, diarista, costureira, balconista.

Os trabalhadores volantes ou bóias- frias estão disponíveis a qualquer tipo de trabalho, esta disponibilidade está diretamente ligada à necessidade de trabalhar para sobreviver.

Os bóias-frias da Vila Rural, estão diretamente ligados à cultura da mandioca e encontram trabalho mais constante no período de “arrancar” a mandioca, que pela necessidade de maior força física é utilizada a mão-de-obra masculina, enquanto as mulheres bóias- frias se dedicam a “despinicar”, isto é, separar a mandioca da rama, selecionar as melhores ramas para novo plantio.

Do conjunto de trabalhadores ligados às farinheiras, a maioria só tem trabalho, quando as farinheiras estão produzindo, na entre safra ou plantio da mandioca estes trabalhadores tornam-se volantes. Na pesquisa, foram colocados como trabalhadores urbanos, porque a maior parte do ano trabalham nas farinheiras.



FIGURA 16 – Plantação de mandioca, na Vila Rural José Dolvino Garcia
Foto: Bana, 2000.

Renda Familiar

A renda familiar auferida pelas famílias dos vileiros é predominantemente de atividades desenvolvidas fora da Vila, com o trabalho volante nas lavouras da região e atividades não-agrícolas na cidade.

Quadro 14 - Faixa salarial dos moradores da Vila.

FAIXA SALARIAL	QUANTIDADE
1 a 2 salários mínimos	29
2 a 3 salários mínimos	9
3 a 4 salários mínimos	4
4 a 5 salários mínimos	2
Mais de 5 salários mínimos	3
TOTAL	47

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

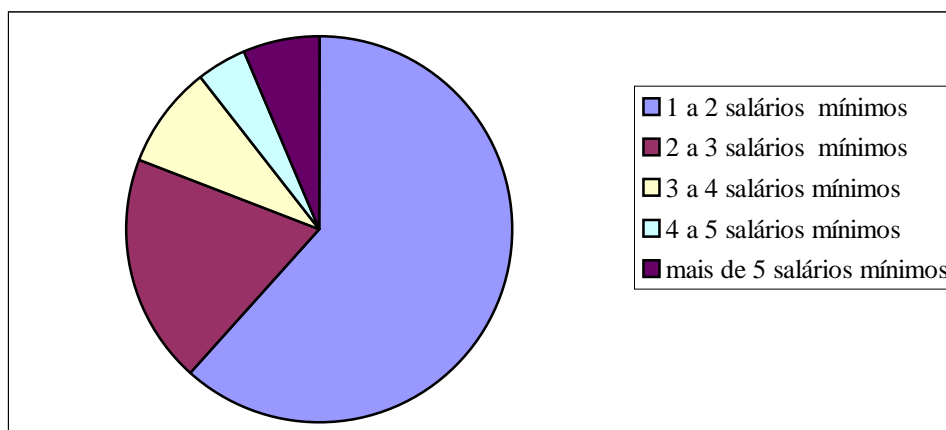


GRÁFICO 11 - Faixa salarial dos moradores da Vila.

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Do conjunto de 47 famílias, 62% das famílias estão na faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos, 19% de 2 a 3 salários mínimos, 9% de 3 a 4 salários, 4% de 4 a 5 salários e 6% acima de 5 salários mínimos.

Observa-se que, a maioria das famílias estão numa faixa salarial baixa. A busca do aumento da renda familiar dos moradores é condição indispensável no Programa Vilas Rurais, afinal, cada família beneficiada com essa política social assumiu gastos e compromissos diferenciados (água, luz, prestação da casa, custos de exploração do lote).

Assistência Técnica

Os vileiros recebem assistência técnica da EMATER-PR, através de reuniões, com orientações sobre o plantio e adubação. A EMATER-PR, é também responsável pela qualidade das mudas e sementes para o plantio.

Em função do histórico profissional de cada morador e da variação de intensidade de orientação técnica que cada um necessita ou julga necessitar nos momentos que envolvem a produção, percebe-se que eles encontram dificuldades e gostariam de receber assistência técnica na área produtiva e cursos de capacitação e profissionalização.

Conclui-se que a maioria dos moradores tem um histórico profissional vinculado ao trabalho volante, onde ele está pronto para fazer qualquer tipo de trabalho, sem se aperfeiçoar ou se capacitar. O trabalhador volante não necessita decidir o que vai plantar, como vai plantar. Ele faz o trabalho que lhe é determinado. A indecisão e as dúvidas estão sempre presentes entre os moradores, por isso, eles esperam que os técnicos lhes dêem a orientação que necessitam ou que precisam.

Segundo um morador “eles não aceitam que plante todos os terrenos com um só produto: exemplo, a mandioca”. Percebe-se, que eles conhecem melhor a produção de mandioca e tem dificuldades quando se trata de outro tipo de produção como: café adensado, côco, maracujá, etc., ressaltando a importância de orientação técnica constante.

Os vileiros em conjunto com diferentes parcerias, organizaram um planejamento das ações, definindo as atividades a serem desenvolvidas nesta Vila Rural. No anexo 3, encontra-se modelo deste planejamento.

Assistência Médica

Os vileiros são assistidos em seus problemas de saúde no posto de saúde do Distrito de Mandiocaba, se necessário são encaminhados para Paranaíba. Um agente comunitário passa fazendo visitas e agendando as consultas.

Entre as dificuldades que apontaram para receber assistência médica é o transporte, especialmente em caso de emergência. Para as consultas não-emergenciais eles utilizam o ônibus escolar que os leva até Mandiocaba. Para chegar a Paranaíba, fazem uso do ônibus circular, ou são atendidos por vizinhos ou amigos que tem carro. A maioria considera que as “consultas médicas não são fáceis”.

Segundo os moradores, os médicos e os dentistas, são funcionários da Prefeitura Municipal e o atendimento é gratuito.

Outros órgãos que prestam assistência à Vila

Os moradores pesquisados, destacam a presença da COHAPAR na vila, afirmando que recebem visitas periódicas dos técnicos e que os mesmos realizam reuniões para decidir cursos profissionalizantes. Citam, também a Secretaria de Estado da Agricultura, que os auxilia com adubos, sementes e maquinários e a Secretaria da Ação Social que colabora na parte burocrática e assistência a família. O Centro Social Urbano distribui cestas básica, quando as famílias encontram-se em dificuldades.

Destino do Lixo

O lixo acumulado na Vila é recolhido pela empresa Construfert. O serviço de coleta de lixo de todo o município foi tercerizado e atende também os distritos e as vilas rurais.

Cursos de Qualificação

As mulheres receberam o curso de panificação. Foram preparadas para abrir uma panificadora na Vila. Outro curso ministrado foi confecção de ovos de páscoa.

Entre os entrevistados percebe-se a predisposição de participar de cursos profissionalizantes, para ampliar oportunidades em atividade diversificada com o objetivo de melhorar a renda familiar.

Lazer

As atividades de lazer entre os moradores são muito limitadas. Entre elas as mais freqüentes são: assistir à televisão, visitar os familiares em Mandiocaba, festas em Mandiocada e Guairaçá (município próximo a Vila), ficar em casa. Entre os mais jovens a atividade de lazer predominante é freqüentar a lanchonete no Distrito de Mandiocaba, onde a música executada e ouvida produz significativos contatos sociais.

O que os levaram a viver na Vila Rural

Todas as famílias entrevistadas nunca tiveram acesso à propriedade particular, casa ou terreno.

Quadro 15 - Motivos que os levaram a viver na Vila.

MOTIVOS	Nº FAMÍLIAS
Casa	9
Terreno	3
Casa e Terreno	31
Outro	4
Total	47

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

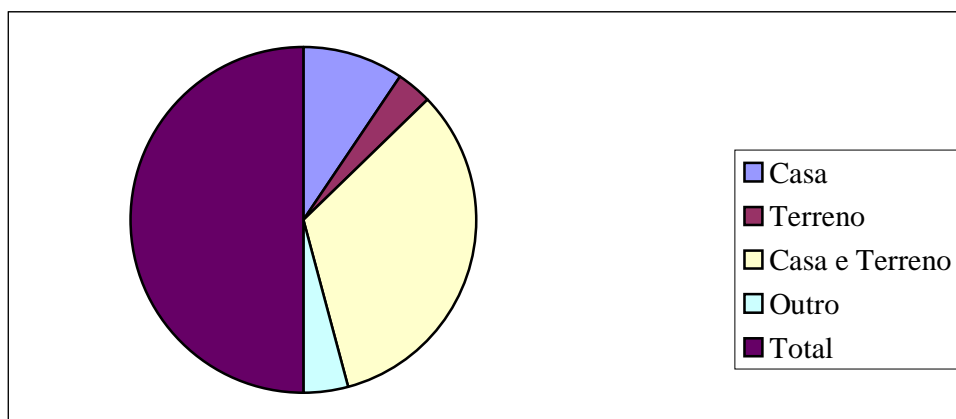


GRÁFICO 12 - Motivos que os levaram a viver na Vila

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

No conjunto de entrevistados, 65% das famílias responderam que se cadastraram para viver na Vila Rural, para ser proprietário da casa e do terreno; 19% dão maior importância a casa, entre as justificativas aparece: deixar de pagar aluguel, viviam em casas no fundo das farinheiras e moravam com parentes; 9% apontaram outros motivos: consideram um bom lugar, nunca tiveram

propriedades, dificuldades de encontrar casa para morar em Mandiocaba; 66% por causa do terreno, justificam que sempre “trabalharam nas terras dos outros”, e “gostam de plantar e lidar com a terra”.

Nível de Satisfação

Quando questionados se estavam satisfeitos em morar na Vila, obteve-se os seguintes dados: 95% estão satisfeitos e 5% não estão satisfeitos. Dentre as causas de satisfação o que mais aparece: ser proprietário, tranquilidade e sossego, estarem longe do barulho e poluição das farinheiras. Algumas afirmações dos vileiros: “ a vida rural é coisa boa”, “ as crianças podem brincar tranquilas”, “trabalhar na terra da gente é muito bom”, “ter uma casa era meu maior sonho”.

Entre os insatisfeitos, estão 5% dos residentes, esta insatisfação é assim manifestada: “esperava que fosse diferente”, “não gosto do lugar”, “não cumpriram o que prometeram: construção do paiol, tulha”.

Vila Rural Nova Vida – Distrito de Sumaré

O Distrito de Sumaré, localiza-se na região Leste de Paranaíba e sua colonização iniciou-se por volta de 1949, com a chegada de diversas famílias; que passaram a dedicar-se ao cultivo do café.

Sumaré é um dos principais distritos de Paranaíba e de acordo com o IBGE, 1996, contava com 3.387 habitantes.

A Vila Rural Nova Vida, localizada no Distrito de Sumaré, foi inaugurada em 11 de janeiro de 2000, embora seus moradores já estivessem instalados na Vila desde dezembro de 1999. Possui uma área total de 607 779,84 metros quadrados, divididos em 105 lotes com áreas médias de 5 108, 62 metros quadrados, para a lavoura e moradia; 20% da área total é destinada à preservação permanente e a área institucional é de 15 990, 76 metros quadrados, sendo que a área de vias públicas é de 42 045,44 metros quadrados.



FIGURA 17 – Portal de entrada da Vila Rural Nova Vida.
Foto – Bana, 2000.

A localização geográfica dessa Vila está muito próxima da cidade de Paranaíba, situa-se a 2,5 quilômetros da sede do município, onde seus moradores contam com a infra-estrutura existente na cidade.

O acesso a Vila Rural Nova Vida é feito pela Rodovia BR-376 que liga Paranaíba a Nova Londrina e, localiza-se a menos de 100 metros da rodovia.

O terreno foi dividido em três quadras, onde estão localizados os lotes. A Vila Rural Nova Vida está entre as maiores do Paraná, em número de unidades construídas e população residente. São 105 unidades e com média 5 pessoas por família, num total de 525 pessoas, aproximadamente.

O trabalho de pesquisa realizado nesta vila, somente foi concretizado, após vários contatos com os moradores, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da realidade desta população.

O modelo de instrumento utilizado para a realização desta pesquisa, que foi respondido pela maioria dos moradores da Vila, encontra-se no anexo 1.

Das 105 famílias residentes na Vila Rural, 68% foram entrevistadas, correspondente a 72 famílias, envolvendo 346 pessoas.

Caracterização das famílias da Vila Rural Nova Vida do

Distrito de Sumaré.

Quadro 16 - Distribuição dos moradores, por sexo, na Vila Rural Nova Vida.

ORDEM	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1	2	2	4
2	2	3	5
3	1	2	3
4	3	2	5
5	3	2	5
6	4	2	6
7	3	1	4
8	2	4	6
9	3	2	5
10	2	2	4
11	3	1	4
12	3	1	4
13	4	3	7
14	4	2	6
15	3	2	5
16	3	4	7
17	2	1	3
18	3	1	4
19	3	2	5
20	3	2	5
21	2	2	4
22	2	2	4
23	3	3	6
24	1	3	4
25	3	1	4
26	1	3	4
27	2	4	6
28	6	5	11
29	2	2	4
30	2	2	4
31	4	6	10
32	3	2	5
33	1	3	4
34	2	1	3
35	3	3	6
36	2	2	4
37	2	1	3
38	5	2	7
39	1	3	4
40	2	3	5
41	3	2	5
42	2	2	4
43	1	3	4
44	4	2	6
45	2	1	3
46	2	2	4
47	5	3	8
48	2	5	7
49	1	3	4
50	2	1	3
51	2	3	5
52	2	3	5
53	3	1	4
54	1	3	4
55	2	3	5
56	3	2	5
57	2	2	4
58	3	2	5
59	2	1	3
60	2	1	3
61	2	2	4
62	2	2	4
63	1	2	3
64	5	1	6
65	2	3	5
66	2	5	7
67	2	2	4
68	2	4	6
69	1	4	5
70	3	1	4
71	2	2	4
72	3	1	4
TOTAL	178	168	346

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Observando o quadro 16, entre os moradores entrevistados constata-se que 51,4% dos moradores são homens e 48,6% são mulheres, predominando nesta vila o sexo masculino.

Entre as características das famílias residentes na Vila Rural, destaca-se a distribuição do número de pessoas em cada família (Quadro 16).

O número médio de pessoas por domicílio na Vila Rural é de 4,8 pessoas, ficando assim acima da média do meio rural paranaense que é 3,96 (Contagem de População, IBGE, 1996), a diferença é de 0,9 pessoas a mais para cada família.

O maior número encontrado em uma moradia foi 11 pessoas.

Relação com o responsável pelo lote.

Na relação com o responsável, aparece o cônjuge e os filhos.

Quadro 17 - Distribuição dos moradores, segundo grau de parentesco em relação aos beneficiários na Vila Rural Nova Vida.

ORDEM	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	ORDEM	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1	1	2	3	37	1		1
2		2	2	38	2		2
3	2		2	39	3		3
4		2	2	40	2	1	3
5	1	3	4	41	1	1	2
6	3	5	8	42	1	1	2
7	1	1	2	43	2		2
8	1	1	2	44	2		2
9	3	5	8	45		2	2
10	2	1	3	46	1	2	3
11		2	2	47	2	1	3
12	1	2	3	48	1	1	2
13	2	1	3	49	2	1	3
14	1	1	2	50	1		1
15		2	2	51	1		1
16	3	1	4	52	1	1	2
17	1	1	2	53	1	1	2
18	1	1	2	54		1	1
19	4	2	6	55	3		3
20	1	4	5	56	1	2	3
21	1	1	2	57	1	4	5
22	1		1	58	1	1	2
23	1	2	3	59	1	3	4
24	1	1	2	60	1	1	2
25			0	61	2		2
26	3	1	4	62		3	3
27	2		2	63	1		1
28	1	3	4	64	1		1
29	2	1	3	65	2	1	3
30	1	1	2	66		2	2
31	2		2	67	4	1	5
32	2		2	68	1	1	2
33	3	2	5	69	1	2	3
34	3	1	4	70	2	1	3
35	2	1	3	71	1	2	3
36	2	3	5	72	1	2	3
TOTAL	103	95	198				

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

O quadro 17, mostra o número de filhos de cada família, separados por sexo, sendo 103 do sexo masculino e 95 do sexo feminino, totalizando 198 filhos. O maior número de filhos encontrados em uma residência foi oito, e apenas um casal não tem nenhum filho.

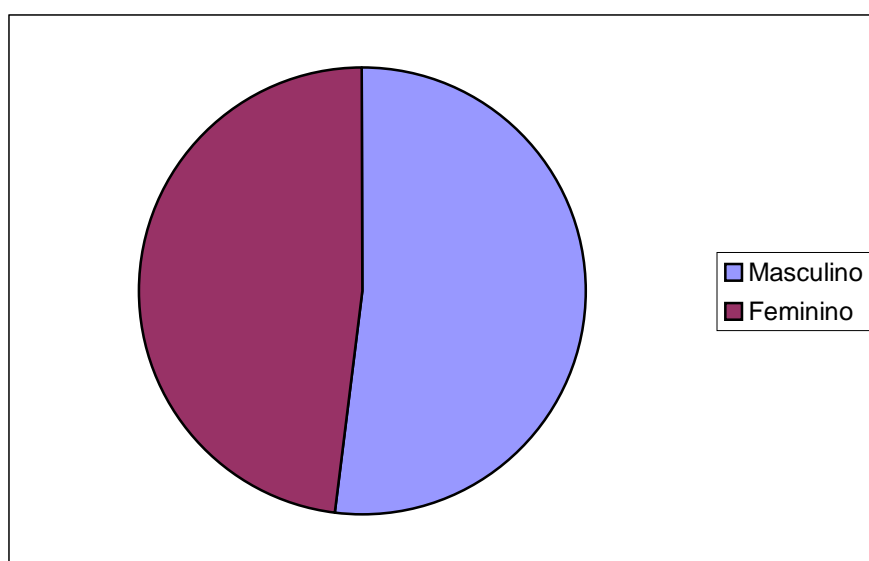


GRÁFICO 13 - Número de filhos por sexo.

FONTE: Trabalho de Campo

Org. Bana, 2000.

Quanto ao número de filhos por sexo, está assim distribuído: 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino. A média é de 2,7 filhos por casal.

Na relação com o responsável do lote, além do cônjuge e dos filhos, três famílias aparecem com outro grau de parentesco: sogro, sobrinho e neto.

Composição familiar por faixa etária e por sexo

Das 346 pessoas, abrangendo 72 famílias residentes, 178 são do sexo masculino e 168 do sexo feminino.

QUADRO 18 - Composição familiar, por faixa etária e por sexo.

Faixa etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5 anos	31	25	56
6 a 10 anos	26	22	48
11 a 15 anos	25	25	50
16 a 20 anos	10	18	28
21 a 25 anos	12	13	25
26 a 30 anos	21	12	33
31 a 35 anos	11	20	31
36 a 40 anos	18	14	32
41 a 45 anos	11	10	21
46 a 50 anos	5	6	11
51 a 55 anos	2	1	3
56 a mais	6	2	8
TOTAL	178	168	346

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

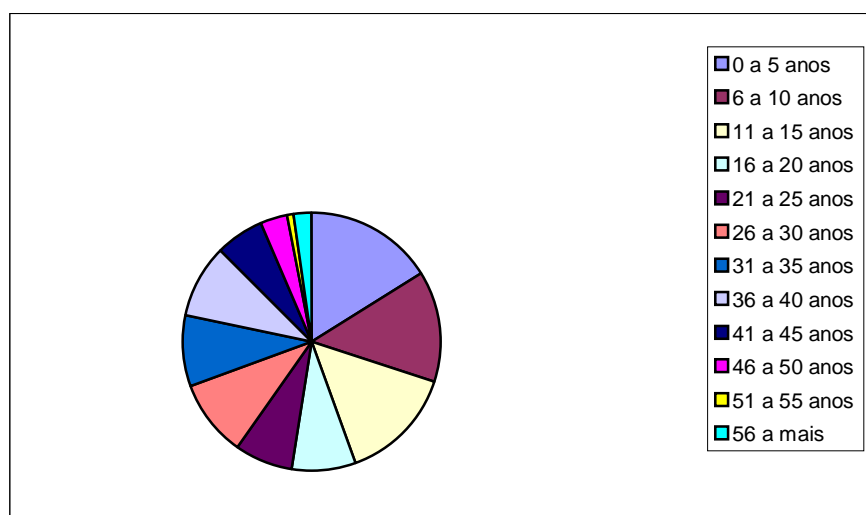


GRÁFICO 14 - Composição familiar, por faixa etária e por sexo.

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Observando o quadro 18 e gráfico 14 da composição familiar, constata-se que 52,7 são crianças e jovens, de zero a 20 anos; sendo que destes, 26,5% são homens e 26% são mulheres, isto significa mais da metade da população residente. Entre 21 a 40 anos, tem-se 35% da população, assim distribuídos: 18% são homens e 17% são mulheres. Na faixa etária de 41 a 55 anos, estão 10% com 5,1% dos homens e 4,9% de mulher. Acima de 56 anos, 2,3%, sendo 1,7% dos homens e 0,5% das mulheres.

Conclui-se que a população residente na Vila Rural Nova Vida é composta em sua grande maioria por casais jovens, com filhos entre a infância e a adolescência.

Nível de escolaridade dos moradores da Vila Rural Nova Vida

O objetivo deste item é verificar o nível de escolaridade atingido pelos moradores da Vila, bem como a situação escolar atual e os motivos que levaram a abandonar os estudos.

QUADRO 19 - Nível de escolaridade atingido pelos moradores da Vila.

NÍVEL ATINGIDO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Analfabeto	18	9	27
Ensino Básico Incompleto	40	45	85
Ensino Básico	23	22	45
Ensino Médio	7	4	11
Ensino Superior		1	1
TOTAL	88	81	169

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

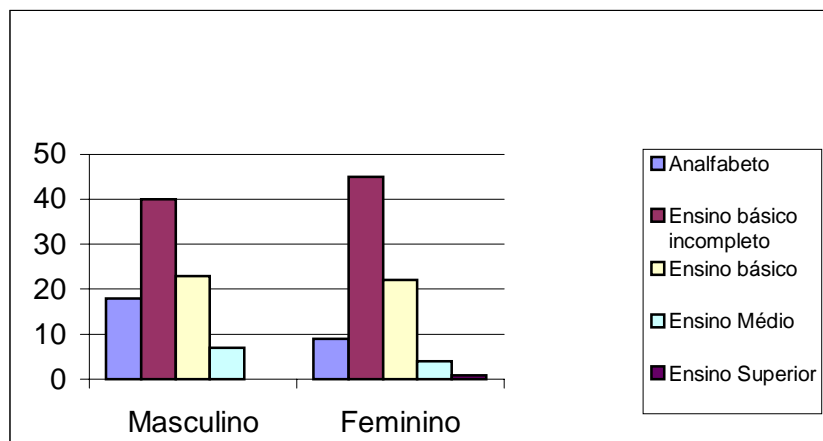


GRÁFICO 15 - Nível de escolaridade atingido, por sexo.

FONTE: Org. Bana.

Das 169 pessoas pesquisadas, 15% são analfabetos, dentre eles 10% dos homens e 5% das mulheres. De acordo com Iziq (2000), este índice está abaixo do encontrado na área rural do país que é de 29,3%, contra 10% registrado nas áreas urbanas. No item “ensino básico incompleto”, encontra-se a maioria dos entrevistados 50,2%, assim distribuídos: 23,6% dos homens e 26,6% das mulheres. Com ensino básico completo aparecem 26,6%, entre eles 13,6% são homens e 13% são mulheres. Os que completaram o ensino médio representam 6,5% dos entrevistados, com 4,1% dos homens e 2,4% das mulheres, para completar apenas uma mulher, isto é, 0,6% completou o ensino superior.

Entre os que responderam a pesquisa observou-se constrangimento em dizer que não sabiam ler e escrever.

QUADRO 20 - Nível de escolaridade: situação presente.

SITUAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Estuda	59	63	122
Parou definitivamente	44	50	94
Parou temporariamente	23	25	48
Nunca estudou	18	9	27
TOTAL	144	147	291

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

Do total de entrevistados 122 pessoas freqüentam a escola, correspondente a 41,9%, assim distribuídos 20% são homens e 21,9% são mulheres. No item “parou definitivamente de estudar”, encontra-se 94 pessoas, com 15,1% dos homens e 17,1% das mulheres. “Parou temporariamente”, 8% dos homens e 8,5% das mulheres. “Nunca estudou”, 62% dos homens e 3,1% das mulheres.

QUADRO 21 - Motivo pelos quais parou de estudar.

MOTIVO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Precisou trabalhar	54	49	103
Distância da escola	11	20	31
Somente tinha até esta série	1	3	4
Não precisa	2	2	4
Total	68	74	142

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

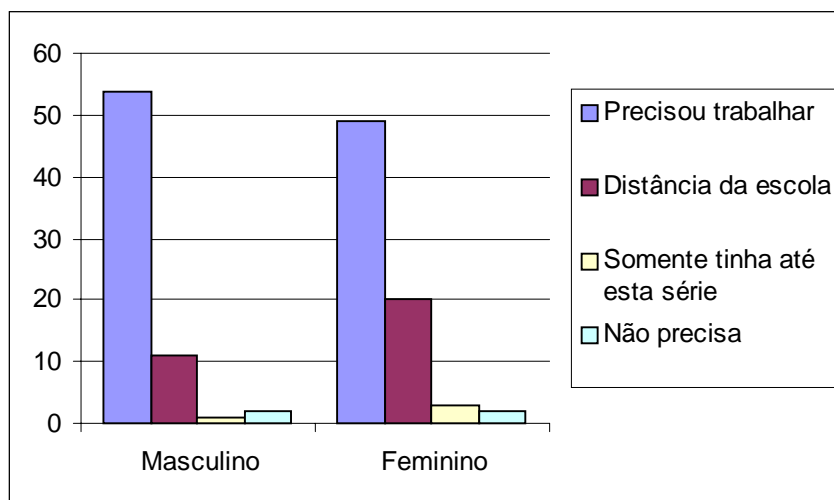


GRÁFICO 16 - Motivos pelos quais parou de estudar

FONTE: Trabalho de Campo
Org. Bana, 2000.

A necessidade de trabalhar aparece entre a maioria dos moradores, isto é, 72,5%, entre eles 38% dos homens e 34,5% das mulheres. Alegando distância da escola, 21,8% das pessoas, sendo 7,7% dos homens e 14% das mulheres. Justificando que moravam no sítio e tinham apenas até a série que estudou, estão 2,8% dos entrevistados, 0,7% dos homens e 2,1% das mulheres. Dentre àqueles que acham que “não precisa” estudar, encontram-se 2,8% dos entrevistados, 1,4% dos homens e 1,4% das mulheres.

O cruzamento das variáveis idade e escolaridade mostra que muitos jovens abandonaram os estudos.

Entre os que declararam que “precisavam trabalhar”, estão 72,5% dos entrevistados, que para ajudar a família abandonaram precocemente os estudos, alegando não terem agüentado a dupla jornada – escola e trabalho – e acabaram priorizando o trabalho.

... é preciso superpor que as duas jornadas – trabalho e estudo – são, na realidade, mutuamente conflitantes e, muitas vezes, excludentes. O estudo requer dedicação, concentração, disponibilidade de tempo, o trabalho é mais absorvente pois não apenas requer, exige as mesmas características de dedicação, concentração e disponibilidade mas em grau máximo. O trabalho não admite postergações, interrupções ou tempo inferior ao determinado em lei... Quando o dilema estudo ou trabalho se coloca, a corda rompe ao lado da escola. (Pucci, et alli, 1995, p.51).

Vida. Situação ocupacional dos moradores da Vila Rural Nova

QUADRO 22 - Situação ocupacional dos moradores, por sexo.

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Só trabalha na vila	11	19	30
Só trabalha fora da vila, zona rural	30	4	34
Só trabalha fora da vila, zona urbana	59	17	76
Parcialmente fora e dentro da vila	0	0	0
Não trabalha atualmente	6	2	8
Nunca trabalhou	0	0	0
Somente trabalha no lar	0	1	1
Trabalha no lar e na vila	0	53	53
TOTAL	106	96	202

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

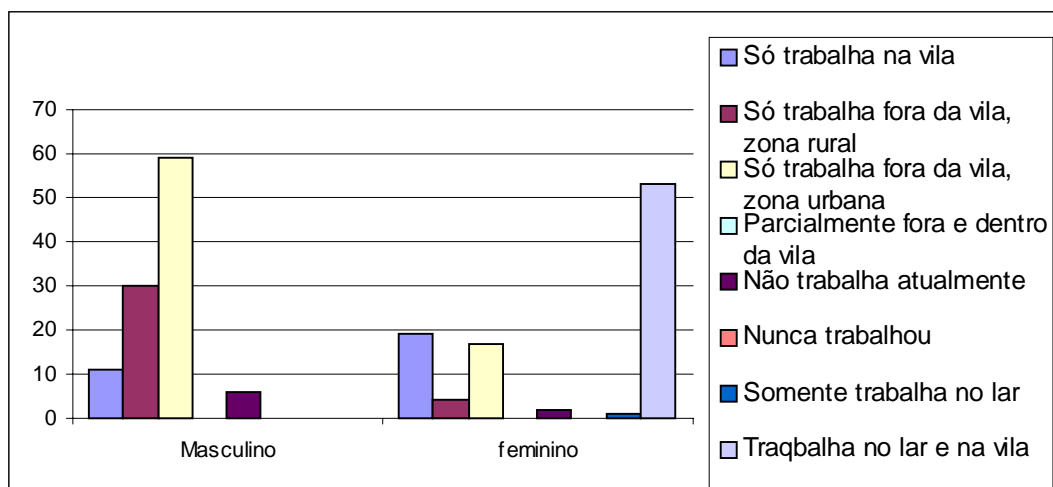


GRÁFICO 17 - Situação ocupacional dos vileiros.

FONTE: Trabalho de Campo.

Org. Bana, 2000.

Observe-se que 15% do total de pessoas entrevistadas declararam trabalhar somente na Vila, dentre elas 5,4% dos homens e 9,6% das mulheres. Predomina neste item os mais idosos e os mais jovens que encontram dificuldades para arranjar trabalho.

Do total de entrevistados, 17% são trabalhadores que se dedicam às atividades fora da Vila, na zona rural, predominando os homens com 15% e as mulheres apenas 1,9%. Na sua maioria são trabalhadores volantes ou bóias-frias.

Declararam trabalhar fora da vila, na zona urbana, 37,6% dos moradores, sendo 29,2% dos homens e 8,4% das mulheres. Prevalece nesta vila os trabalhadores urbanos, com um número expressivamente maior do que os trabalhadores rurais.

Quanto ao item “ não trabalha atualmente”, encontra-se 4% dos moradores, sendo 3,0% dos homens e 1% das mulheres. Os motivos de não trabalhar ficam assim evidenciados: “não consegue arranjar trabalho”, “aposentados”, “doenças”, etc.

No item somente “trabalha na vila”, apenas 0,5%, em número uma mulher.

Trabalha no lar e na vila, em dupla função, grande número de mulheres 53, representando 26,2% dos trabalhadores pesquisados e 55,2% total de mulheres pesquisadas. Estas mulheres se dedicam a cuidar da casa, dos filhos e da plantação na vila.

Situação do vileiro antes do assentamento

QUADRO 23 - Procedência dos Vileiros, antes do assentamento na Vila Rural.

LOCAL/BAIRRO	Nº DE FAMÍLIAS
Distrito de Sumaré	17
Jardim São Jorge	13
Chácara Jaraguá	06
Jardim Morumbi	07
Vila Alta	05
Jardim Ipê	04
Vila Operária	03
Outros bairros	17
TOTAL	72

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

De acordo com o quadro 23, as famílias que residem na Vila Rural Nova Vida procedem de diferentes bairros, jardins, chácaras, sítios e fazendas do município de Paranaíba.

A figura 18, demonstra a organização espacial do município de Paranaíba, destacando os bairros e jardins de onde se deslocaram a maioria dos vileiros entrevistados.

A maioria das famílias assentadas nesta Vila residem no município de Paranaíba há mais de três anos.

Das famílias moradoras na Vila, 31% tinham origem na zona rural e 69% na zona urbana, antes de ingressarem na Vila. Estes percentuais, indicam menor proporção de famílias com origem rural e maior proporção de famílias oriundas do meio urbano.

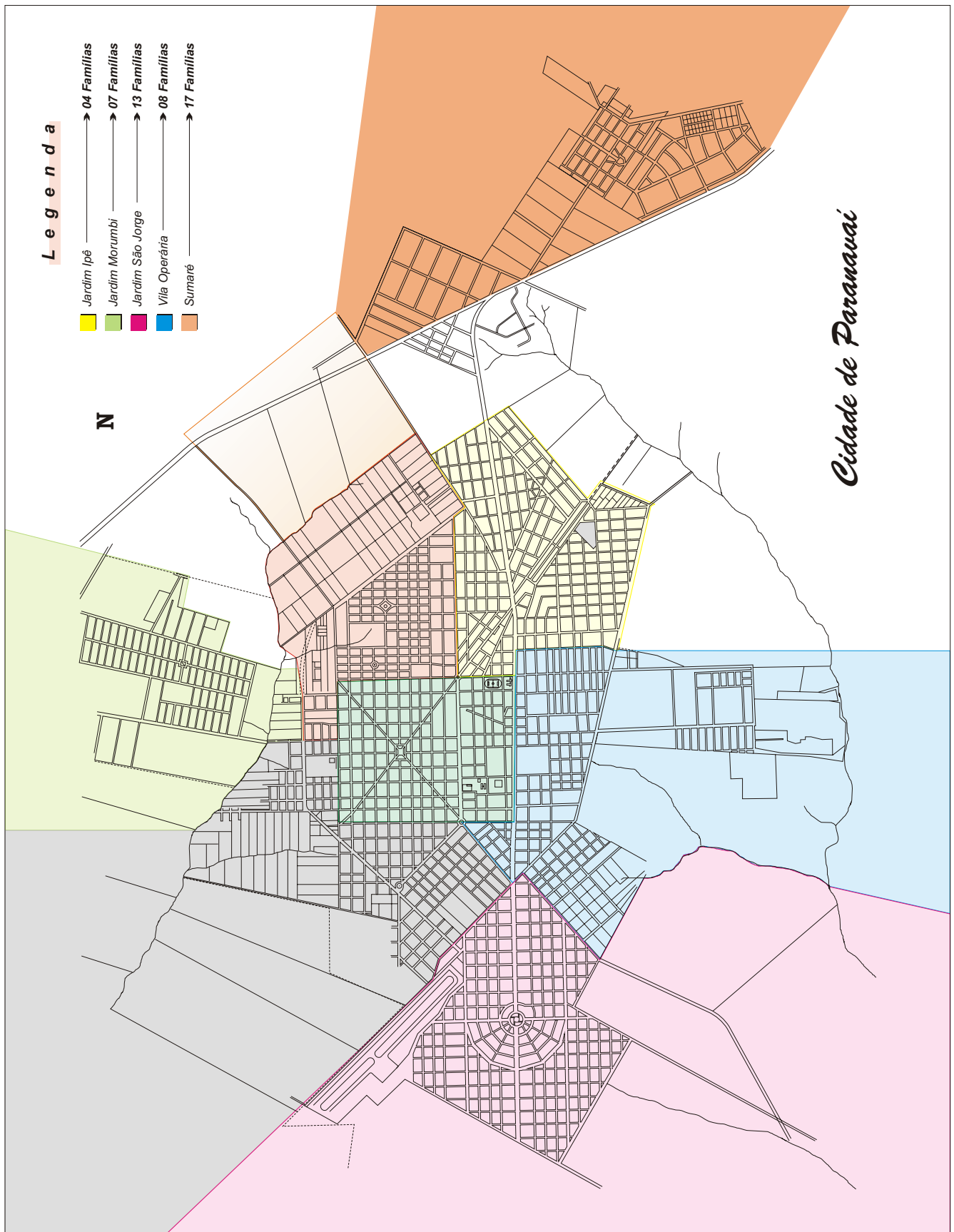


FIGURA 18 - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO PERÍMETRO URBANO DE PARANAVAI: PROCEDÊNCIA DOS VILEIROS

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranavaí
Org.: Bana (2000)

Situação do responsável pelo lote, imediatamente anterior a Vila Rural

QUADRO 24 - Situação do responsável pelo lote, anterior a Vila Rural.

SITUAÇÃO DO RESPONSÁVEL	Nº DE FAMÍLIAS
Proprietário	—
Arrendatário	01
Parceiro	06
Assalariado temporário	39
Assalariado permanente	25
Outros — especifique — aposentado	01
TOTAL	72

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

O quadro 24, mostra que antes de morar na Vila, predominava entre os vileiros o trabalho assalariado temporário 5,4%, em seguida o trabalho assalariado permanente 35%, entre arrendatários e parceiros encontram-se 9,7% e 1,3% aposentado.

Entre os que exerciam trabalho assalariado temporário, encontravam-se os bóias-frias, que são diaristas no meio rural e os que exerciam outras funções como: jardineiro, limpador de quintal, vigilante, doméstica, etc., diarista no meio urbano. Em todos estes casos, os períodos de desempregos são constantes.

Informações referentes à Vila Rural – Nova Vida

Os vileiros passaram residir na Vila Rural em dezembro de 1999.

A preocupação com a organização da Vila, e uma busca conjunta na solução de determinadas necessidades coletivas, questionou-se os moradores quanto a experiência dos mesmos em relação a participação em algum tipo de associação como: movimento de sem terras, sindicato de trabalhador rural, associação de produtores, cooperativa, e outros.

Dos 72 proprietários entrevistados apenas três declararam ter participado da Associação dos Moradores do Bairro, um de Cooperativa e dois do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Atualmente participam da Associação dos Moradores da Vila Rural, declaram estar aprendendo a participar de reuniões, discutir e procurar soluções coletivas para seus problemas.

Segundo declaração de uma moradora “estamos tentando ajudar uns aos outros a viver em comunidade”.

Relação de benfeitorias da Vila Rural

Os vileiros recebem uma casa de 44 metros quadrados, com divisória isolando apenas o banheiro. A divisão interna, ampliação da casa, cada um realiza de acordo com suas necessidades e possibilidades.



FIGURA 19 – Benfeitorias realizadas, tulha e pequeno galinheiro.
Foto: Bana, 2000.

QUADRO 25 - Relação de benfeitorias realizadas nas casa dos vileiros.

BENFEITORIAS	QUANTIDADE
Divisão interna da Casa	17
Ampliação da casa	11
Galinheiro	13
Chiqueiro	8
Cercado	3
Tulha	4
Garagem	3
Forno de Barro	2
Área de serviço	2
Viveiro	3
TOTAL	66

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

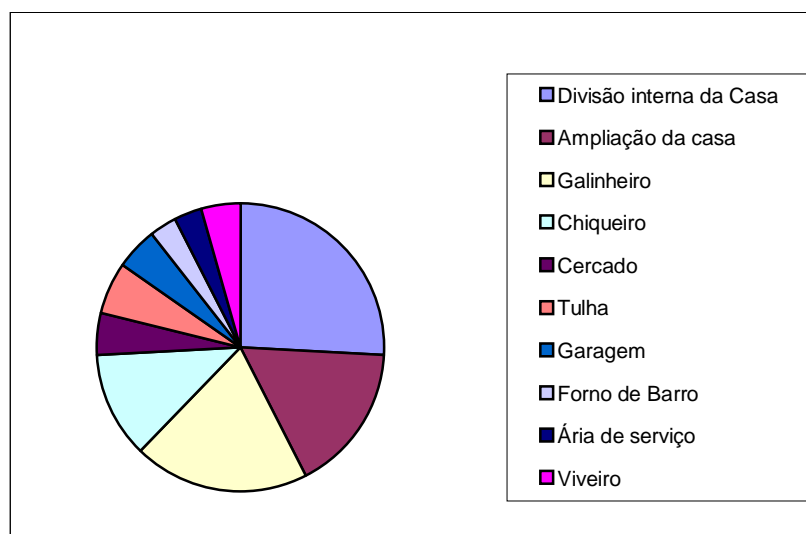


GRÁFICO 18 - Relação de benfeitorias da Vila Rural.
FONTE: Trabalho de Campo.
 Org. Bana, 2000.

Diante do gráfico 18, observa-se que 25% dos entrevistados fizeram a divisão interna da casa, 16,7% ampliaram a casa, 19,7% construíram galinheiros, 12,1% construíram chiqueiros e um total 23,6% providenciaram outras benfeitorias como cercado, tulha, garagem, forno de barro, área de serviço e viveiro.

A maioria declarou ter melhorado as condições de moradia em relação aos padrões anteriormente vividos. Na Vila Rural habitam casas com mínimo de conforto e estrutura. A Vila Rural possui uma infra-estrutura de arruamento, iluminação pública, e estão próximos dos serviços de saúde e educação. Mesmo assim, muitos realizaram algum tipo de empreendimento para melhorar o padrão de habitação. Estas melhorias foram realizadas com recursos próprios e no sistema auto-construção.

Os bens pessoais identificados com maior frequência nesta Vila foram: camas, fogão à gás e armário de cozinha, presentes em todas as residências; além de eletrodomésticos como: televisão, rádio e geladeira. A bicicleta é o meio de transporte mais frequente, aparece também automóveis e motocicletas.

Na Vila Rural Nova Vida, observa-se também a presença de animais de grande porte, como eqüinos que são utilizados como meio de transporte e no trabalho.

Safra já realizada na Vila

Quadro 26 - Safras já realizadas na Vila.

COLHEITA			
PRODUÇÃO	BOA	REGULAR	FRUSTRANTE
Feijão	22	22	10
Milho	11	14	10
Amendoim		02	
Abóbora	02		

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

A produção do feijão foi para o consumo familiar e milho para criação de animais.

Nenhum dos produtores utilizou qualquer tipo de crédito.

As causas destacadas pela frustração da colheita foram: plantio fora de época, seca, geadas. Todos os lotes possuem horta, para o consumo familiar. Entre os produtos destacam-se: alface, cenoura, almeirão, beterraba, repolho, couve, etc.

Situação ocupacional fora da Vila Rural

O objetivo é verificar as atividades desenvolvidas pelos vileiros que trabalham fora da vila rural.

Quadro 27 - Situação ocupacional, por sexo, dos vileiros fora da Vila Rural

ATIVIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Bóia-fria	25	5	30
Serviços gerais	14	2	16
Pedreiro	15		15
Doméstica		10	10
<i>Pintor</i>	4		4
Diarista		4	4
Jardineiro	6		6
Ambulante	2		2
Aux. Mecânico	3		3
Garçom	3		3
Segurança	2		2
Vendedor	3		3
Funcionário Público	2		2
Outros	16	3	19
Total	95	24	119

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

No conjunto de atividades realizadas pelos membros da família que trabalham fora da vila rural, destaca-se o bóia-fria com 25,2%, sendo 21% dos homens e 4,2% das mulheres, 13,4 trabalham em serviços gerais, 11,7% dos homens e 1,7 das mulheres. Entende-se por serviços gerais em fazendas, frigorífico, etc.

Como pedreiro 13% dos homens declararam exercer esta atividade, não são vinculados com nenhuma empresa, declaram-se trabalhadores autônomos. Na atividade de doméstica em residências na cidade de Paranavaí

aparece 8,4% das mulheres trabalhadoras e como diarista aparece 3,3% das mulheres.

Dentre os homens temos 5,0% atuando como jardineiro, 3,4% pintor, 1,6% como ambulante, 2,5% auxiliar de mecânico, 2,5% são garçons, 1,6% segurança, 2,5% vendedores, 1,6% funcionários públicos.

No item outras, são encontrados 16% dos entrevistados, especificando algumas dessas atividades: caminhoneiro, soldador, frentista de posto de gasolina, professora, atendente de creche, auxiliar de produção no frigorífico, marreteiro no frigorífico, balconistas, etc.

Para completar este quadro, encontra-se duas pessoas que estão recebendo seguro desemprego, oito desempregados e um aposentado.

Renda Familiar

Quanto a renda familiar como resultado das atividades desenvolvidas pelos membros da família fora da vila rural, obteve-se o seguinte resultado:

QUADRO 28 – Faixa salarial dos moradores a Vila.

FAIXA SALARIAL	QUANTIDADE
1 a 2 salários mínimos	40
2 a 3 salários mínimos	22
3 a 4 salários mínimos	7
4 a 5 salários mínimos	2
mais de 5 salários mínimos	1
TOTAL	72

FONTE: Trabalho de Campo.
Org. Bana, 2000.

Na menor faixa salarial encontra-se a maioria das famílias residentes na vila com 55,6% do total de famílias entrevistadas.

Com 2 salários mínimos aparece 30,6% das famílias. De 3 a 4 salários estão 97 famílias e nos maiores salários estão 4,2% das famílias.

Nesta Vila encontra-se uma única família, cuja renda familiar é auferida dentro da Vila Rural, com a produção em escala comercial, através de produtos colhidos de uma horta, que ocupa todo o espaço do lote.



FIGURA 20 – Atividade de horticultura comercial.
Foto: Bana, 2000.

Assistência Técnica

Quanto a assistência técnica, os moradores da vila argumentam que tem recebido muito pouca orientação. As reuniões com os técnicos tem-se limitado a informações quanto ao plantio e colheita.

Segundo os moradores quando eles foram para a vila receberam melhor assistência, mas atualmente não estão satisfeitos.

Relacionam algumas necessidades como análise do solo, equipamentos, insumos, sementes, assistência para o plantio do café. Aguardam a liberação de verba do Programa Paraná Doze Meses para plantar.

Além, da EMATER, responsável pela assistência técnica, eles citam a COHAPAR – responsável pela organização da vila. A coleta de lixo é feita pela empresa particular Construfert. A Prefeitura Municipal responsabiliza-se pelo transporte escolar e ajuda no preparo do terreno para o plantio. O IAPAR, colabora na orientação sobre o tratamento do solo. Os vileiros contam, com a Pastoral da Criança, que orienta o uso da multimistura (complemento alimentar, elaborado com folhas de mandioca, folha de batata-doce, farelo de arroz e trigo).

Cursos de Qualificação

As mulheres participaram de cursos como fabricação de massas, bordados, costura industrial, fabricação de produtos derivados do leite.

Os vileiros juntamente com diferentes parceiros, organizaram um Plano de Ação da Comunidade, para o ano 2000. No anexo 3, encontra-se o cronograma das ações, cujo o objetivo é promover a capacitação e a profissionalização das famílias assentadas.

Assistência Médica

Na Vila eles não tem assistência médica, somente receberam orientações para evitar a dengue e a vacinação das crianças foi aplicada na Vila. Quando necessitam de assistência médica procuram o Posto do NIS ou a Santa Casa de Paranaíba.

Motivos que os levaram viver na Vila

O sonho de ter uma casa e um terreno para plantar levou 40,3% dos entrevistados a se cadastrarem e vir morar na vila rural. Enquanto 34,7% porque queriam ter uma casa, 18,1% gosta de cuidar da terra e priorizou o terreno. Entre outros motivos aparece: “fugir do aluguel”, “a vida na cidade é muito cara”, “morava com a sogra”, etc.

Nível de Satisfação

Das 72 famílias entrevistadas, 67 estão satisfeitas, e esta satisfação deve-se especialmente em ter uma casa e um terreno. As outras 5 famílias não estão satisfeitas, pois acham que o compromisso assumido com eles não foi cumprido.

INFORMAÇÕES COMPARATIVAS DA VILA RURAL JOSÉ DOLVINO GARCIA, DO DISTRITO DE MANDIOCABA E DA VILA RURAL NOVA VIDA, DO DISTRITO DE SUMARÉ.

Além das características básicas já apresentadas das Vilas Rurais estudadas no Município de Paranavaí, buscou-se agrupar uma série de informações comparativas referentes a elas.

Deste conjunto de informações, destacam-se a questão da localização das Vilas, as distâncias dos distritos ou sedes municipais, o tamanho dos lotes, as moradias, as ocupações dos diversos membros que compõem aqueles conjuntos habitacionais, como também aspectos relativos à geração de renda, posse de bens domésticos, organização da produção conjunta, assistência técnica, problemas e aspirações dos vileiros.

Quanto à localização das Vilas Rurais, pode-se dizer que é boa. A Vila Rural José Dolvino Garcia, está próxima do Distrito de Mandiocaba, o qual possui infra-estrutura básica para atender às necessidades dos moradores desta vila. A Vila Rural Nova Vida, localiza-se próxima à sede do Distrito de Sumaré, o maior distrito do município e também da sede municipal. Esta localização, beneficia os moradores da vila com equipamentos urbanos, facilitando bom atendimento a esta população.

Segundo um técnico da COHAPAR, o sucesso ou insucesso de uma Vila Rural, muitas vezes, está condicionado à sua localização. As Vilas

Rurais, distantes dos distritos ou sedes municipais, representam dificuldades para àqueles que dependem do trabalho não agrícola, isto é, moram na vila e trabalham no centro urbano. No conjunto de moradores outras dificuldades podem ser causadas pela distância com: transportes, atendimento à saúde, escolas, comércio, etc.

O tamanho do lote, 5000 metros quadrados ou 0,5 hectares, pode ser considerado uma área pequena e, de acordo com a legislação ilegal, pois o Art. 4º da Lei nº 8629 de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta e disciplina disposições relativas à Reforma Agrária, previstas no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal, diz que, para ser considerada pequena propriedade – o imóvel rural – abrangerá área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.

De acordo com Alvarenga (1997), toda a sistemática de reforma agrária brasileira apóia-se na noção de “módulo rural”, considerado como o mínimo de uma gleba de terra, na qual uma família, usando sua própria força de trabalho diretamente sobre esta área possa manter-se com dignidade social.

Silva (1999), argumenta que as políticas públicas não estimulam o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural e coloca várias restrições quanto as políticas rurais que vêm sendo implementadas no país. Entre outras o autor destaca: a existência de área mínima de fracionamento das terras rurais, definida pelo módulo rural. Uma fração menor que 1 (um) hectare é considerada ilegal.

Quanto à questão do fracionamento da propriedade rural, Izique (2000) ressalta que parâmetros ultrapassados pela dinâmica do desenvolvimento do meio rural brasileiro estabelecem, por exemplo, que a área mínima autorizada para o fracionamento da propriedade da terra é de 1 (um) hectare.

Uma Vila Rural maior ou suficientemente grande, possibilitaria a criação no seu interior de demandas e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda.

Quanto à procedência das famílias, vale aqui observar que todas as famílias da Vila Rural José Dolvino Garcia, têm sua origem no Distrito de Mandiocaba, viviam na zona urbana e rural. E, de acordo com a observação de uma moradora “este conhecimento anterior, facilitou a integração dos moradores da vila”, enquanto, na Vila Rural Nova Vida, os moradores, procedem de diferentes bairros do município de Paranavaí, o que tornou mais difícil, num primeiro momento, a organização da Vila.

A Vila Rural José Dolvino Garcia, possui 48 unidades e pode ser considerada uma vila pequena, o que facilita a convivência das pessoas; a Vila Rural Nova Vida, com 105 unidades, uma das maiores do Estado, dificulta o conhecimento de todas as famílias.

As moradias possuem espaços limitados em torno de 44 metros quadrados, que, em princípio, são iguais em todas as vilas rurais e obedecem aos critérios do programa, com possibilidades de repartições e ampliações. Na Vila Rural José Dolvino Garcia, poucos moradores tiveram condições de dividir ou ampliar suas casas, enquanto na Nova Vila, quase 50% dos entrevistados já

procederam as modificações no projeto original, com intuito de melhorar o padrão de habitação, destacando-se construção de divisórias internas, construção de peças novas, ampliações e pequenas reformas. Os recursos utilizados para essas despesas geralmente são do próprio morador e o modelo utilizado é a autoconstrução. Segundo informações obtidas junto aos beneficiários do programa, é notória a melhoria das condições das famílias em relação aos padrões de moradia imediatamente anteriores à Vila. Especialmente, para aqueles que pagavam aluguel, ou viviam com algum parente, e de acordo com o levantamento feito entre os moradores, nenhuma família possuía casa própria antes de viver na Vila.

Quanto à posse de bens domésticos percebe-se, de um modo geral, nas duas vilas estudadas a predominância de bens de mobiliário simples e imprescindíveis, como: cama, armário, fogão, mesas, etc. Os eletrodomésticos também aparecem com frequência, mais ou menos nesta ordem: aparelhos de televisão, rádios, geladeiras e aparelhos de som.

Agrupando-se para efeito de síntese o leque de ocupações em conformidade com a natureza das mesmas, enquanto ocupações agrícolas, não-agrícolas e domésticas e, excluindo-se os aposentados e estudantes, a análise comparativa feita a partir de cada vila, evidencia uma clara predominância da atividade agrícola (constituída especialmente por bóias-frias), na Vila Rural José Dolvino Garcia. Considerando-se a ocupação de todos os integrantes das famílias desta vila, verifica-se o predomínio de famílias agrícolas, e que tem na atividade agropecuária a ocupação principal. Aparecem, também, as famílias não-agrícolas

e pluriativas. A ocupação agrícola no lote destaca-se como atividade predominantemente feminina, embora existam também mulheres que declaravam trabalhar apenas nos afazeres domésticos. No conjunto de trabalhadores da Vila Rural Nova Vida, predominam amplamente as ocupações não-agrícolas, especialmente em serviços gerais, como: pedreiro, pintores, etc., para os homens e diaristas, domésticas, além de outras, para as mulheres. Na vila as famílias agrícolas aparecem representadas, especialmente, pelos trabalhadores volantes ou bóias-frias, jardineiros e chacareiros.

Foram consideradas como famílias agrícolas aquelas nas quais todos os membros ativos exercem atividades exclusivamente na agropecuária e têm como ocupação principal o trabalho rural temporário ou permanente, ou se identificam com produtores rurais (arrendatários e parceiros). A colocação “trabalha na vila” foi considerada também como atividade agrícola, pois predominam atividades agropecuárias na exploração da unidade familiar.

As famílias não-agrícolas são aquelas que têm ocupações urbanas, moram na Vila Rural e trabalham na cidade. Estas famílias aparecem predominantemente na Vila Rural Nova Vida.

No que diz respeito à família pluriativa, foram consideradas àquelas que trabalham em atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que, neste casos, alguns membros exercem ocupações na agropecuária e outros na zona urbana, de modo que a renda familiar não está limitada exclusivamente a um único setor de ocupação.

Outros tipos de famílias encontradas são aquelas nas quais todos os membros são inativos, ou seja, aposentados ou pensionistas. Esses dois tipos ocorrem em proporção muito pequena nas duas vilas rurais pesquisadas, e dedicam-se, exclusivamente, ao trabalho agrícola no lote.

Considerando estas diferenças, o conjunto de beneficiários do programa, pode ser distribuído em quatro grupos distintos:

o primeiro grupo, constituído de trabalhadores rurais volantes – os bóias-frias, os quais são contratados, a cada dia, nos momentos de maior demanda de força de trabalho. De acordo com o Censo Agropecuário do Paraná (1996), no município de Paranaíba, a maior demanda de força de trabalho, ocorre nos meses de abril e maio, com 3834 e 4027 contratações respectivamente, quando ocorre a colheita da mandioca, algodão, milho e laranja. Esses trabalhadores são contratados por produtores rurais, diretamente ou através de seus prepostos – “os gatos”. Pode-se observar durante visita na Vila Rural José Dolvino Garcia, quando uma moradora transmitia a outras moradoras, que o contratante havia estado na vila e que, no dia seguinte, teriam trabalho e quem “se interessasse deveria estar pronto às 5 horas da manhã para ser transportado para o local do trabalho”. Estes trabalhadores sofrem profundamente o problema do desemprego, em muitos meses do ano, determinado pelo forte caráter sazonal das culturas predominantes no município. Segundo o Censo Agropecuário do Paraná (1996) os meses de menor absorção de mão-de-obra no município de Paranaíba é dezembro (1 206 contratações), julho (1 599), setembro (1 175) e fevereiro (1 670). Durante estes períodos, os trabalhadores rurais volantes dedicam-se as

atividades produtivas na Vila Rural ou em atividades urbanas, menos qualificadas e de baixa remuneração.

o segundo grupo é caracterizado por trabalhadores contratados em caráter efetivo em atividades agrícolas e não-agrícolas. Na Vila Rural José Dolvino Garcia, estes trabalhadores aparecem como empregados nas farinheiras no Distrito de Mandiocaba e os da Vila Rural Nova Vida, aparecem na função de serviços gerais, especialmente em frigoríficos. No conjunto de trabalhadores da Vila Rural José Dolvino Garcia, a maioria é empregada sem contratos formais de trabalho e inclusive sem carteira de trabalho na condição de rapadores, saqueiros, soldador, prensador, etc., tarefas que não exigem grande qualificação. Na Vila Rural Nova Vida, aparecem como trabalhadores assalariados, e a maioria possui contratos formais de trabalho, são garçons, seguranças, vendedores, etc.

o terceiro grupo é constituído pelos autônomos, isto é, declaram trabalhar por conta própria, em atividades não-agrícolas. Na Vila Rural José Dolvino Garcia, estes trabalhadores são minoria, eles estão mais presentes na Vila Rural Nova Vida, em atividades como pedreiro, pintor, ambulante, etc.

o quarto grupo é formado por funcionários públicos, com contrato efetivo de trabalho, em atividades não-agrícolas. Eles aparecem nas duas Vilas Rurais e, são: auxiliares de serviços gerais nas escolas, atendentes de creche, gari, etc.

Silva (1999) citando Islam argumenta:

... O crescimento das ocupações não-agrícolas (ORNA) pode estar associado tanto a um setor agrícola dinâmico como a um estagnado. Algumas vezes, o emprego

não-agrícola é uma saída para a agricultura improdutiva mais do que uma resposta à expansão da agricultura. Nesse caso, diz o que os trabalhadores estão sendo empurrados para o setor não-agrícola e não puxados pela dinâmica de oportunidades dos setores não-agrícolas.

Quanto à questão da renda familiar, na Vila Rural José Dolvino Garcia de Mandiocaba, 80% dos vileiros entrevistados declararam possuir renda familiar até 03 salários mínimos e os da Vila Rural Vida Nova de Sumaré, 86% afirmaram terem renda familiar de até 03 salários mínimos.

A renda familiar é proveniente das atividades desenvolvidas pelos membros da família, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. A pluriatividade, isto é, aquelas famílias cujos membros tem ocupações agrícolas e não-agrícolas, pode constituir estratégia de sobrevivência mais adequada, pois significa diversificação das fontes de renda.

Segundo os moradores das vilas, a renda familiar é comprometida com as despesas domésticas, a prestação da casa representando apenas a capacidade de sobrevivência das famílias.

A base dos rendimentos familiares diz a respeito aos ganhos do trabalho remunerado, aposentadoria, pensões e outros benefícios, mas não estão computados os rendimentos das atividades agrícolas do lote, pois eles se mostraram baixos, já que os produtos colhidos são destinados basicamente para o consumo familiar. Uma única exceção foi encontrada na Vila Rural Nova Vida, onde uma família, composta por três pessoas, está sobrevivendo exclusivamente dos produtos colhidos no lote, através de uma horta que ocupa todo o terreno.

Quanto à organização da produção nas vilas rurais, a orientação dos técnicos é que os beneficiários se organizem em grupos. Este tipo de organização é definido pelo técnico como “produção conjunta”. A orientação é que grupo de moradores, de 8 a 10 famílias, se unam e se cotizem na busca da racionalização dos meios de produção, dos recursos financeiros e do trabalho, visando obter maior renda e conseqüente melhoria das condições de vida.

A decisão que leva à experiência da produção conjunta geralmente ocorre na discussão conjunta dos moradores com a assistência técnica, a partir de alguns critérios, como: disponibilidade de recursos financeiros, aptidão dos solos da região, experiência anterior dos trabalhadores, etc.

Quanto ao produto a ser cultivado a decisão se faz por meio do levantamento de interesses, isto é, os beneficiários relacionam cinco opções do que gostariam de plantar. O técnico responsável ressalta que normalmente o produto que mais aparece é o café. Segundo ele, “está no imaginário de muitos produtores que o café vai deixa-los ricos, como no passado” e que mesmo explicando que os custos da produção de café são altos, que o solo tem pouca fertilidade, etc, mesmo assim se o grupo insistir eles podem plantar.

Na questão plantio, o principal problema levantado pelos vileiros, das vilas rurais estudadas, é a falta ou atraso de recursos financeiros. A linha de crédito do fomento agrícola que é repassada pelo Projeto Paraná 12 meses⁴ (a fundo perdido) para cada morador na importância de R\$ 1,1 mil, quase

⁴ **Projeto Paraná 12 meses:** é um programa de combate à pobreza no campo, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

nunca é suficiente para alavancar iniciativas dessa natureza, pois é usada para investir na sistematização e preparação do próprio lote, como produção individual.

Nas Vilas Rurais José Dolvino Garcia e Nova Vida, existem vários grupos de moradores em atividades diversificadas. As opções dos diferentes tipos de produtos destas vilas são: café adensado, uva de mesa, coco, mandioca, maracujá, hortaliças e palmito pupunha.

Ressalte-se que para as culturas temporárias o Projeto Paraná 12 meses não financia, mas se o produtor optar por culturas temporárias, ele poderá plantar com as despesas por sua própria conta.

Segundo o sociólogo que trabalha nas Vilas Rurais, este tipo de produção conjunta, encontra algumas dificuldades como: individualismo por parte de algumas famílias ou do grupo, falta de tradição e experiência no trabalho coletivo. Em contrapartida, as famílias que consideram a produção em conjunto uma boa alternativa, ressaltam a possibilidade de aprendizado coletivo, diminuição de gastos, obtenção de maiores lucros e garantia de colocação da produção no mercado.

Exemplificando a questão da colocação do produto no mercado, na Vila Rural José Dolvino Garcia, no seu primeiro plantio, a maioria optou por plantar milho, com uma produção considerada pelos vileiros como boa e imediatamente conseguiram colocar o produto no mercado, enquanto apenas um produtor resolveu plantar mamona e ele perdeu o produto, por não conseguiu vende-lo, pois a produção foi pouca, não compensava a sua venda.

Acompanhar e assistir os beneficiários das Vilas Rurais é responsabilidade, mais diretamente, dos técnicos agrícolas e de assistentes sociais, cujo planejamento das ações deve resultar na organização comunitária e na geração de rendas.

As Vilas Rurais de Paranavaí são assistidas por um técnico da EMATER-PR e um sociólogo, entre outras entidades que também estão sempre presentes nas Vilas, como a COHAPAR, Prefeitura, etc.

Segundo o sociólogo, que atua nas vilas, eles passam por um treinamento sobre extensão rural e, a partir daí, o trabalho se torna criativo e através de projetos propõem diversas ações, parcerias, etc.

Este trabalho e as estratégias de ações adotados seguem uma estrutura básica pelos técnicos executores, respeitando as características e necessidades de cada vila rural. Assim, o diagnóstico das Vilas Rurais José Dolvino Garcia e Nova Vida, segue o mesmo procedimento de trabalho, com reuniões, visitas, elaboração de planejamento parcial, etc. Por meio deste diagnóstico é definido um documento guia para racionalizar a utilização de recursos. Essa reflexão conjunta dá origem a um plano de ação visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores das vilas. Este processo está assentado em três pilares: desenvolvimento econômico – por meio da produção nos lotes e geração de renda; desenvolvimento social - educação, saúde, esporte, meio-ambiente, lazer e cultura e desenvolvimento político – fortalecimento da associação de moradores.

A assistência técnica na área agrícola nas Vilas Rural realizada por técnicos da EMATER-PR e, de acordo com o programa, cada técnico deve orientar e assistir 120 famílias, mas segundo informações de um técnico, eles têm atendido um número bem maior de famílias. O tempo de trabalho dedicado pelo técnico na área agrícola é de 80% de sua carga horária, o restante 20% é dedicado à participação de cursos, reuniões e outras atividades.

O engenheiro agrônomo e o florestal dedicam 5% de seu tempo nas Vilas Rurais.

Quanto ao técnico na área social é dedicação exclusiva. Em Paranaíba, este trabalho nas Vilas Rurais é executado por um sociólogo, que tem como função primordial estimular atividades para o trabalho coletivo nas comunidades. Segundo o sociólogo, “este trabalho social, realizado junto às famílias é fundamental e sabe-se que é um trabalho para longo prazo”.

Esse pessoal de apoio é contratado pelo Poder Público Estadual por tempo determinado, vencido o prazo ocorre a dispensa de todos. Esta é uma questão que deve ser resolvida pelo Poder Público Estadual, uma vez que esta assistência, sem paternalismo, deve ter um trabalho seqüenciado, para se chegar a resultados positivos. Se o objetivo das vilas rurais é elevar o padrão de vida da população rural, deve-se procurar o caminho mais eficaz, isto é, reforçando investimentos com serviços sociais básicos, para muito além do assistencialismo e paternalismo.

A base da organização comunitária nas vilas rurais é a Associação dos Moradores. Esta associação é organizada provisoriamente, após a

seleção e aprovação, pelo conselho municipal, de todas as famílias que vão fazer parte da Vila Rural. Esta associação provisória é resultado de reunião com beneficiários e tem como objetivo inicial a liberação de recursos para a construção das casas. A associação, neste primeiro momento, é fiscalizadora dos recursos e da execução do projeto administrado pela COHAPAR. Com a entrega das chaves das casas e a posse pelos seus responsáveis, esta associação se dissolve e se reorganiza de forma mais democrática, por meio de eleições.

Segundo o sociólogo responsável pelas Vilas Rurais de Paranaíba, a Associação de Moradores da Vila Rural José Dolvino Garcia, manteve as mesmas lideranças da associação provisória e isto tem criado dificuldades de relacionamento com os beneficiários. Acredita que “estas lideranças não conseguiram absorver o poder, e concentram as decisões”, e esta “centralização tem gerado diversos conflitos internos na Vila Rural”, por outro lado, na Vila Rural Nova Vida, assim que foi inaugurada, os moradores realizaram nova eleição, “com nova eleição, novas lideranças e o poder mais descentralizado, esta Vila, avançou muito mais que a Vila Rural José Dolvino Garcia”, conclui o sociólogo.

Esta situação de manter uma associação com o objetivo inicial voltado ao processo contratual junto a COHAPAR tem limitado o avanço da vila, na busca de novos horizontes e desafios nas formas alternativas de atuação e poder como: o da cidadania, geração de renda, busca de apoio financeiro, parcerias, compra comum de insumos, bem como atividades de natureza comunitária, social e cultural.

É evidente a importância de uma Associação de Moradores, para a organização comunitária da Vila Rural, na busca conjunta de soluções para as necessidades coletivas, bem como nas limitações individuais no enfrentamento da realidade do cotidiano.

É interessante observar que o enfoque inicial do Programa Vila Rural previa que a área do lote se destinaria basicamente a complementar a alimentação e renda das famílias. Esta concepção está mudada, especialmente com a redução do emprego agrícola. Alguns programas e atividades estão sendo desenvolvidos nas vilas, e o lote passa a ser visto como um empreendimento. Exemplo disso, o Programa “Seja Sócio da Vila”, cuja estratégia é firmar contratos de sociedade ou parceria entre uma vila rural e uma empresa de iniciativa privada ou instituição pública interessada na produção de determinados bens ou na prestação de serviços pelos vileiros, tem dado certo.

Para se obter todo o conjunto de informações das Vilas Rurais de Paranavaí, a colaboração dos trabalhadores entrevistados foi muito significativa. A maioria destes trabalhadores se dispuseram a fornecer respostas para todas as questões e, com franqueza e simplicidade, colocavam seus problemas e limitações e também suas aspirações.

Na Vila Rural José Dolvino Garcia no Distrito de Mandiocaba, os principais problemas e aspirações levantadas foram: um trator à disposição de todos, frente de serviços, menos reunião mais ação, iluminação pública, telefone público, conclusão do salão comunitário, término da escola e ainda, equipamentos adequados para a condução da lavoura e, concluindo, eles colocam: “o principal é

que tenha mais colaboração entre todos os moradores e, que todos se unam e para que a Vila Rural seja mais elogiada”.

Na Vila Rural Nova Vida, do Distrito do Sumaré, seus problemas e aspirações assim são destacados pelos moradores: transporte mais adequado às necessidades dos moradores, a inexistência de equipamentos adequados para a condução da lavoura; falta de poço artesiano para irrigação, nenhum opção de lazer na Vila, falta de unidades geradoras de renda e aspiram a implantação de cursos de capacitação e profissionalização.

Em síntese o Programa Vilas Rurais, pode ser visto como um conjunto habitacional diferenciado, onde o cidadão financia a casa e recebe um pequeno lote para plantar. As Vilas têm como objetivo principal a melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais volantes - os bóias-frias - mas, para isso, é preciso acreditar nas potencialidades desta categoria social de excluídos, para conquistarem padrão de vida menos desigual, mais digno e de forma mais permanente.

O desafio é acreditar na capacidade humana, investir no aprender a aprender e no aprender a descobrir suas próprias soluções de maneira independente e sem paternalismo. Para isso, é necessário, por parte de todos, as parcerias, muita luta e compromisso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o Projeto Vilas Rurais e, especialmente as Vilas Rurais do Município de Paranavaí, arroladas nesta pesquisa, buscou-se inicialmente, compreender os diferentes aspectos da economia agrária paranaense e local, que motivaram a expulsão do homem do campo para a cidade.

Num breve contexto histórico-espacial procurou-se enfatizar fatos intrinsecamente ligados à ocupação e exploração do Norte e Noroeste do Paraná, em especial, relativos ao município de Paranavaí.

A grande transformação ocorrida no espaço fundiário rural paranaense, sempre esteve vinculada à política agro-exportadora que estabeleceu mudanças rápidas, às quais repercutiram no comportamento das relações de produção, provocando inúmeros problemas sociais.

A distribuição fundiária rural do Município de Paranavaí, concretiza-se na concentração muito forte da propriedade e posse da terra, caracterizada por um lado, pelo substancial número de imóveis rurais com áreas bem reduzidas e, por outro, uma pequena proporção de propriedades com extensas áreas. Este quadro estrutural agrário retrata a ínfima utilização de mão-de-obra no campo, geralmente assalariados e bóias-frias.

Diante deste quadro e para atender estes trabalhadores rurais volante é que o Poder Público Estadual em parceria com o município viabilizou seis Vilas Rurais em Paranavaí. Destas três estão concluídas e habitadas e três em fase de conclusão, sendo o maior número de Vilas estabelecidas num município,

demonstrando a presença marcante do trabalhador rural volante em condições precárias de subsistência e trabalho.

Nas Vilas Rurais José Dolvino Garcia e Nova Vida, a principal conclusão a que se chega é que o projeto não atingiu seu ponto de maturação, e como se pode observar diversos problemas devem ser solucionados para que se consiga atingir os objetivos pretendidos pelo programa.

Nestas vilas fica evidente a fragilidade econômica, social, cultural, comercial e profissional dos moradores. Falta-lhes educação formal, informação e preparo profissional.

Para superar estas condições, os trabalhadores tem recebido assistência técnica constante de agrônomos, de assistentes sociais, num processo de indução e convencimento, ao lado de meios de apoio na aquisição de equipamentos de irrigação, tratores, sementes, mudas, insumos e outros, capazes de alavancar a produção inicial. Este apoio deverá perdurar até que esses trabalhadores se desenvolvam o suficiente, tornando-se produtores capacitados e estruturados para agirem por si mesmos.

É inegável que somente a transferência de uma família de bóia-frias para um ambiente de Vila Rural já produziu uma melhoria sensível nas condições de vida destas pessoas. No entanto, apenas isso não basta. É necessário promover atividades agrícolas e não-agrícolas que signifiquem a elevação da renda destas famílias.

As Vilas Rurais podem ser entendidas basicamente como um espaço ou área para plantar e criar, trabalhar e morar. Os moradores das Vilas

pesquisadas apresentam claramente este espaço enquanto aspiração, ter uma moradia e um pequeno pedaço de terra para plantar e criar pequenos animais.

A Vila Rural pode ser entendida, também, como um conjunto habitacional diferenciado das habitações populares existentes em todo país, com casas muito pequenas, próximas e iguais, caracterizada pela monotonia, provocando um fluxo crescente de ocupações de terras urbanas.

Pode ser também a criação de um local onde os bóias-frias se concentram, criando-se possibilidades de ações para melhorar a qualidade de vida destas pessoas.

As Vilas rurais, apesar das limitações de seu espaço, poderá ser a base de um novo modelo rural que passa a reorientar o relacionamento das cidades com seu entorno imediato e com o desenvolvimento rural do Estado. Sustar o crescimento dos grandes centros urbanos e formatar uma rede de pequenas e médias cidades, fixando bases físicas de assentamento humanos com vista à promoção do desenvolvimento rural/urbano, na medida que esse depende fundamentalmente tanto do dinamismo da economia local urbana, como da própria distribuição de renda (agrícola e não-agrícola) e da propriedade agrária na região.

É necessário revalorizar o campo, criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural, sem necessidade de migrar para as cidades, levando ao morador da zona rural as mesmas condições que ele encontraria nos centros urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, José Carlos. *Política local: um estudo de caso: Paranavaí 1952-1982*. Maringá: Clichetec, 1987. 320p.
- ALEGRE, Marcos e MORO, Dalton Áureo. *A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná*. Maringá: Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá, ano 4, n.1, p.28-73. Jan. 1986.
- ALVARENGA, Octavio Mello. *Política e direito agroambiental: comentários à nova lei de reforma agrária. (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 345p.
- ANDRADE, Manuel de Correia de. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, 116p. (História e Sociedade).
- ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ. *Constituição do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1989, 133p.
- ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CAFEICULTORES – APAC. *Painel/Tecnologia – Manejo da lavoura cafeeira. 2º Encontro Paranaense de Café. Anais/Relatórios*. 1995, 87p.
- BIGARELLA, João José, LEPREVOST, Alsedo, BOLSANELHO, Aurélio. *Rochas do Brasil*. Rio de Janeiro: L.T.C. Livros Técnicos e Científicos, 1985, 310p.
- CARNASCIALI, Carlos Humberto. *et al.* *Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná*. In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org). *Os impactos sociais na modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. Cap. 6, p.125-67.
- CARVALHO, José Alberto M. de. *Migrações internas: mensuração direta e indireta*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2, Anais. São Paulo: ABEP, p.533-77, 1991,
- DEMETRIO, José Antônio. *O perfil da estrutura agrária do município de Paranavaí*. Maringá, 1997. 117p. Monografia (Especialização). Universidade Estadual de Maringá.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. *A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e consequências sócio – econômicas*. Itaguaí, 1980, 318p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. Trad. Elza Trassi Mariano, et.al. São Paulo: Difel,1982,252p. Original francês: Précis de Geographic rurale.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Estrutura agrária e dominação do campo: notas para um debate. In SANTOS, Milton (Org). *Novos rumos da geografia brasileira*. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1996,p.143-65.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – Normas Operacionais do Programa Vila Rural. Maio/1995.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.29,1982,362p. (O Mundo hoje).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Censo Agropecuário – Paraná,n.20,1995/96.
- IPARDES – *Dinâmica demográfica da Região Sul: anos 70 e 80*. Curitiba: 1987.180p. (Convênio MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, UNICAMP/ Instituto de Economia).
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Curitiba: IparDES,1983,81p.
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTNE, George, GARCIA, Ronaldo C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, p.125-67,1987.
- IPARDES – Fundação Édison Vieira. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba: IparDES,1981,71p.
- IZIQUÉ, Cláudia. *O novo rural brasileiro*. São Paulo: FABESP.Humanidades. Caderno de Economia. p.48-55,Abril/2000.
- KAVALERIDZE, Wladimir Cavalari. *Nossos solos*. 3ed. Curitiba: Vozes do Paraná, 1978,178p.
- KLEINKE, Maria de Lourdes Urban, DESCHAMPS, Marley Vanice, MOURA, Rosa. *Movimento Migratório no Paraná. (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IparDES. n.95,p. 27-50,Jan/abr,1999.
- KOHLHELPP, Gerd. *Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil)*.Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro,n.53(2): p.79-174, abril/jun.1991.

- LEÃO, Zanoni, Constant Carneiro. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: Iparde/Concitech, 1989,89p.(Teses,1).
- MACHADO, Brasil Pinheiro. *Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná*. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR/ Departamento de História, v.3.p.1-52, jun.1963.
- MAGALHÃES, Marisa Valle. *A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. Análise Conjuntural*. Curitiba: v.4,n.11-12,p.3-9. nov/dez.1992.
- MARTINE, George. *Êxodo Rural: concentração urbana e fronteira agrícola*. In. MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org). *Os impactos sociais na modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, cap.3,p.59-79,1987.
- MARTINE, George, ARIAS, Alfonso Rodriguez. *Modernização e emprego no campo*. In. MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org). *Os impactos sociais na modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, cap.6, p.125-67,1987.
- MARTINE, George, BESKOW, Paulo Roberto. *O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola*. In. MARTINE, George, GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org). *Os impactos sociais na modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, cap.1,p.19-39,1987.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ed. São Paulo: Hucitec,1991,182p.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1995,185p.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997,140p. (Temas de atualidade).
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 524p. (Farol do Saber).
- MELLO, Maria Conceição D’Incao. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. São Paulo: Vozes,1975,154p.

- MENDONÇA, Francisco de Assis. *A evolução sócio – econômica do Norte Novíssimo de Paranavaí – PR e os impactos ambientais: Desertificação?* São Paulo, 1990. 292p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo.
- MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense. 1990, 83p.
- MORO, Dalton Aureo. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná*. Rio Claro, 1991, 353p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Geociências e Ciências Exatas.
- MORO, Dalton Aureo. *Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo*. Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá. n.1, p. 01-55, out. 1998.
- MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Edoc, 1989, 139p. (Estudos rurais; 10).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, 164p. (Caminhos da Geografia).
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec/Curitiba - Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981, 235p. (Economia e planejamento: teses e pesquisas).
- POPP, José Henrique. *Geologia Geral*. 5ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. 1989, 375p.
- RAGIO, Nádia Zaiczuk. *Estrutura agrária paranaense e a crise*. Análise Conjuntural. Curitiba: Iparde, v.9, n.3, p.5-7, mar/1987.
- RAGIO, Nádia Zaiczuk. *Temas estratégicos para o Paraná*. Curitiba: Iparde, p.51-61, 1994.
- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – DERAL – Levantamento da produção agrícola municipal, 1995/96, 97/98, 99/2000.
- SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro, 1991, 361p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP - Campus Rio Claro.

- SERRA, Elpídio. *Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná*. Boletim de Geografia. Maringá: Imprensa Universitária. Ano 10,n.1,p.61-93.1992.
- SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar,1971.285p.
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 16ed. São Paulo: Brasiliense, 1990,114p. (Primeiro passos).
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2ed. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999,151p. (Pesquisa, 1).
- SILVA, Paulo Marcelo Soares da. *História de Paranavaí*. Paranavaí: Prefeitura Municipal. 1988,260p.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. (Agricultura e Sociedade).
- SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. In. AUBERTIN, Catherine (Org.) *Fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília,1988,250p.
- UNIVERSIDADES DESENVOLVEM PROJETOS EM VILAS RURAIS. Diário do Noroeste. Paranavaí,3 de fevereiro de 2001.Geral.p.11.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 6ed. Curitiba: Vicentina, 1988,274p.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *et .al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Boletim da Universidade Federal do Paraná – Departamento de História. Curitiba: UFPR,n.7, p.1-52.1968.

ANEXOS

ANEXO 1

INSTRUMENTO UTILIZADO NA PESQUISA

PESQUISA

CÓDIGO

03. TC 01 – SEXO-1- Masculino
2- Feminino

04. TC 02 – RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO

1. Chefe
2. Cônjuge
3. Filho
4. Outro parente
5. Empregado
6. Outro

06. A. TC 03 – NÍVEL ATINGIDO

- A – Analfabeto
- L – Sabe ler e escrever
- B – Ensino Básico
- M – Ensino Médio
- S – Ensino Superior

06. B. TC 04 – SITUAÇÃO PRESENTE

- E – Estuda
- D – Parou definitivamente de estudar
- T – Parou temporariamente
- N – Nunca estudou

06.C. TC 05 – MOTIVO PORQUE NÃO ESTUDA

- PT – Precisou trabalhar
- EL – A escola é longe ou de difícil acesso
- SES – Somente tinha até esta série
- NP – Não precisa

07. TC 06 – SITUAÇÃO OCUPACIONAL

- SE – Só trabalha na vila
- FR – Só trabalha fora da vila, na Zona rural
- FU – Só trabalha fora da vila, na Zona Urbana
- PFD – Parcialmente fora/dentro da vila
- NA – Não trabalha atualmente
- NT – Nunca trabalhou
- SL – Somente trabalha no lar
- TLE – Trabalha no lar e na vila.

PESQUISADOR

DATA DA APLICAÇÃO

Quadro II – Situação do vileiro antes do assentamento.

___/___/___

08. Últimos 3 (três) municípios em que residiu antes da Vila (anotar retroativamente).

1. Local / Bairro	2. Situação do Domicílio U/R	3. Ano de Chegada no Município	4. Tempo de residência no Município	5. Última ocupação exercida

09. Qual era sua situação imediatamente anterior a Vila Rural?

1 Proprietário _____ ha

2 Arrendatário _____ ha

3 Parceiro _____ ha

4 Trabalhador não remunerado

5 Assalariado temporário

6 Assalariado permanente

7 Outra. (Especifique) _____

Observações:

10. Que atividade desempenhava no seu trabalho?

11. Que tipo de atividade desenvolvia em seu estabelecimento?

12. Para produzir recorria apenas à mão de obra familiar?

1 Sim

2 Não

13. Como fazia para completar a mão de obra familiar?

1 Troca de dias

2 Mutirão

3 Assalariamento

4 Outra. (Especifique) _____

Observações:

14. Em que períodos necessitava complementar a mão de obra familiar?

1 Preparo e plantio

2 Tratos culturais

3 Colheita

15. Algum membro da família trabalhava fora da propriedade (quem, onde, em que atividade).

Quadro III – Informações referentes à Vila Rural.

16. Mês e Ano em que entrou na Vila Rural?

_____/____.

17. Quando veio para a Vila Rural, participava de algum tipo de associação? Qual?

1 Movimento dos sem-terras

2 Sindicato de trabalhador rural

3 Associação dos produtores

4 Cooperativa

5 Outro - Designar _____

6 Nenhum

18. Relação de benfeitorias da Vila Rural.

19. Safra já realizada na Vila

Cultura	Utilizou Crédito (fonte)	Avaliação de resultado(boa, regular, frustração)	Causas ou motivos das frustrações

20. Especificar o tipo de aplicação de crédito.

21. Se não utilizou o crédito, dizer porquê?

22. Destino ou comercialização da produção?

23. Possui horta no lote?

1 Sim

2 Não

24. A produção é:

1 Para consumo

2 Comercializada. Com quem? _____

3 Trocada. Com quem? _____

25. Relacionar os membros da família que trabalham fora da vila? Quem, onde, em que atividade?

Quem	Onde	Atividade	Registrado

26. Explora outras áreas agrícolas fora da Vila?

1 Sim 2 Não

Onde	Desde que ano	Área total (hectares)	Área de lavoura (hectares)	Condição de posse

27. Qual a renda familiar atual?

28. Origem dos rendimentos familiares:

1 Lavoura

2 Criação

3 Trabalho assalariado rural

4 Trabalho assalariado urbano

5 Outro - Especifique _____

Quadro IV

29. Qual o tipo de assistência prestada pela Emater – Pr?

30. Na sua opinião, é satisfatória? Em caso negativo, qual a assistência técnica necessária?

31. Que outros órgãos prestam assistência na Vila? Que tipo de assistência?

32. Recebe assistência médica? Onde? Órgão?

33. Quais os cursos de qualificação profissional, que algum membro da família participou?

34. Por quê a família se cadastrou e veio morar na Vila?

35. Grau de satisfação de viver na Vila?

Sim. Por quê? _____

Não Por quê? _____

36. Qual a sua opinião sobre o Programa Vilas Rurais?

ANEXO 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS E RESPONSÁVEIS

I – As atividades do órgão na Vila Rural e as condições de operação.

- a) Quantos técnicos estão envolvidos com a Vila? Esse envolvimento é exclusivo?
- b) Descrever quais as atividades desenvolvidas na Vila?
- c) Verificar se o trabalho junto aos vileiros diferencia-se do atendimento prestado a outros produtores. Em caso positivo, em que se diferencia?
- d) Quais as principais dificuldades que os técnicos encontram para desempenharem suas atividades?
- e) Como se dão as relações junto a outros órgãos que atuam no processo de assentamento nas Vilas?

II – Relação entre os órgãos e os vileiros.

- a) Qual a receptividade, por parte dos vileiros, do trabalho desenvolvido pelo órgão?
- b) Quais as principais reclamações e demandas feitas pelos vileiros?
- c) Existe liderança destacada nas Vilas Rurais?

III – Histórico e organização da Vila.

- a) Quando se deu a implantação da Vila?
- b) No momento da implantação, havia famílias excedentes?
- c) Como se deu o processo de seleção das famílias?
- d) Como está organizado o processo produtivo das vilas?
- e) Que forma de exploração da terra predomina, individual ou coletiva?
- f) Qual o sistema de manejo de solo realizado pelos vileiros?
- g) Em que medida o manejo realizado, permite a conservação do solo?
- h) Que cuidados são desenvolvidos no manejo do solo? Terrateamento, curvas de nível, rotação de culturas, adubação, etc...
- i) Qual a receptividade dos produtores por medidas conservacionistas?
- j) Destacar a infra-estrutura e serviços sociais nas Vilas (estradas, energia elétrica, sistema de esgoto, coleta de lixo, água, transporte, educação, saúde.)

IV – Avaliação Geral.

- a) Que avaliação geral faz-se da evolução da Vila Rural?
- b) Que avanços sociais foram obtidos com a instalação das Vilas Rurais?
- c) Como se avalia a situação da família dos vileiros?

ANEXO 3

PLANEJAMENTO DE AÇÕES

VILA RURAL JOSÉ DOLVINO GARCIA – Paranaíba-PR

ATIVIDADES	AÇÕES	RESULTADOS
Contato	Assinatura	
Contato/retomada	<ul style="list-style-type: none"> • Escritório da Emater • Parceiros envolvidos • Visitas aos líderes comunitários • Reunião com a comunidade sem agendamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar calendário • Recolher informações • Planejamento
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar calendário para Vila Rural • Cronograma de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Prazo • Meta
Org. Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de cursos/palestras • Excursões • Palestras motivacionais • Vídeos educativos • Rodas de história • Seminário com as lideranças • Multirões de limpeza/pintura/concertos 	<ul style="list-style-type: none"> • Informar e qualificar troca de experiências • Aumentar auto-estima • Trabalhar a conscientização • Descontração/lazer • Capacitar/planejar • Valorização do habitat
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias com os agentes comunitários (Secretaria da Educação – Roseli) • Parceria com a Pastoral 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação preventiva • Acompanhamento com a família
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria-documentação • Documentação pessoal • Alfabetização para adultos • Cursos em geral – parceria – Emater/Sebrae/Fafipa • Promoção de teatro educativo ± parceria com Sesc 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de estatuto e regimentos internos • Obtenção dos documentos • Alfabetizar 40 moradores • Capacitação profissional dos moradores • Conscientização Dengue/Aids/Água
Cultural/esportivo e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria de aula capoeira • Teatro (montagem) • Assessoria em gincanas/festas/ventos 	<ul style="list-style-type: none"> • 90 jovens participantes (integração comunitária) • 30 jovens participantes (integração comunitária) • Integração comunitária + arrecadação de dinheiro
Plantas medicinais	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao plantio • Parceria com Unipar/Pastoral/Emater 	<ul style="list-style-type: none"> • Medicina alternativa para obtenção de remédios homeopáticos
Meio-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao plantio nas vias públicas (Emater-Pr/IAP) • Palestra sobre resíduos e lixos 	<ul style="list-style-type: none"> • Plantar 750 árvores nas Vilas Rurais (vias públicas) • Prevenção com doenças e evitar sujeiras nos lotes e vias públicas

ANEXO 4

CRONOGRAMA DAS AÇÕES VILA RURAL NOVA VIDA

PERÍODO 2000	AÇÃO	RESPONSAB.	RECURSOS
JAN/FEV/ MARÇO	Manejo e conservação da reserva legar	Grupo comunitário Emater-Pr Prefeitura	Emater-Pr
ABR/MAIO /JUN	Formação da Associação dos Moradores <ul style="list-style-type: none">• Formação da Diretoria• Eleição• Aprovação do Estatuto dos Moradores	Emater-Pr Cohapar Prefeitura Mun Comunidade	Emater-Pr
JUNHO	Seminário para capacitação de liderança	Emater-Pr	Emater-Pr
JULHO	Curso para mobilização e movimentos comunitários	Emater-Pr	Emater-Pr
JULHO	Curso para formação de líderes	Emater-Pr	Emater-Pr
JULHO	Montagem da estrutura física na área social	Comindade Emater-Pr Prefeitura	Prefeitura
JULHO	<u>Projeto na área de saúde:</u> Das instituições de ensino superior à comunidade estendendo os benefícios do conhecimento acadêmico – um trabalho de parceria – Emater/Fafipa/Prefeituras Municipais	Emater-Pr Fafipa Prefeitura Mun	Prefeitura
JULHO	<u>Projeto na área de esporte/lazer:</u> Das instituições de ensino superior à comunidade estendendo os benefícios do conhecimento acadêmico – um trabalho de parceria – Emater/Fafipa/Prefeituras Municipais	Emater-Pr Fafipa Prefeitura Mun	Prefeitura
JULHO	Arborização nas vias públicas	Comunidade Emater-Pr IAP Prefeitura	Emater-Pr IAP
AGOSTO	Formação de grupos de trabalho	Comunidade Emater-Pr	Emater-Pr
AGOSTO	Educação ambiental- palestra	Emater-Pr	Emater-Pr
SETEMBR O	Adubação Química – café Instalação de criação de frangos/poedeiras	Emater-Pr Moradores	Programa Pr 12 meses
SETEMBR O	Adubação Orgânica - café	Emater-Pr Moradores	Programa Pr 12 meses
OUTUBRO	Aquisição de mudas e plantio - café	Emater-Pr Moradores	Programa Pr 12 meses
SET/NOV	Preparo de solo e Plantio de cultura de subsistência	Emater-Pr	Programa Pr 12 meses
SET/OUT/ NOV	Plantio de frutíferas	Emater-Pr	Programa Pr 12 meses
OUT/NOV	Capacitação e lavouras	Emater-Pr	Programa Pr

			12 meses
Ano Todo	Encaminhamento e planejamento	Emater-Pr	
Ano Todo	Encaminhamento de questões para cidadania	Emater-Pr	
Ano Todo	Busca de parcerias	Emater-Pr	
Ano Todo	Curso Paraná 12 Meses	Emater-Pr	Programa Pr 12 meses

Fonte: Emater-PR
Org Silva, 2000.

ANEXO 5

RELAÇÃO DAS VILAS RURAIS CONCLUÍDAS



VILA RURAL
O Paraná planta idéias.
O Brasil colhe exemplos.

Onde estão

Vilas Rurais Concluídas

	MUNICIPIO	EMPREEND	UDS
1	ALTAMIRA DO PARANA	VILA RURAL JOSÉ ALVARO BITTENCOURT	16
2	ALTO PARANA	VILA RURAL PERSEVERANÇA	52
3	ALTO PARANA	VILA RURAL NOVO PARANÁ	39
4	ALTO PIQUIRI	VILA RURAL CORUMBÁ	19
5	ALTO PIQUIRI	VILA RURAL 19 DEZEMBRO	35
6	ALTO PIQUIRI	VILA RURAL MIRANTE DO PIQUIRI	38
7	ALTO PIQUIRI	VILA RURAL PAULISTANIA	81
8	ALTONIA	VILA RURAL JULIO DETONI	47
9	ALVORADA DO SUL	VILA RURAL PEDRO LOPES MARTINS	60
10	AMAPORA	VILA RURAL BELA VISTA	70
11	ANAHY	VILA RURAL BELA VISTA	12
12	ANDIRA	VILA RURAL RECANTO FELIZ	37
13	ANGULO	VILA RURAL RECANTO VERDE	32
14	ANTONIO OLINTO	VILA RURAL UM PASSO PARA O FUTURO	23
15	APUCARANA	VILA RURAL MANOEL P. SOBRINHO	38
16	APUCARANA	VILA RURAL NOVA UCRANIA	65
17	APUCARANA	VILA RURAL TERRA PROMETIDA	38
18	ARAPOTI	VILA RURAL BOM JESUS	52
19	ARARUNA	VILA RURAL ARARA AZUL	12
20	ARARUNA	VILA RURAL SOL NASCENTE	44
21	ASSAI	VILA RURAL DAS ROSAS	41

22	ASSIS CHATEAUBRIAND	VILA RURAL RAIOS DE LUZ	22
23	ASTORGA	VILA RURAL JOSÉ SOSSAI	100
24	ATALAIA	VILA RURAL JOÃO DE BARRO	80
25	BANDEIRANTES	VILA RURAL PEROBINHA	22
26	BARBOSA FERRAZ	VILA RURAL BEIJA FLOR	24
27	BARBOSA FERRAZ	VILA RURAL JOAQUIM A. DE SOUZA	33
28	BARBOSA FERRAZ	VILA RURAL MARIA GONÇALVES VIRGINIO	25
29	BARBOSA FERRAZ	VILA RURAL NOVA MORADA	46
30	BARRA DO JACARE	VILA RURAL NOSSA TERRA	37
31	BARRACAO	VILA RURAL PROGRESSO	29
32	BELA VISTA DO PARAISO	VILA RURAL MARIA VALONE	51
33	BITURUNA	VILA RURAL SAPOPEMA	21
34	BOA ESPERANCA	VILA RURAL IGUAÇU	23
35	BOA ESPERANCA	VILA RURAL PAULINO LEAKI	32
36	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	VILA RURAL SÃO MIGUEL	54
37	BOA VISTA DA APARECIDA	VILA RURAL SÃO CRISTÓVÃO	21
38	BOA VISTA DA APARECIDA	VILA RURAL UNIDOS EM CRISTO	34
39	BOM SUCESSO	VILA RURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	43
40	BRAGANEY	VILA RURAL LUZ DA TERRA	27
41	BRASILANDIA DO SUL	VILA RURAL GUILHERME DOS SANTOS	16
42	CAFEARA	VILA RURAL BOA CULTURA	30
43	CAFELANDIA	VILA RURAL NOVA CONQUISTA	36
44	CAFEZAL DO SUL	VILA RURAL PRIMAVERA	22
45	CALIFORNIA	VILA RURAL NOVA CALIFÓRNIA	20
46	CALIFORNIA	VILA RURAL NOVA FIGUEIRINHA	26
47	CAMBE	VILA RURAL JOÃO INOCENTE	37
48	CAMBIRA	VILA RURAL LUIZ BELEZE	23
49	CAMPINA DA LAGOA	VILA RURAL NOVA CAMPINA	47
50	CAMPO BONITO	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	31
51	CAMPO DO TENENTE	CAMPO DO TENENTE	30
52	CAMPO MOURAO	VILA RURAL PEDRO KLOSTER JUNIOR	49
53	CANDIDO DE ABREU	VILA RURAL JACARE	45
54	CANDIDO DE ABREU	VILA RURAL VIDA NOVA	27
55	CANTAGALO	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	21
56	CANTAGALO	VILA RURAL SÃO FRANCISCO	48
57	CARLOPOLIS	VILA RURAL TEOLÂNDIA	30

58	CATANDUVAS	VILA RURAL NOVO CAMINHO	28
59	CENTENARIO DO SUL	VILA RURAL VISTA ALEGRE	44
60	CEU AZUL	VILA RURAL NOVA UNIÃO	22
61	CHOPINZINHO	VILA RURAL ARAUCÁRIAS	46
62	CIANORTE	VILA RURAL AMANHECER	35
63	CIANORTE	VILA RURAL NOSSA TERRA	18
64	CIDADE GAUCHA	VILA RURAL FIORENCIO BAREA	68
65	CIDADE GAUCHA	VILA RURAL FIORENCIO BAREA	73
66	CLEVELANDIA	VILA RURAL SEPE TIARAJU	40
67	COLORADO	VILA RURAL JOSÉ ARTICO	65
68	COLORADO	VILA RURAL SANTO ANTONIO	23
69	CONGONHINHAS	VILA RURAL FRANCISCO TOZZI	51
70	CONSELHEIRO MAIRINCK	VILA RURAL BARREIRINHA	35
71	CORBELIA	VILA RURAL NOSSA SENHORA SALETE	52
72	CORONEL DOMINGOS SOARES	VILA RURAL ALBERTO CARRARO	62
73	CORUMBATAI DO SUL	VILA RURAL NOVOS CAMINHOS	38
74	CRUZEIRO DO OESTE	VILA RURAL JOAQUIM DE PAULA LEITE	51
75	CRUZEIRO DO SUL	VILA RURAL PREFEITO ANTONIO SARRÃO	66
76	CRUZMALTINA	VILA RURAL PADRE JOÃO SEGA	37
77	CURITIBA	VILA RURAL SANTA RITA	30
78	CURIUVA	VILA RURAL BOA VISTA	83
79	DIAMANTE DO OESTE	VILA RURAL BEIRA RIO	18
80	DOIS VIZINHOS	VILA RURAL CANARINHO	37
81	DOIS VIZINHOS	VILA RURAL VERDES CAMPOS	47
82	DOURADINA	VILA RURAL JOÃO CORSINI	40
83	DOUTOR CAMARGO	VILA RURAL SOL NASCENTE	34
84	ENGENHEIRO BELTRAO	VILA RURAL FRANCISCA FERREIRA BORGES	53
85	ENGENHEIRO BELTRAO	VILA RURAL PORTAL DO SOL	37
86	ESPERANCA NOVA	VILA RURAL 21 DE DEZEMBRO	26
87	FAROL	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	39
88	FAXINAL	VILA RURAL NOVA ALTAMIRA	38
89	FENIX	VILA RURAL BOA ESPERANÇA	26
90	FENIX	VILA RURAL VALE VERDE	26
91	FIGUEIRA	VILA RURAL JOSÉ ABRAÃO	13
92	FLORESTA	VILA RURAL ANTONIO LUIGGI MARTINELLI	26
93	FORMOSA DO OESTE	VILA RURAL SANTO ANTONIO	26

94	FOZ DO IGUACU	VILA RURAL DAS CATARATAS	74
95	FRANCISCO ALVES	VILA RURAL BEM TE VI	33
96	FRANCISCO BELTRAO	VILA RURAL ÁGUA VIVA	34
97	FRANCISCO BELTRAO	VILA RURAL GRALHA AZUL	79
98	GENERAL CARNEIRO	VILA RURAL MORRO ALTO	24
99	GODOY MOREIRA	VILA RURAL CANTINHO ABENÇOADO	25
100	GOIOERE	VILA RURAL FLOR D OESTE	43
101	GOIOERE	VILA RURAL PROGRESSO	51
102	GOIOXIM	VILA RURAL JACUTINGA	32
103	GUAIRA	VILA RURAL DR. FERNANDO L. QUINTA	30
104	GUAIRACA	VILA RURAL SANTA TEREZINHA	25
105	GUAPOREMA	VILA RURAL SOL NASCENTE	50
106	GUARACI	VILA RURAL GRALHA AZUL	50
107	IBAITI	VILA RURAL AMORINHA	24
108	IBAITI	VILA RURAL ANANIAS COSTA	25
109	IBAITI	VILA RURAL SÃO ROQUE DO PICO	35
110	IBEMA	VILA RURAL CAUSA DE TODOS	23
111	IBIPORA	VILA RURAL TAQUARA DO REINO	86
112	ICARAIMA	VILA RURAL ESPERANÇA	37
113	ICARAIMA	VILA RURAL PRIMAVERA	17
114	IGUARACU	VILA RURAL ISAAC RABIN	70
115	IGUATU	VILA RURAL SANTA ANA	13
116	IMBITUVA	VILA RURAL CORTE DE OURO	50
117	IMBITUVA	VILA RURAL UNIDOS DA ESPERANÇA	36
118	INACIO MARTINS	VILA RURAL BOA VISTA	23
119	INAJA	VILA RURAL SEBASTIÃO VIEIRA	89
120	IPIRANGA	VILA RURAL ALVORADA	41
121	IPIRANGA	VILA RURAL AMOR DIVINO	34
122	IPIRANGA	VILA RURAL VIDA NOVA	26
123	IPORA	VILA RURAL SANTO TOMAZZELA	106
124	IRATI	VILA RURAL DO FUTURO	37
125	IRETAMA	VILA RURAL COLMEIA	42
126	ITAIPULÂNDIA	VILA RURAL NOVA ITACORA	20
127	ITAIPULÂNDIA	VILA RURAL ESPERANÇA	15
128	ITAMBARACA	VILA RURAL PEDRO MARINHO	27
129	ITAUNA DO SUL	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	27
130	ITAUNA DO SUL	VILA RURAL NOSSA SENHORA DO ROCIO	49

131	IVAI	VILA RURAL DO FUTURO	30
132	IVAI	VILA RURAL FELIZ	19
133	IVAIPORA	VILA RURAL IVAINÓPOLIS	71
134	IVATE	VILA RURAL ALGUST HENRICH HERWIG	30
135	IVATE	VILA RURAL MENINO JESUS	62
136	IVATE	VILA RURAL XETAS	71
137	IVATUBA	VILA RURAL OLYNTHO SCHIMIDT	43
138	JABOTI	VILA RURAL JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA	35
139	JACAREZINHO	VILA RURAL NOVO TEXAS	48
140	JAGUAPITA	VILA RURAL NOVA ESPERANÇA	40
141	JAGUARIAIVA	VILA RURAL FLOR DO IPÊ	31
142	JANDAIA DO SUL	VILA RURAL PARAISO	8
143	JANDAIA DO SUL	VILA RURAL PARAÍSO	54
144	JANIOPOLIS	VILA RURAL DEPUTADO ELIAS ABRAÃO	40
145	JANIOPOLIS	VILA RURAL NOSSA TERRA	19
146	JAPIRA	VILA RURAL POVO IRMÃO	46
147	JAPURA	VILA RURAL SANTA CECÍLIA	16
148	JESUITAS	VILA RURAL VERDES CAMPOS	35
149	JURANDA	VILA RURAL ALTO ALEGRE	46
150	JUSSARA	VILA RURAL GRALHA AZUL	38
151	JUSSARA	VILA RURAL SÃO CRISTOVÃO	21
152	LAPA	VILA RURAL RIO DA AREIA	15
153	LARANJAL	VILA RURAL SÃO CAETANO	41
154	LARANJEIRAS DO SUL	VILA RURAL UNIDOS	44
155	LEOPOLIS	VILA RURAL ESPERANÇA	43
156	LIDIANOPOLIS	VILA RURAL CANDIDO JOSÉ MILINSKI	17
157	LIDIANOPOLIS	VILA RURAL SEBASTIÃO COELHO DO CARMO	56
158	LINDOESTE	VILA RURAL COLINA DA ESPERANÇA	30
159	LOANDA	VILA RURAL SAGRADA FAMÍLIA	36
160	LOANDA	VILA RURAL VAI QUEM QUER	38
161	LUIZIANA	VILA RURAL NOVO HORIZONTE	23
162	LUIZIANA	VILA RURAL VALINHOS	63
163	LUPIONOPOLIS	VILA RURAL ARCO IRIS	62
164	MALLET	VILA RURAL SÃO JOÃO MARIA	26
165	MAMBORE	VILA RURAL ALVORADA	19
166	MANDAGUACU	VILA RURAL ELZA LERNER	87
167	MANGUEIRINHA	VILA RURAL TRÊS PINHEIROS	59

168	MANOEL RIBAS	VILA RURAL BELA VISTA	18
169	MANOEL RIBAS	VILA RURAL NOVOS CAMINHOS	18
170	MANOEL RIBAS	VILA RURAL PONTO ALTO	17
171	MANOEL RIBAS	VILA RURAL SANTA MARIANA	31
172	MARECHAL CANDIDO RONDON	VILA RURAL SANTA CLARA	57
173	MARIA HELENA	VILA RURAL RICARDO BRUNELLI	50
174	MARILENA	VILA RURAL QUATRO MARCOS	40
175	MARUMBI	VILA RURAL FLOR DO VALE	38
176	MATELÂNDIA	VILA RURAL SAGRADA FAMÍLIA	17
177	MATELÂNDIA	VILA RURAL SANTA MARIA	35
178	MAUA DA SERRA	VILA RURAL TAMOTSU SATO	40
179	MEDIANEIRA	VILA RURAL FRUTOS DA TERRA	29
180	MIRASELVA	VILA RURAL DA UNIÃO	28
181	MISSAL	VILA RURAL AMIGOS DA TERRA	36
182	MOREIRA SALES	VILA RURAL JOÃO A. P. ALENCAR	21
183	MUNHOZ DE MELLO	VILA RURAL JOSÉ VENANCIO SOBRINHO	35
184	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	VILA RURAL WILSON VOLPATO	46
185	NOVA ALIANCA DO IVAI	VILA RURAL ESPERANÇA	28
186	NOVA AMERICA DA COLINA	VILA RURAL CEDRO	35
187	NOVA CANTU	VILA RURAL ARAUCÁRIA	61
188	NOVA CANTU	VILA RURAL SANTO REI	37
189	NOVA ESPERANCA	VILA RURAL ESPERANÇA	127
190	NOVA LONDRINA	VILA RURAL ITIO KONDO	91
191	NOVA OLIMPIA	VILA RURAL NOVA OLÍMPIA	39
192	NOVA PRATA DO IGUACU	VILA RURAL ENTRE RIOS	33
193	NOVA SANTA BARBARA	VILA RURAL SOL NASCENTE	49
194	NOVA TEBAS	VILA RURAL ESPERANÇA	40
195	NOVA TEBAS	VILA RURAL SANTA CLARA	14
196	NOVA TEBAS	VILA RURAL VILA VERDE	15
197	NOVO ITACOLOMI	VILA RURAL EUZA BORGES GOMES	21
198	OURIZONA	VILA RURAL ANTONIO PICOLI	19
199	OURO VERDE DO OESTE	VILA RURAL OUROESTE	37
200	PALMAS	VILA RURAL FOLHA VERDE	42
201	PALMAS	VILA RURAL NOVOS CAMINHOS	60
202	PALMEIRA	VILA RURAL REAL	35
203	PALMITAL	VILA RURAL ALTA FLORESTA	29

204	PALOTINA	VILA RURAL QUINTO ABRAAO DELAZARI	46
205	PALOTINA	VILA RURAL TERRA DA GENTE	26
206	PARAISO DO NORTE	VILA RURAL OURO VERDE	116
207	PARANACITY	PARANACITY II	62
208	PARANACITY	VILA RURAL MONTE ALTO	66
209	PARANAVAI	VILA RURAL NOVA VIDA	105
210	PARANAVAI	VILA RURAL SANTA MONICA	41
211	PARANAVAI	VILA RURAL VEREADOR JOSÉ DOLVINO GARCIA	48
212	PAULA FREITAS	VILA RURAL SANTA LUZIA	21
213	PEABIRU	VILA RURAL LARY CALIXTO RAZZOLINI	34
214	PEROBAL	VILA RURAL NOVA JERUSALEM	36
215	PEROLA	VILA RURAL PEQUIM TENÓRIO DE MOURA	37
216	PINHAO	VILA RURAL BOM JESUS	37
217	PITANGA	PITANGA IV	45
218	PITANGA	VILA RURAL TARCÍLIO FERREIRA MESSIAS	20
219	PITANGUEIRAS	VILA RURAL ANTONIO PINGUELLI	23
220	PITANGUEIRAS	VILA RURAL MANOEL GARCIA ESPINOSA	19
221	PLANALTINA DO PARANA	VILA RURAL VILA FELIZ	30
222	PONTA GROSSA	VILA RURAL BOCAINA	17
223	PONTA GROSSA	VILA RURAL SANTA MADALENA	35
224	PORTO BARREIRO	VILA RURAL IMACULADA CONCEIÇÃO	30
225	PORTO RICO	VILA RURAL TRES RANCHOS	25
226	PRADO FERREIRA	VILA RURAL VILA FELIZ	29
227	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	PRESIDENTE CASTELO BRANCO II	32
228	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	VILA RURAL BOA ESPERANÇA	49
229	PRUDENTOPOLIS	VILA RURAL BEIRA RIO	27
230	PRUDENTOPOLIS	VILA RURAL PINHEIRINHO	20
231	QUARTO CENTENARIO	VILA RURAL PORTA DO CEU	39
232	QUEDAS DO IGUACU	VILA RURAL RIO DAS COBRAS I FASE	67
233	QUERENCIA DO NORTE	VILA RURAL QUERÊNCIA UNIDA	75
234	QUINTA DO SOL	VILA RURAL JUDITE A. RODRIGUES	28
235	QUINTA DO SOL	VILA RURAL O SOL NASCE PARA TODOS	31
236	QUITANDINHA	VILA RURAL ESPERANÇA	20
237	RANCHO ALEGRE DO OESTE	VILA RURAL SANTA FELICIDADE	20
238	REBOUCAS	VILA RURAL NOVA GERAÇÃO	27
239	RESERVA	VILA RURAL DO VAU	42

240	RIBEIRAO DO PINHAL	VILA RURAL BOA ESPERANÇA	30
241	RIO BRANCO DO IVAI	VILA RURAL DOARTE IZALTINO	51
242	RIO NEGRO	VILA RURAL ESPERANÇA	33
243	RIO NEGRO	VILA RURAL ROSEIRA	23
244	ROLANDIA	VILA RURAL DA PAZ	34
245	RONCADOR	VILA RURAL SÃO JOÃO	34
246	RONCADOR	VILA RURAL UNIÃO	31
247	RONDON	VILA RURAL INDEPENDENCIA	55
248	ROSARIO DO IVAI	VILA RURAL WENCESLAU STENBARSKI	31
249	SALGADO FILHO	VILA RURAL TERRA DA ESPERANÇA	23
250	SALTO DO ITARARE	VILA RURAL AREIA BRANCA	38
251	SALTO DO LONTRA	VILA RURAL NOVA BRASÍLIA	37
252	SANTA AMELIA	VILA RURAL NOVO HORIZONTE	34
253	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	VILA RURAL SANTA CRUZ	42
254	SANTA FE	VILA RURAL JOÃO TORRENHO ROLDAN	79
255	SANTA HELENA	VILA RURAL COMPANHEIROS DA TERRA	22
256	SANTA HELENA	VILA RURAL COSTA OESTE	23
257	SANTA ISABEL DO IVAI	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	30
258	SANTA IZABEL DO OESTE	VILA RURAL RENASCER	41
259	SANTA MARIANA	VILA RURAL LUIZ BASSI	63
260	SANTA MONICA	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	30
261	SANTA MONICA	VILA RURAL SANTA FÉ	25
262	SANTA TEREZA DO OESTE	VILA RURAL ADEMIR RENOSTO	33
263	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	VILA RURAL SANTA BERNADETE	35
264	SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	VILA RURAL DA ESPERANÇA	34
265	SANTO ANTONIO DO PARAISO	VILA RURAL RENASCER	43
266	SANTO INACIO	VILA RURAL VIDA NOVA	36
267	SÃO CARLOS DO IVAÍ	VILA RURAL GRALHA AZUL	60
268	SAO JOAO DO CAIUA	VILA RURAL UNIÃO	35
269	SAO JOAO DO IVAI	VILA RURAL BENEDITO SEGATO	30
270	SAO JOAO DO IVAI	VILA RURAL EMILIO PARALEGO	16
271	SAO JOAO DO IVAI	VILA RURAL MARIA DE LOURDES FERNANDES	19
272	SAO JOAO DO TRIUNFO	VILA RURAL UNIÃO TRIUNFENSE	21
273	SAO JORGE DO OESTE	VILA RURAL PREF. ADELARTE UMILTRO DEBORTOLI	27
274	SAO JORGE DO PATROCINIO	VILA RURAL BOM JESUS	30

275	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	VILA RURAL PALMEIRAS	14
276	SAO MANOEL DO PARANA	VILA RURAL MODELO	17
277	SAO MATEUS DO SUL	VILA RURAL JARDIM DOS ERVAIS	19
278	SAO MATEUS DO SUL	VILA RURAL JARDIM PÉROLA DO IGUAÇU	12
279	SAO MIGUEL DO IGUACU	VILA RURAL VERDES CAMPOS	80
280	SAO PEDRO DO IGUACU	VILA RURAL DA PAZ	45
281	SAO PEDRO DO IVAI	VILA RURAL DEUS PRESENTE	44
282	SAO PEDRO DO IVAI	VILA RURAL VIDA FELIZ	41
283	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	VILA RURAL BELMIRO GOLVEIA	47
284	SAOPEMA	VILA RURAL DAS ORQUIDEAS	15
285	SAOPEMA	VILA RURAL SANTA IZABEL	39
286	SERRANOPOLIS DO IGUACU	VILA RURAL VERDE VIDA	22
287	SIQUEIRA CAMPOS	VILA RURAL ALEMOA	36
288	SIQUEIRA CAMPOS	VILA RURAL ODILON LEITE RODRIGUES	30
289	SIQUEIRA CAMPOS	VILA RURAL WILSON FONTANELLI	30
290	TAMARANA	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	38
291	TAPEJARA	VILA RURAL SANT ANA	81
292	TAPIRA	VILA RURAL FANI LERNER	25
293	TAPIRA	VILA RURAL OURO VERDE	43
294	TEIXEIRA SOARES	VILA RURAL NOVA ESPERANÇA	28
295	TELEMACO BORBA	VILA RURAL BRILHO DO SOL	56
296	TERRA BOA	VILA RURAL NOVA JERUSALEM	78
297	TERRA BOA	VILA RURAL RECANTO VERDE	53
298	TERRA RICA	VILA RURAL ESTRELA DO NORTE	62
299	TERRA ROXA	VILA RURAL ANTONIO DA CUNHA	33
300	TERRA ROXA	VILA RURAL GUARANI	38
301	TIBAGI	VILA RURAL SANTA LUZIA	25
302	TIBAGI	VILA RURAL SANTA ROSA	24
303	TOLEDO	VILA RURAL ALTO ESPIGÃO	31
304	TOLEDO	VILA RURAL FELIX LERNER	18
305	TOLEDO	VILA RURAL SALTO DE SÃO FRANCISCO	28
306	TOMAZINA	VILA RURAL SAPÉ	29
307	TRES BARRAS DO PARANA	VILA RURAL ARAUCÁRIA	24
308	TUNEIRAS DO OESTE	VILA RURAL GRALHA AZUL	47
309	TUPASSI	VILA RURAL CAMINHO DO FUTURO	17
310	TUPASSI	VILA RURAL TERRA DA MÃE DE DEUS	19

311	TURVO	VILA RURAL NOVA ESPERANÇA	30
312	TURVO	VILA RURAL PINHEIRAIS	22
313	UBIRATA	VILA RURAL VERDES CAMPOS	42
314	UMUARAMA	UMUARAMA II	38
315	UMUARAMA	VILA RURAL SÃO CARLOS	25
316	UMUARAMA	VILA RURAL SERRA DOS DOURADOS	43
317	UNIFLOR	VILA RURAL SANTA CRUZ I	34
318	UNIFLOR	VILA RURAL SANTA CRUZ II	14
319	VENTANIA	VILA RURAL GRALHA AZUL	28
320	VERA CRUZ DO OESTE	VILA RURAL AMANHÃ FELIZ	25
321	VERA CRUZ DO OESTE	VILA RURAL PRIMAVERA	23
322	VERE	VILA RURAL FLORESTA	15
323	VERE	VILA RURAL PROGRESSO	19
324	VERE	VILA RURAL SÃO LUIZ	22
325	VILA ALTA	VILA RURAL ILHA GRANDE	89
326	VITORINO	VILA RURAL UNIÃO	23
327	WENCESLAU BRAZ	VILA RURAL NOVO HORIZONTE	37
328	XAMBRE	VILA RURAL JOSÉ FERNANDO JARDIM	77
329	XAMBRE	VILA RURAL JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA	40
TOTAL			12.485

Fonte: COHAPAR - 18/01/2001



ANEXO 6

RELAÇÃO DAS VILAS RURAIS NÃO CONCLUÍDAS



Onde estão

Vilas Rurais em Obras

	MUNICIPIO	EMPREEND	UDS
1	ABATIA	VILA RURAL BOA ESPERANÇA	39
2	ANDIRA	VILA RURAL ALPHAVILLE	32
3	ARAPONGAS	VILA RURAL NOVO MUNDO	18
4	ARAPOTI	VILA RURAL UNIÃO	26
5	ARAPUA	VILA RURAL SÃO JOSÉ	32
6	ARARUNA	VILA RURAL ANDORINHAS	28
7	BANDEIRANTES	BANDEIRANTES	29
8	CAMPINA DA LAGOA	VILA RURAL SANTA LUZIA	20
9	CANDIDO DE ABREU	VILA RURAL BOA ESPERANÇA	32
10	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	VILA RURAL SALTO CAXIAS	34
11	CARLOPOLIS	VILA RURAL MANGA ROSA	67
12	CIDADE GAUCHA	VILA RURAL FIORENCIO BAREA	69
13	CRUZMALTINA	CRUZMALTINA II	16
14	DIAMANTE DO NORTE	VILA RURAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	54
15	FLORIDA	VILA RURAL ANTONIO TOMAZINI	58
16	GUAIRA	VILA RURAL BASILEU BARBOSA DE LIMA	30
17	GUAMIRANGA	VILA RURAL AGUAS CLARAS	16
18	GUAPIRAMA	VILA RURAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	53
19	GUARAPUAVA	VILA RURAL MARIA DAS DORES	60
20	IBAITI	VILA RURAL VASSOURAL	30

21	IMBAU	VILA RURAL NOSSA SENHORA APARECIDA	53
22	IRETAMA	VILA RURAL CIDADE NOVA	80
23	IRETAMA	VILA RURAL COLINAS VERDES	44
24	IRETAMA	VILA RURAL SANTA RITA DE CASSIA	27
25	ITAIPULÂNDIA	VILA RURAL SÃO MIGUEL	21
26	ITAMBE	ITAMBÉ	58
27	JANDAIA DO SUL	VILA RURAL DE SAO JOSE	20
28	JARDIM ALEGRE	VILA RURAL GENIBRE AYRES MACHADO	26
29	JUNDIAI DO SUL	VILA RURAL RECANTO DO SOL	61
30	LONDRINA	LONDRINA III	81
31	LONDRINA	LONDRINA IV	53
32	LONDRINA	LONDRINA LERROVILLE II	46
33	LONDRINA	VILA RURAL BARÃO ALEXANDRE	47
34	LONDRINA	VILA RURAL DA LUZ	35
35	LUNARDELLI	VILA RURAL FRANCISCO JARDIM	101
36	MARILANDIA DO SUL	VILA RURAL DE NOVA AMOREIRA	26
37	MARUMBI	VILA RURAL ADEMAR PINI	130
38	MAUA DA SERRA	VILA RURAL NOVA ESPERANÇA	63
39	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	VILA RURAL ANTONIO JORGE DE SOUZA	57
40	NOVA FATIMA	NOVA FÁTIMA	109
41	ORTIGUEIRA	VILA RURAL AGUA DAS PEDRAS	29
42	ORTIGUEIRA	VILA RURAL CHAVES DE OURO	71
43	ORTIGUEIRA	VILA RURAL MONJOLINHO	45
44	PARANAVAI	VILA RURAL AGUIA DOURADA	77
45	PARANAVAI	VILA RURAL MONTE ALTO	22
46	PIRAI DO SUL	PIRAÍ DO SUL	18
47	PITANGA	VILA RURAL BARRA BONITA	22
48	PITANGA	VILA RURAL RIO XV	22
49	PONTA GROSSA	BOCAINA II	23
50	PORECATU	VILA RURAL DA AMIZADE	54
51	QUATIGUA	VILA RURAL NASCENTE DO SOL	23
52	QUEDAS DO IGUACU	VILA RURAL NOVO HORIZONTE	52
53	QUITANDINHA	QUITANDINHA	10
54	RESERVA DO IGUACU	RESERVA DO IGUAÇU	36
55	RIBEIRAO CLARO	VILA RURAL OTÁVIO SALVADOR	25
56	RIBEIRAO DO PINHAL	VILA RURAL TRIOLÂNDIA	27

57	RIO BRANCO DO IVAI	RIO BRANCO DO IVAÍ II	39
58	SALTO DO ITARARE	SALTO DO ITARARÉ	8
59	SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	35
60	TAMARANA	VILA RURAL DOIS PINHEIROS	49
61	TIBAGI	VILA RURAL SANTA CASTURINA	37
62	TIBAGI	VILA RURAL SÃO BENTO	40
63	TIJUCAS DO SUL	TIJUCAS DO SUL	39
64	TUNEIRAS DO OESTE	VILA RURAL APARECIDA DO OESTE	31
65	VENTANIA	VILA RURAL ESPERANÇA	31
66	WENCESLAU BRAZ	WENCESLAU BRAZ III	38
TOTAL			2.784

Fonte: COHAPAR - 18/01/2001

